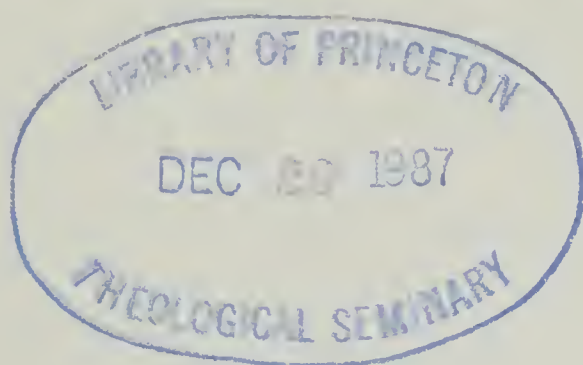




Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/convivium3319unse>

CONVIVIM



DOMINGOS CRIPPA — *AS POSSIBILIDADES DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA* • **PEDRO C. MANUEL-GISMONDI** — *TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL* • **JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO** — *DO SIGNIFICADO NA COMUNICAÇÃO HUMANA* • **PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ** — *PERSPECTIVAS DA POLÍTICA NACIONAL* • **ALCANTARA SILVEIRA** — *RECORDANDO UMA LUTA* • **VALERY M. ALBERT** — *NOVA CAMPANHA CONTRA A RELIGIÃO NA URSS* • **GUIDO LOGGER** — *TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO NO CINEMA*

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

MAIO 1964

ANO III — NÚMERO 3 — VOL. 4
SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

MAIO 64

Diretor: Domingos Crippa

Secretário: Pedro Manuel

Conselho de Redação: Heraldo Barbuy, Paulo Edmur de Souza Queiroz, Gilberto de Mello Kujawski, Leônidas Hegenberg, José Luiz Anhaia Mello, F. Silveira Bueno, Nicolas Boer

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2715 — Telefone 70-6542 — São Paulo — Brasil.

A revista CONVIVIVM reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontaneamente enviados à Redação. Os originais não serão devolvidos.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1964

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr\$	4.000,00
— número avulso	Cr\$	400,00
— número atrasado	Cr\$	700,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US\$	13,00
— número avulso	US\$	1,50

Assinatura de Benfeitor Cr\$ 20.000,00

CONVIVIM

MAIO 1964

ANO III — N.º 3 — VOL. 4

SUMÁRIO

ARTIGOS

- DOMINGOS CRIPPA — *As possibilidades da revolução brasileira* 3
PEDRO C. MANUEL-GISMONDI — *Tentativa de uma pequena história da arte no Brasil* 18
JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO — *Do significado na comunicação humana* 29

PERSPECTIVAS E DEBATES

- PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ — *Perspectivas da política nacional* 50

ANÁLISES E COMENTÁRIOS

- ALCANTARA SILVEIRA — *Recordando uma luta* 62
VALERY M. ALBERT — *Nova campanha contra a religião na URSS* 68
GUIDO LOGGER — *Tradição e evolução no cinema* 73
HÉLIO FURTADO DO AMARAL — *Cineclubismo Brasileiro: Cinema e Universidade* 79

RESENHAS

- LEON LEMONNIER — *Tomas More* 84
GUSTAVO CORÇÃO — *Patriotismo e nacionalismo* 85
DOM JAIME DE BARROS CAMARA, CARD. ARC. — *Problemas (Homero Silveira)* 86
GIULIANO INNAMORATI — *Tradizione e invenzione in pietro aretino* 88
LUBIENSKA DE LENVAL — *Silêncio, gesto e palavra (Silveira Bueno)* 89

AS POSSIBILIDADES DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

DOMINGOS CRIPPA

1. *Observações iniciais.*

Passado o momento angustioso da crise, com tôdas as suas incertezas e riscos, é necessário um momento de séria meditação para que sejam fixadas as diretrizes e as metas da reconstrução nacional, de acôrdo com o espírito e as motivações últimas do movimento revolucionário. Sem isto, o trabalho não terá nem continuidade nem garantia de êxito. É necessário determinar em precedência e com tôda a clareza tanto os objetivos como os caminhos a serem percorridos para atingí-los, e com o maior respeito pela situação histórica vivida nestes últimos tempos. Um êrro na análise e, em consequência no planejamento das ações poderá ser fatal, comprometendo não só os ideais revolucionários, mas gerando uma nova revolução dentro da revolução, com imprevisíveis consequências para o futuro da Nação.

Os que promoveram a revolta geral contra o Govêrno anterior e contra a infiltração comunista, que já atingira quase tôdas as áreas vitais, inclusive os altos organismos federais e estaduais, assumiram perante a Nação uma imensa responsabilidade: chamaram a si a responsabilidade do momento histórico nacional. Responsabilidade gigantesca porque o País enfrenta um dos mais difíceis momentos, e dos mais dramáticos, da sua história, constituído pela perigosa passagem da inconsciência à consciência coletiva do seu destino. Esta responsabilidade não se diluiu com a posse do nôvo Govêrno, que só será autêntico na medida em que representar os verdadeiros ideais revolucionários. A responsabilidade continuará até que a revolução complete sua grande obra de reconstrução nacional.

É difícil fixar, agora, todos os momentos que determinaram o aparecimento e a formação daquela consciência nacional. Certamente, não é apenas o fator econômico — a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento econômico — como querem todos aqueles que tiveram sua inteligência deformada pelo marxismo. Além do progresso econômico e do

conseqüente progresso social, há muitos outros fatores importantes e decisivos, entre os quais cumpre assinalar: a universalização da cultura, através do constante aumento de institutos superiores de estudo e das facilidades de acesso às fontes do saber; a presença cada vez mais decisiva dos jovens na vida política e econômica, o que constitui uma liderança muito mais autêntica da que até hoje tem influido nos destinos da Nação; a batalha ideológica, travada nestes últimos tempos em tôda a parte, nos púlpitos, nas cátedras na imprensa, rádio e televisão, nas assembléias de todos os órgãos de classe, nos grêmios estudantis e nos sindicatos, na rua e em quase todos os lares. Por fim, a aproximação comparativa com outros países do Ocidente, que já alcançaram um extraordinário progresso social, de um lado, e, do outro, a ameaça de dominação estrangeira, representada pela atividade intensa dos comunistas e de todos os esquerdistas.

Tudo isso transformou a mentalidade geral e gerou uma nova consciência dos problemas nacionais. Provocou um clima revolucionário, que no fundo partia de um desejo de transformação e mudança, de progresso social e econômico, em todos os setores, agrícola, artesanal e industrial. Esse desejo de transformação gerou uma nova mentalidade e essa provocou o aparecimento de uma consciência social bem diversa da anterior. Essa consciência será histórica na medida em que determinar os acontecimentos nacionais daqui por diante e orientar a vida cultural, política, social e econômica numa direção prefixada. Os povos escolhem seu próprio destino ao escolherem um caminho peculiar nas próprias realizações, escolha essa provocada por milhares de pequenos acontecimentos e circunstâncias, na sua maioria imprevisíveis e incontroláveis.

Ora, o povo brasileiro demonstrou, de maneira pacífica e insofismável, que não quer um regime comunista nem um governo de planificações e de controle estatais, que limite a iniciativa particular. Isto não quer dizer que recuse as reformas estruturais que se fazem necessárias. O desejo de transformação da vida nacional é anterior a qualquer caracterização ideológica. Muitos se enganaram ao pensar que o povo brasileiro querendo reformas econômicas e sociais era comunista, socialista ou de tendências esquerdistas. Enganaram-se também aqueles que julgaram o movimento comunista e socialista a encarnação das tendências reformistas da nova consciência nacional. Enganaram-se mais ainda aqueles que, representando as tendências comunistas, socialistas e esquerdistas de pequenos grupos, julgaram poder falar em nome da

consciência nacional. As aspirações reformistas nasceram inconscientemente, provocadas por um longo processo de mistificação, de demagogia, de corrupção administrativa e pela irresponsabilidade de certas elites, cada vez mais ausentes da realidade nacional.

2. *A crise e o momento revolucionário.*

O movimento revolucionário que culminou com a deposição do Presidente da República tem um sentido próprio e inconfundível, porquanto representou o atendimento de um clamor popular que, em poucos dias, tomou conta do País inteiro. As manifestações públicas e gigantescas se sucederam em todo o território nacional, provocadas por simples apelos de defesa da Democracia e da Liberdade. No momento crucial o Exército interveio e dominou uma situação que caminhava para a guerra civil e para o caos. Com isto foi possível controlar o processo de dominação crescente dos comunistas, dirigidos por Moscou e Peking e iniciar o trabalho importante de eliminar da vida pública todos aqueles que cooperaram tanto na desmoralização dos costumes públicos como no desenvolvimento comunista.

Traduzindo-se êste fato em termos históricos, deve-se dizer que uma grande vitória foi conquistada para o Ocidente cristão, assumindo o Brasil uma posição única no concerto das Nações ocidentais. Venceu o comunismo sem sangue e deu ao Ocidente, de graça, uma vitória de dimensões continentais e mesmo mundiais. O que gastou a França, em vidas humanas e em dinheiro, para perder a Indochina e a Argélia? E os Estados Unidos para perderem parte da Coréia e para ganharem pequenas parcelas de Nações no Extremo Oriente? O Brasil pode, portanto, apresentar-se às demais Nações com um crédito ilimitado e exigir tudo o de que necessita para refazer sua abalada vida interna e seu comprometido prestígio externo.

É preciso, no entanto, descer às raízes profundas da crise brasileira, que provocaram os últimos acontecimentos, para determinar as responsabilidades que a Revolução assumiu perante a Nação e para conhecer as possibilidades que o momento histórico lhe reservou. Isto porque há um paradoxo nessa Revolução, como tudo o que é bem brasileiro é paradoxal. A Revolução não terminou na deposição de um mau governo constituído, mas depôs êsse governo para que se estabelecessem as condições imprescindíveis à sua efetivação.

Dos primeiros comentários internacionais foi fácil deduzir quanto os últimos acontecimentos brasileiros foram mal conhecidos e mal interpretados. Uns transferiram para mais tarde um juízo definitivo; outros tentaram equacionar a intervenção militar de acordo com os esquemas tradicionais dos golpes dos países latino-americanos; alguns levaram seu formalismo democrático — ignorando o desafio que a história atual preparou para a Democracia — ao ponto de condenar a revolução como um ato contrário aos princípios democráticos, pois, julgam que se o comunismo vencer devemos aceitá-lo *democraticamente*; outros ainda pretenderam que o Brasil, num momento de crise como o que passou, se guiasse por programas e ideais próprios de outras Nações, construídos nestes últimos tempos. Numa palavra, ninguém procurou interpretar os acontecimentos políticos recentes em sua verdadeira magnitude, isto é do ponto de vista da realidade brasileira. Todos procuraram ver e interpretar os acontecimentos nacionais, partindo de princípios teóricos ou de uma visão particular do seu próprio país.

Agora, porém, já é possível começar a ver as coisas na sua dimensão real e tentar uma explicação realista dos acontecimentos revolucionários, que englobe o passado, o presente e o futuro, isto é, as suas causas, os acontecimentos e os ideais.

Pode-se, para o efeito pretendido, dispersar uma narração detalhada do que foi a vida pública, administrativa e política, nestes últimos anos. Nem é necessário historiar todos os acontecimentos políticos que perturbaram a vida da Nação desde 1930, para formar uma idéia exata da situação nacional calamitosa, na véspera da deposição de João Goulart. Consulte-se qualquer pessoa, dotada de uma consciência esclarecida e sensível. Todos sentiam que a Nação estava ameaçada. O caos econômico, provocado por uma inflação galopante e incontrôlável, a irresponsabilidade administrativa, a corrupção, a ameaça de sublevação política, com o triunfo irremediável do comunismo, eram constatações de qualquer brasileiro lúcido e consciente. A Nação estava ameaçada, caminhando para um destino ignorado e conduzida por um grupo de pessoas que *ocasionalmente* chegou ao poder.

Diante desta constatação, que se tornava dia a dia mais consciente, só havia uma atitude possível, racional, consciente e realmente nacional. “*Salus reipublicae suprema lex esto*”! diziam com sabedoria os romanos. Enfrentando as ameaças e as provocações, montadas com toda a pompa e conduzidas pelo Chefe da Casa Civil e pelo Ministro da Justiça, e que, a

partir do dia 13 de março, atingiram seu auge, a Nação inteira se levantou, externando claramente seu repúdio à desordem, à demagogia e ao crescente domínio dos comunistas. O povo começou a reagir diante dessas provocações. Em Belo Horizonte impediu pacificamente tanto o congresso da CUTAL — Comando Único dos Trabalhadores Latino-americanos — como a concentração das chamadas “fôrças populares”. Com certa timidez no início, as multidões foram se aglomerando nas praças públicas, exigindo uma mudança imediata na orientação do governo federal. Memorável foi certamente a manifestação popular nas ruas da cidade de São Paulo, no dia 19 de março. Diante daquela multidão incalculável de pessoas, todos perceberam que ainda restavam fôrças capazes de mudar os rumos dos acontecimentos.

Diante disso ao governo só restava um caminho: precipitar os acontecimentos a fim de justificar um golpe de Estado que, naquela altura, só podia favorecer os homens mais avançados do governo, todos comprometidos com o comunismo internacional. O governo, no entanto, perdeu inteiramente o contrôlo da situação e deixou-se envolver pelos acontecimentos de tal maneira que deu a todos a certeza de que caminharíamos para o caos, para a desordem, e daí para uma república sindicalista e socialista.

Diante dessa ameaça de subversão total, com as trágicas consequências de uma guerra civil e mais ainda com o iminente perigo de um triunfo comunista, não restava ao Exército Nacional senão uma atitude: atender aos anseios da maioria do povo brasileiro, mobilizando-se com rapidez a fim de controlar a situação, depor o governo irresponsável, punir os provocadores da desordem e recolocar o País nos caminhos da ordem, da paz e da prosperidade. O General Mourão Filho de Minas Gerais, tomou a iniciativa, seguido imediatamente pela maioria dos comandos das Fôrças Armadas. Em vinte e quatro horas, praticamente, configurou-se nitidamente a situação geral e ao Presidente da República não restava outra saída senão fugir precipitadamente da Capital do País.

Esta sumária descrição deixa bem claro que o Governo constituído não foi deposto por um grupo de militares ou civis, desejosos do poder. Este fato é de suma importância na interpretação dos acontecimentos. A luta não se travou entre dois grupos ambiciosos, que desejavam o poder, nem entre o Governo e as Fôrças Armadas. Não foi uma quartelada, nem uma revolta dos ricos, nem uma vingança de derrotados. Não houve, portanto, nada que pudesse caracterizar um golpe de

Estado. Nem, muito menos, houve a vontade de uma determinada classe social que pretendeu se impor, pela força, sobre outra, tripudiando do poder constituído. Todos os que julgarem os recentes acontecimentos como uma vitória dos ricos contra os pobres, dos capitalistas contra os operários, dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais, dos interesses estrangeiros contra as verdadeiras exigências do nacionalismo, enganam-se totalmente e darão mostra de não terem entendido nada do que se passou. Maior ainda será o engano, que não tardará a ser amarga desilusão, se algum representante do poder econômico, nacional ou estrangeiro, julgar que a revolução foi feita em seu benefício ou em benefício de suas riquezas.

A revolução brasileira e a consequente deposição do Presidente da República tornou-se um imperativo da consciência nacional. A Nação estava ameaçada na sua tradição cultural e histórica, na sua unidade, na sua independência e autonomia soberana. Diante disso não havia contemporaneizações a fazer, não havia estatutos legais, nem doutrinas de Bettancourt, nem opiniões de governos estrangeiros, nem exigências democráticas que pudessem impedir a sequência revolucionária dos acontecimentos.

A Revolução se tornara uma exigência profunda da consciência nacional. Esta é a afirmação substantiva. Tudo o mais, os elementos atenuantes ou agravantes, são adjetivos, que devem ficar para um segundo momento em qualquer análise que pretenda ser séria e objetiva.

3. *A conjuntura nacional pré-revolucionária.*

Alguém poderá julgar as afirmações anteriores demasiadamente genéricas para justificar a conclusão de que a consciência nacional exigia a Revolução. É fácil, no entanto, descer a alguns detalhes elucidativos, capazes de confirmar aquela conclusão. Esses detalhes, por outro lado, mostrarão quais os verdadeiros anseios da Revolução, seus ideais e objetivos.

Há muito tempo o País vivia num ritmo de vida inteiramente anormal. A irresponsabilidade e a vaidade dos partidos políticos, que há muito tempo perderam qualquer caracterização doutrinária, possibilitaram a homens sem formação alguma, aventureiros e desonestos, o acesso aos mais altos postos do governo, tanto da Federação como dos Estados. O Brasil tornou-se cada vez mais um país sem tradições políticas, governado ao acaso e ao sabor de vaidades pessoais, uma

terra de ninguém na qual qualquer aventureiro e qualquer demagogo poderia fazer sucesso. É suficiente examinar, um por um, os homens que detinham o poder nos últimos governos para se constatar a que ponto de degradação política havíamos chegado.

A irresponsabilidade moral e a incapacidade administrativa foram gerando aos poucos uma situação totalmente anormal. A cada momento encontravam-se novos motivos para não governar. As “reformas de base” haviam se tornado motivo e justificação para todos os desmandos políticos e administrativos. A inflação corroía paulatinamente toda a economia nacional, destruindo qualquer esforço de poupança. As informações sobre a infiltração e as manobras comunistas aumentavam dia a dia, enchendo as páginas dos jornais, e perturbando a tranquilidade de todos. Discursos ameaçadores, concentrações das “fôrças populares”, congressos e reuniões com a presença aplaudida de enviados dos países comunistas, fazendas invadidas e incendiadas, greves em todos os setores da produção, a ameaça permanente de greve geral que paralisaria a Nação, notícias cada vez mais numerosas sobre a circulação de armas, grupos de guerrilheiros e uma intensíssima propaganda dos países dominados pela Rússia e pela China, constituíam o panorama cotidiano dentro do qual o povo vivia.

A situação se tornou tão grave e insegura, que a grande maioria da população se encontrava sem rumo, inteiramente atônita e perplexa, à mercê da guerra psicológica e da pregação dos demagogos e dos marxistas. Nos lares, nas ruas, nos escritórios, nas fábricas e nos campos respirava-se um ar de temor, de ansiedade, de angústia e de incerteza e vivia-se um clima de véspera. Pseudo-apóstolos e pseudo-reformadores sociais chamavam a isto de “despertar da consciência”, de “exigências e anseios de justiça social”, de “clamor do povo abandonado”. O problema, porém, era mais profundo do que a análise simplista e superficial dos “slogans” batidos e das frases feitas.

Na verdade, havia-se chegado a um momento crucial, provocado por sucessivas crises que convulsionaram as estruturas da Nação e causaram a paralização de setores e atividades vitais, com consequências imprevisíveis para o futuro. As deformadas instituições brasileiras, frutos por sua vez de crises que subverteram a ordem do Ocidente cristão, e que haviam resistido às improvisações de governos anteriores, começaram a desagregar-se diante da comprovada incapacidade

administrativa do deposto presidente Goulart e de seus imediatos auxiliares, preocupados apenas com formulações teóricas e contraditórias. Nunca houve tanta literatura administrativa!

Tornava-se cada vez mais aguda a luta entre a Nação e o Estado. A produção — único e elementar remédio contra a inflação — sofria impecilhos e limitações de toda a sorte, erguidos por aqueles que deviam, por obrigação, estimulá-la de todas as maneiras. A fim de garantir a continuidade no poder, subvertia-se abertamente a ordem constituída, quebrava-se a necessária harmonia entre os poderes da República, incitava-se à luta de classe, tumultuava-se o andamento dos trabalhos legislativos e ridicularizavam-se os compromissos internacionais. Com a mesma finalidade foi instalado um gigantesco processo de corrupção, criando-se acintosos *dispositivos* (Petrobrás, Sudene, Eletrobrás, etc.), que consumiam enormes somas de dinheiro, provocavam graves distorções na equidade salarial e asfixiavam importantíssimos setores da vida nacional.

As Forças Armadas não ficaram indenizadas desse processo de subversão. A rebelião dos sargentos em Brasília e, ultimamente, a dos fuzileiros navais mostraram claramente as maquinações tendentes a opor a tropa contra os oficiais superiores. Nas duas ocasiões as autoridades executivas incentivaram e protegeram os rebeldes, pelo menos com declarações ambíguas, contra as exigências regulamentares e hierárquicas e mesmo contra o Poder Judiciário.

O Congresso, envolvido por um clima de altas manobras políticas, vinha sendo pressionado no sentido de aprovar leis e projetos de leis descabidos, inconstitucionais e contrários aos anseios da maioria do povo brasileiro, com fito exclusivo de suscitar um clima de antipatia entre o povo e o Poder Legislativo.

Grupos minoritários — unidos em sindicatos, ligas camponesas e entidades as mais diversas — foram estimulados à execução de atos que conduziam à inversão dos processos normais e legítimos de reivindicações justas e à desordem instituída.

Criou-se deliberadamente um ambiente de hostilidade às fontes externas de capital, não só por uma legislação inadequada mas pela instalação de um clima de desconfiança nas perspectivas econômicas e na estabilidade dos compromissos assumidos.

Os orçamentos da república eram crescentemente deficitários. Os deficits eram cobertos exclusivamente por novas e constantes emissões uma vez que inexistia o crédito público interno e se expulsava o crédito externo, causando as mais graves repercussões principalmente para as classes que percebem salários fixos, como os funcionários e os operários de todas as categorias.

Resumindo, sob o pretexto de reformar as estruturas da Nação, subvertia-se a ordem política e desorganizava-se a ordem social e econômica.

O Governo deposto, após obter os poderes que desejava, tornou-se o grande panfletário, que se locupletava à custa de uma Nação pobre. Em vez de planejar e executar ordenadamente as reformas sociais e econômicas, desorganizava a vida política e econômica; em vez de promover a alfabetização, queria o voto do analfabeto, institucionalizando o analfabetismo; em vez de agir com tenacidade contra o sub-desenvolvimento, cooperando na distribuição dos capitais, explorava os sub-desenvolvidos; em vez de garantir a ordem e a tranquilidade, promovia as greves e agitava os trabalhadores rurais; em vez de proteger o bem público, confiava a gestão dos negócios e interesses nacionais a homens inescrupulosos, pelegos e peculatórios.

Este era o panorama geral antes da Revolução. Esta se tornara, portanto, uma questão de sobrevivência e de salvação nacional. Tanto a restauração política como a reconstrução nacional exigiam uma intervenção direta no processo institucional. O Ato Institucional Revolucionário teve em mira exatamente criar um instrumento jurídico apto a enfrentar com rapidez e sem meias medidas uma situação anormal e conduzir o País à ordem democrática.

4. *As responsabilidades da Revolução.*

A grande obra da reconstrução nacional apenas começou com a deposição do Presidente da República e com o desmantelamento do esquema da corrupção e da dominação comunista, montado dentro do governo. A grande obra revolucionária começa agora. É necessário que todos os seus executores se capacitem das responsabilidades que a Revolução lhes confia e se revistam intimamente dos verdadeiros ideais e objetivos revolucionários. Do contrário, tudo terá sido inútil. Além disso, sem ser profeta, pode-se dizer que esta é a última oportunidade que a História nos oferece de salvar o Brasil como Nação ocidental, cristã, e soberana.

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, enviou a todos os católicos uma mensagem no dia 30 de abril de 1963. Nela fazia-se uma advertência a respeito de distorções e atitudes negativas que podiam ocorrer no campo das realizações sociais. Julgamos oportuno reproduzi-la aqui, porque conserva sua atualidade: “Uns, talvez fascinados pelo progresso material da ordem capitalista, sem sentir as consequências dos seus erros ou talvez receiosos de perder as vantagens que possuem, tudo fazem para manter o “status quo”. Outros, apressam-se em programar e discutir reformas cujo conteúdo pleno e repercussões a longo prazo interessam-lhe menos do que as conveniências do momento ou as soluções paliativas para as injustiças mais gritantes. Alguns, aproveitando-se do anseio comum de reformas, passam a promover a agitação estéril e destrutiva. Finalmente, grupos levados por ideologias extremistas, querem instalar no país um sistema de totalitarismo estatal. Qualquer dessas atitudes importaria em abandonar o ponto capital: a recuperação do homem oprimido, sua inserção numa sociedade de acôrdo com a perspectiva evangélica, que defende seus direitos inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade, ao mesmo tempo que o faça responsável pela construção de sua própria história, chamando-o, também, à construção do Reino de Deus”. Todos os que estiveram dentro de uma dessas categorias são necessariamente inimigos da Revolução e muitos deles já estão agindo em seus campos próprios para impedir a realização de qualquer programa de reconstrução nacional que limite ou mesmo destrua as possibilidades de seus interesses pessoais.

No Brasil, como em tôda a América Latina, diante do perigo de uma revolução social destruidora e meramente distributiva, qualquer programa que tenha em vista dar a cada homem uma dimensão verdadeiramente humana, no pleno uso da liberdade e dos recursos correspondentes a um digno padrão de vida, deve realizar uma revolução total no mundo do artesanato, da indústria e da tecnologia.

É evidente que querer, neste momento, conduzir os acontecimentos no Brasil de acôrdo com um plano de recuperação nacional em todos os sentidos é não fazer nada. Requer-se um plano de emergência, no qual sejam atendidas as necessidades mais urgentes e os reclamos mais angustiosos da justiça social. Feito isto, a Revolução estará salva e poder-se-á realizar um plano total de recuperação política e de reconstrução nacional de acôrdo com a nossa tradição histórica e cultural.

Aqui queremos relacionar apenas alguns pontos que julgamos essenciais e que devem integrar o programa de emer-

gência do nôvo Govêrno, que neste instante tem em suas mãos as esperanças de tôda a Nação.

a — *Reforma do processo legislativo* — O sistema de elaboração das leis, atribuindo desmedida interferência técnica ao Congresso Nacional, que amplia as suas funções de apreciação essencialmente política, dificulta e retarda a ação pronta e eficaz do Estado e se converte em magnífico pretêxto para a isenção de responsabilidades.

O Congresso representa a Nação politicamente atuante e deve, por conseguinte, restringir sua ação no processo legislante à avaliação do conteúdo político das normas que devem dirigir a ação do Poder Executivo. Ademais, é de inteira conveniência que, diante da situação nacional, devem ser abolidas as chamadas verbas pessoais, verbas enormes que são entregues aos representantes do povo para serem por êles distribuídas.

b — *Reforma tributária* — A par dessa reestruturação constitucional, sublinhe-se a inadiável modificação da estrutura tributária, não só em sua discriminação como, também, nos métodos de arrecadação e exatoria que se emparelham, entre nós, — com a participação dos órgãos de fiscalização, — às fórmulas medievais de licitação de tributos e deferimento do poder de arrecadar. Esta situação, sobejamente conhecida, fêz surgir a sonegação retributiva, gerando o agravamento periódico das alíquotas e dos níveis de incidência que, por pressuporem a sonegação e a defeituosa exatoria, culminaram por atingir índices verdadeiramente desestimuladores das poupanças e das inversões privadas.

c — *Reforma eleitoral* — A disputa dos cargos eletivos desvirtuou o voto partidário, impedindo as polarizações ideológicas e submetendo aos grupos de pressão, públicos ou privados, a vontade do eleitorado. A reforma da atual legislação eleitoral, com a atribuição do verdadeiro sentido da legenda, com a estrita fiscalização das contas, imposição de limites às contribuições para as campanhas políticas e com a proibição da candidatura do servidor público quando no exercício de seu cargo, são algumas das principais modificações.

d — *Banco Central* — Impõe-se a institucionalização da vida econômico-financeira do país pela imediata instalação do Banco Central por onde se regule a fixação dos meios de pagamento e de seus estabilizadores automáticos, de modo que se normalize o panorama financeiro e se possa, realmente e

com segurança, estimular o progresso e as atividades econômicas, especialmente das médias e pequenas empresas industriais, comerciais e agrícolas. Essa instituição, ainda, com a independência e a autonomia que lhe são necessárias e que caracterizam congêneres de países mais avançados, automaticamente retiraria do Poder executivo tremendo instrumento de pressão empregado muitas vezes como elemento perturbador de equilíbrio econômico que deveria preservar.

e — *Luta contra o analfabetismo* — É imprescindível que se dê solução urgente ao elevado índice de analfabetismo que tem caracterizado o Brasil nas estatísticas internacionais. Com mais de cinquenta por cento de iletrados, o Brasil situa-se em posição desonrosa entre os próprios países da América Latina. Pelas disposições constitucionais a responsabilidade pela alfabetização é deixada à iniciativa dos Estados, nem sempre esclarecidos ou possuidores dos recursos hábeis para o desempenho dessa atribuição, apesar de auxílios e subvenções oferecidos em convênios ocasionais pelo Governo Federal. Trata-se de necessidade urgente — em que está interessado o maior número de brasileiros, que devem, no seu todo, poder discernir as próprias capacidades e identificar sua vocação. Urge, em consequência, enfrentar o problema sem as escusas da technicalidade constitucional desde que se atribua ao analfabetismo a principal causa de nossas insuficiências políticas, culturais e técnicas.

f — *Autarquias e empresas públicas* — É manifesta a deturpação do emprêgo das arrecadações autárquicas, desligadas das previsões orçamentárias e ausentes de fiscalização que impeça a livre manipulação dos consideráveis fundos de que dispõem. A permanência dessa irresponsabilidade administrativa de tão importante setor da atuação governamental é causa eficiente da deturpação incontestada de suas finalidades e representa injustificada ampliação dos poderes de intervenção do Executivo.

Ante o crescimento ininterrupto e geométrico dos deficits das empresas estatais e, além disso, da proliferação de exemplos de novas empresas cuja estatização se pretende, verifica-se a necessidade imediata de estabelecer uma nova política pela qual se exija da administração dessas empresas o seu autofinanciamento e operação lucrativa ou, no caso de operarem em campos pioneiros ou de relevante interesse social, que obedeçam a índices econômicos compatíveis com a realidade local e demonstrados interna ou externamente por organizações semelhantes.

g — *Abolição de privilégios* — Deve-se abolir imediatamente as castas profissionais que até agora se têm formado, sob o influxo de uma legislação paternalista ou eivada de tendencioso favoritismo. Esse fato, em muitos casos, tem servido para impedir o desenvolvimento de setores fundamentalmente necessários ao progresso nacional, como ocorre no setor da navegação mercante e da construção naval.

h — *Reforma agrária* — Finalmente, deve-se enfrentar o problema que tem sido o pretexto de todo o processo pré-revolucionário instaurado no Brasil, o da reforma agrária. Não se pode dissociar a terra de quem nela trabalha. Este deve ter garantido o nível de instrução técnica mínima que lhe permita usá-la com proveito.

No campo da instrução técnica, em especial, urge a criação de escolas técnicas com um curso de duração mínima de 2 anos, proporcionando ao trabalhador rural o conhecimento do mínimo indispensável não só ao aproveitamento da terra como, também, à percepção das novas técnicas e mecanismos cujo conhecimento lhe seja trazido, e defesa mercadológica de seus produtos, facilidades à postulação de crédito direto que o habilite ao financiamento e defesa de suas safras; estruturação de meios de transporte e armazenamento para a regularização da distribuição permanente e contínua da produção agrícola.

Certos aspectos do uso da terra, que de há muito exigem a atenção governamental e são executáveis nos limites das atribuições constitucionais e dos recursos materiais do Estado, são flagrantemente ignorados. Exemplo é o caso das bacias dos açudes existentes no Nordeste e cujo aproveitamento econômico racional ofereceria melhores condições a um segmento ponderável da população.

Atividades desse tipo, comprovariam ademais a viabilidade de programas de colonização e de fixação do homem à terra.

A experiência internacional tem revelado que “reforma agrária” não é a instauração do minifúndio, pela simples concessão de terra aos que a pleiteiam. Entretanto, é ponto pacífico na mentalidade esclarecida dos que serena e superiormente analisam o problema brasileiro, a necessidade de reformulação da estrutura agrária vigente. O estabelecimento de facilidades do acesso à terra àqueles capazes de explorá-la convenientemente e a limitação do poder dos que malbara-

tam o seu uso, são imposições indiscutíveis da hora presente. Não obstante, êsse objetivo pode ser colimado sem recurso à expropriação e ao confisco, aproveitando-se quer da oferta ampla de terras pertencentes ao Poder Público, quer de um sistema tributário eficiente e objetivo que obrigue o aparecimento da empresa agrícola com padrões econômicos mínimos — distinta da propriedade rural doméstica, cujos limites são facilmente estabelecíveis.

i — *Reforma administrativa* — Todos sentimos que a máquina administrativa brasileira não corresponde bastante às exigências atuais de um país a braços com um imenso esforço do desenvolvimento social e econômico. A administração não é um fim, mas um meio para realizar os destinos históricos de um povo. Reformar a administração não significa, apenas, uma redistribuição de cargos, nem uma reestruturação dos órgãos burocráticos. Uma reforma da administração implica em uma mudança total de orientação da máquina burocrática, a serviço do bem comum, não como oportunidade de promoção individual. Uma tal reforma deve atingir o estatuto do funcionalismo público, no sentido de oferecer-lhe justas garantias mas sem constituir uma sedução do empreguismo e uma oportunidade de favoritismo. Deve, para isso, criar dispositivos para colocar a administração acima dos interesses políticos partidários. Entre tantas medidas a serem tomadas citar-se-ia, desde logo, aquela que determine ao funcionário público dedicação ao seu ofício em *tempo integral* como fazem todos os demais trabalhadores. A burocracia, para o desempenho das suas tarefas de rotina e planejamento a curto e a longo prazo, não pode ficar à mercê das conjunturas políticas que a privam da necessária continuidade de ação, nem pode constituir objeto de barganhas partidárias. Dentro das exigências do desenvolvimento brasileiro, o nosso aparelho administrativo não pode ser um peso asfixiante sobre as forças do progresso e renovação, peso extremamente oneroso, que absorve, muitas vezes grande parcela de fundos destinados a um inadiável objetivo social ou econômico. Fazemos um apêlo à consciência cívica dos responsáveis pela administração brasileira, para que se lembrem de sua condição fundamental de servidores do povo. Evocamos à nossa Magistratura as suas altas tradições de honestidade e as suas responsabilidades, como garantia num regime democrático, para a moralização e preservação de incorruptos padrões éticos da administração brasileira.

Essas são algumas medidas de caráter urgente. A nação delas precisa para reencontrar seu caminho histórico e a Revolução as exige porque para isto ela foi feita. Ninguém se iluda porém. Muitos usarão de todo o seu poder econômico ou político para impedir a realização das reformas que aqui preconizamos. Sabem que o poder que detem lhes adveio da situação que se pretende mudar. Irão protestar os máus funcionários de bancos, os funcionários públicos que não sejam movidos por ideais verdadeiramente patrióticos. Mover-se-ão os partidos políticos que não se interessam pelo bem nacional assim como se moverão seus tradicionais líderes e os que se locupletam com a sonegação de impostos, tais como os maus empresários e os fiscais corruptos. Não importa. O novo Governo deve levar até o fim o programa que a Revolução lhe passou às mãos e todo o povo brasileiro, através dos seus grupos e entidades representativas e diretamente, deve oferecer ao novo Governo todo o seu apôio.

A Nação, da mesma maneira que exigiu a união de todos para depôr um Governo corrupto e fautor da comunicação do País, exige agora a união de todos para que a vida política, administrativa e econômica seja integralmente restaurada.

TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL

III

PEDRO CAMINADA MANUEL-GISMONDI

A GERAÇÃO INTERMEDIÁRIA

DUAS das grandes figuras da geração que afia as unhas e aparece durante a II Guerra Mundial foram membros do Núcleo Bernardelli. Centro renovador, fundado em 1932 e hospedado nos porões da Escola de Belas Artes, acabou por completar o processo de modernização. Núcleo de rebeldes sem mestre, quase organizou uma cooperativa de ensino e aprendizagem, da qual participaram Manoel Santiago, Edson Motta, Takaoka, Rescala, Bustamante Sá, Pancetti, Milton Dacosta, e outros.

José Pancetti (1902-1958) foi o primeiro a impor-se. Marinheiro, como Castagneto, dedicou sua pintura ao mar, às baías, às lagôas, abrindo raras exceções à figura humana e às serras. Cantou em tons altos as praias que Castagneto murmurou. Filho de mormaço êste, filho do sol resplendente aquê. Quase sem matéria, em linhas horizontais levemente curvas sobrepõe ocres quentes e verdes frios, projetando o mar no alto da tela, que quase sempre termina com uma nesga de céu. Incansável na pintura e no tema passou a repetir-se, mas apesar de tudo, no último ano de vida, conseguiu emoção nova, diante das praias da Bahia.

O segundo, Milton Dacosta (prêmio de viagem em 1944) ao longo de sua carreira construiu pacientemente uma personalidade que inverteu, na experiência subjetiva e nas influências recebidas, o caminho histórico dos movimentos.

Depois de um exórdio vagamente impressionista, é atraído pela pintura metafísica, para somente mais tarde receber influências cubistas. Temperamento coerente, porém, não renuncia ao aspecto metafísico e usa a pluralidade de ponto de vista para criar situações mágicas, onde o personagem se desdobra no casal de namorados. Sem dúvida a sua não foi

uma receptividade passiva, mas, pelo contrário, levou a uma contribuição e a uma formulação nova do cubismo, onde o sentido do movimento é perdido em favor de uma atmosfera ontologicamente surrealista, que cria na obra de Milton uma síntese invulgar.

Estáticos ou dinâmicos os seus namorados, as figuras que obedecem à gramática cubista são sempre envolvidas de uma atmosfera atemporal, consequência da anterior experiência metafísica, que conjugada à fusão dos personagens, provocada pela solução cubista, cria uma terceira linguagem completamente renovada no espírito, embora fixada dentro dos princípios gerais de uma estrutura ideal do quadro.

E será perseguindo esta estrutura ideal que êle, em redor de 1954, passará às naturezas mortas, vistas de perfil e inscritas dentro de figuras geométricas, focalizando o mundo do cotidiano, egresso da copa, símbolo da antiretórica. A ulterior simplificação levará a uma estruturação geométrica em ângulos de 90 graus, nas fases dos “castelos” e das “janelas do atelier”, colocando-se entre o gosto oitocentista de Morandi e o rigorismo ético de Mondrian.

Também nestas séries porém, não renunciará à atmosfera alucinada e atemporal dos metafísicos, mantendo como Morandi, uma fidelidade constante em relação às origens. Os campos de cor recebem tratamento sempre mais uniforme, a estrutura se simplifica ulteriormente e o vigor das soluções espaciais o fazem confundir por vezes com os concretistas, aos quais na realidade o liga apenas o acabamento cuidado do trabalho, por vezes a estrutura do quadro, mas não o espírito que está sempre perdido em sonhos mágicos. A análise cubista da figura à qual volta, em 1962, nada mais é do que um recurso visual para poder potenciar esta interpretação mágica do mundo que é sempre constante na sua obra. Evidentemente não é a quarta dimensão, o espaço temporal a interessá-lo, mas sim aspectos diferentes de seres e objetos compostos numa superfície sem a estrutura óbvia da anatomia humana.

E tão profundamente enredado na cultura visual contemporânea e ao mesmo tempo tão sutilmente individual, que é evidentemente uma das expressões brasileiras mais difíceis de ser vista e compreendida em toda a sua complexidade.

Com êle se inicia a série de pintores que pela mudada situação cultural e a grande facilidade de comunicação passa a participar e polemizar com a cultura visual européia.

Não há mais distância, poucas horas de avião nos separam da Europa, e para o brasileiro acostumado às lonjuras do sertão, Paris, Londres, Roma, Lisbôa, Nova York estão psicológicamente perto. Imediata é a informação.

Milton, mais do que os artistas anteriores, e como quase todos os novos deve ser visto assim: com um pé de cada lado do Atlântico.

Quase contemporâneo de Milton Dacosta e companheiro no caminho da polêmica e influências com a Europa é o paulista Bruno Giorgi, escultor.

Formado na Itália, Bruno, através de vigorosos contrastes de massas esculpidas em madeira, realizou importantíssimas obras, conseguindo na escultura a penetração que Portinari tem na pintura.

Na arquitetura, em 1944, com a igreja de Pampulha, em Belo Horizonte, que é uma solução plásticamente revolucionária da igreja barroca mineira, cujo sentido espiritual consegue manter inalterado, Niemeyer inicia uma série de sucessos destinados a levá-lo a Brasília e ao Palácio da Alvorada. Fabuloso nos requintes formais, não sabe entretanto cuidar das soluções práticas, transformando muitas vezes suas obras monumentais em instrumento de tortura para quem nelas deva viver.

Lúcio Costa, já nesta época ia revelando interesses urbanísticos, que deviam eclodir com o plano piloto de Brasília, cuidando dos conjuntos residenciais — da Gamboa e do Parque Guinle.

Para completar o panorama da década de 40 será necessário mencionar ainda Djanira.

Como Cardosinho, que começou a pintar aos 71 anos de idade e se afirmou na década anterior, como José Antônio da Silva e Elisa Martins da Silveira, que se afirmaram na década posterior, Djanira da Motta e Silva é uma primitiva desligada da problemática moderna, mas como Rousseau e Grandma Moses aceita pela crítica, porque, se é indiferente ao modernismo, impossível é negar-lhe uma visão atualíssima. Visão lírica de intenso cromatismo, encantada com os recantos perdidos de sua pátria, demorada em observar os aspectos de outrora que a vida vai engulindo.

A GERAÇÃO NOVA

Com Iberê Camargo podemos considerar iniciada a nova geração, que nêle tem seu maior expoente. Chegados a esta altura não mais existe distância suficiente para uma visão Prospética e histórica dos acontecimentos. Será talvez possível reconstruir alguma personalidade; mas não seguir o desenvolvimento dos fatos. Tudo é atualidade. Ao mesmo tempo, com a criação do Museu de Arte de São Paulo, onde se encontra a melhor pinacoteca do país, e os Museus de Arte Moderna do Rio e de São Paulo, entramos numa época de participação ativa e intenso intercâmbio na vida internacional. Não são apenas as correntes européias a serem discutidas, aceitas ou polêmicamente contestadas. Obras de arte do mundo inteiro vêm a nós nas Bienais de São Paulo e as nossas visitam, constantemente, os principais centros estrangeiros. Não é mais a participação de um ou outro artista isolado; a coletividade inteira, embora gradativamente, passa a participar da vida artística. Multiplicam-se as galerias e o ambiente tanto se amplia que possibilita o aparecimento do Mercado de Arte com seus prós e contras.

Com estas condições ambientais, eleva-se de muito o número de artistas que consegue sobressair-se. As principais tendências, os “ismos”, são representados entre nós, às vezes com denominações diferentes do que na Europa e facilmente abrem polêmicas entre si.

Como já dissemos, Iberê Camargo é um dos maiores expoentes desta nova geração. Verdadeira raridade no Brasil, além de pintar também grava, não sendo poucos seus merecimentos nêste campo, sem excluir o do ensino.

Representa Iberê a síntese dos mais diferentes movimentos da atualidade.

Num primeiro período, a luz possui uma fonte bem determinada e corta o quadro em zonas claras e sombrias, segundo a tangente do raio e a distribuição dos corpos.

Mesas encostadas às paredes atraem sua atenção, interiores recebem e rejeitam a intromissão solar. Variados os objetos que o acaso pousa na mesa.

Quando nascem os carretéis, a luz se modifica, perde a fonte claramente indicada, apenas aparece e se reflete tangendo misteriosamente o arco dos carretéis, concretizando-se

em sutís linhas ascendentes. Notas luminosas, harmonias cromáticas perdem-se num universo de sombra. A forma geométrica dos carretéis, pintados de variadas cores, sugerem retângulos, círculos, meias luas, mas a lembrança tridimensional e o reflexo da luz quebram a regularidade dos poliedros.

Sòmente quando Iberê deixa de mostrar objetos que refletem a luz, para transformar os carretéis em corpos de luz, é que voltam os limites geométricos. Com a simplificação e a renúncia completa à terceira dimensão seus quadros se tornam triângulos sobrepostos e invertidos, minaretes de figuras geométricas, lúcidas e sugestivas, mas ainda também carretéis, querência inesquecível de Iberê menino.

Se na composição, a ulterior simplificação conduzia a uma divisão estruturada e rigorosa da tela, a pincelada, ou a espatulada, não é coletiva, não se perde no anonimato, (formas criadas sòmente graças à cooperação de outras inúmeras e imperceptíveis pinceladas, tôdas tendentes a uma única finalidade).

Sua pincelada é individual, subjetiva, gorda, marcante, original, própria, não obedece ao desenho geral da tela, permitindo-se quebrar aqui e acolá as retas das composições. Na espatulada ou na pincelada é tão liberto como o mais liberto dos tachistas. Acredita na matéria á qual não impõe regras, embora ela as aceite.

Rigor de composição e generosidade de matéria, desenho organizado e pincelada anárquica reúnem numa obra as tendências contemporâneas, mas ao mesmo tempo êle desconhece o tabu da época, a representação da figura. Outra polêmica desaparece nas suas telas, superada pela realização. Abstração geométrica e matéria informal coexistem com a representação original e subjetiva da realidade exterior.

Quando, porém, o carretel, transformado em opostos triângulos se deita, a metamorfose é absoluta e o corpo lenhoso se transforma numa alada borboleta liberta da base, liberta da mesa, desvairada sugestão onírica, síntese surrealista única da moderna cultura artística, verdadeira criação.

Goeldi, o pioneiro da gravura entre nós, glória da primeira geração, moderna antes da semana de arte moderna, mantendo uma coerência rara, demonstrou uma capacidade de renovação invejável. Variado nos temas, na composição, no desenho, nos traços, passou das arestas cortantes e raras, a grandes

clarões, transformou o traço de duro em macio; ao diálogo do branco e do preto substituiu um côro de cinzas para finalmente entrar com a côr, mas ficou sempre e substancialmente Goeldi, o grande mestre querido.

Trabalhando a madeira de fio, permaneceu palmeira no deserto, durante quase 10 anos, até quando apareceu, em São Paulo, Lívio Abramo que enfrentou o tópo. Influenciado pelos mexicanos, usou Lívio de certa geometrização pré-colombiana, que permaneceu como traço característico em toda sua obra.

Após tanta solitude nêstes últimos anos, a gravura brasileira se tornou uma verdadeira fôrça, um gênero com muitos artistas dedicados, perseguindo efeitos em tôdas as técnicas. Carlos Oswald foi o iniciador da gravura em metal, dando ensinamentos técnicos, enquanto Goeldi ajudava a descobrir os segrêdos da expressão. Firmaram-se assim um Marcelo Grassmann, autor de monstros mitológicos egressos da idade média germânica e do oriente mongólico; um Darel Valença Lins, interessado pelo ambiente urbano e seus casarões decrepitos, que aos poucos foi juntando numa visão geral da cidade, o primeiro e o melhor, entre os artistas modernos a realizar litografias; um Rossini Peres, grande intérprete das favelas cariocas, hoje em dia, afastado dos ácidos, se exprime completamente em ponta sêca; uma Fayga Ostrower, grande colorista premiada em Veneza.

Sempre espiritualmente ligados a Goeldi, mas formados no atelier de Iberê Camargo, Anna Letycia e Mário Carneiro, apesar de beirar os 30, já alcançaram uma linguagem própria, que se manifesta no interêsse pelas texturas dêste, e no sapiente uso dos ácidos, na delicadeza das “morsuras” daquela.

Para concluir estas notas sôbre a gravura nacional será necessário tratar ainda de Otávio Araujo que da madeira e da figura humana extrae tristes e desesperadas notas de trágica beleza.

Roberto De Lamonica autor de espaços interessantemente luminosos, conseguidos por complexa combinação de técnicas e Luiz Toledo Piza, atualmente residente em Paris, prestigiado elemento daquela escola que, também na colagem, conjuga formas misteriosas em ritmos largos e espaciais.

Maria Bonomi alcança misteriosas vibrações e espaços encantados, compondo grandes massas escuras marcadas pela madeira.

Na pintura entre os mais representativos se encontram Carlos Scliar, chefe do que foi o movimento “realista social”, atualmente preocupado com a cor-luz, aplicada em objetos quotidianos. Glaucio Rodrigues, integrante do movimento “realista-social” e atualmente voltado para a pintura informal, residindo em Roma.

Jacinto Moraes, um isolado que, apagando a pincelada e calmando o desenho, se torna cada dia mais coerente e pessoal. Enrico Bianco, o único dos alunos de Portinari digno de nota, senhor de uma paleta fantástica e desenhista consumado, é como Moraes um isolado. João Carboncini Quaglia, baiano, no início da carreira influenciado por Portinari, encontrou seu caminho na redução da figura humana a campos cromáticos coerentemente estruturados.

Leonelo Berti, aluno de Rosai, italiano estabelecido no Rio de Janeiro, focaliza com pinceladas largas e espatuladas de cores intensas, os miseráveis e as favelas cariocas, seguindo um caminho, que através de Daumier e Goya tem as raízes mais afastadas no desenho de Tiépolo.

De toda outra origem geográfica e artística é Raimundo de Oliveira. Baiano de Feira de Santana, residente em São Paulo, restrito ao tema bíblico, compõe ritmos abstratos, através da reprodução de elementos figurativos, focalizados isoladamente sobre um fundo uniforme.

A corrente informal, que explodiu entre nós, em 1958, e teve inúmeros adeptos superficiais e interesseiros, atualmente conta com alguns artistas de renome. Entre eles devemos destacar em primeiro plano Antonio Bandeira, companheiro de “atelier” de Wols, em Paris, e desde 1950 encaminhado numa representação lírica e livre de conjuntos urbanos, onde o acidente técnico era encaixado na composição como elemento expressivo. Com repercussão fora do Brasil, opera em São Paulo, Manabu Mabe, premiado nas bienais de Paris e São Paulo, nascido no Japão, que conseguiu fundir o aspecto rápido e improvisador da caligrafia oriental com a demorada valorização das texturas, própria da pintura ocidental, confiando suas formas a cores pastosas e extremamente agradáveis.

Menos ligada às superfícies, dando um sentido gráfico notável, que combina com valorizações cromáticas de vibração acentuada e castas de pigmentos, apareceu, em 1959, na Galeria das Fôlhas, firmando-se imediatamente, Sheila Brannigan. Com orientação mais composta e estruturada são dignos de

nota pela originalidade da expressão Tomie Ohtake, Yolanda Mohali e Arcangelo Ianelli.

Sob certos aspectos se apresenta como renovador o jovem Donato Ferrari que deixando de lado a tela lisa, passa a puxá-la no chassi, enrugando-a e criando tensões que dominam a composição.

Maria Leontina, dona de uma grande imaginação, autora de espaços quiméricos, elabora suas composições fora de qualquer tempo e localidade objetiva.

Ernani Vasconcellos, membro de lendária "equipe" do Ministério da Educação, arquiteto de primeira importância e na pintura realizador de superfícies conjugadas e desdobradas, pode ser considerado o representante cromático da espacialidade de Mies Van der Rohe.

Gastão Henrique, partindo de leves cortes na superfície do quadro, aumentou sempre mais o desnível, armando retábulos de aparência arcaica, longínquas presenças medievais, românicas e místicas, recortadas na madeira. Afim a Gastão Henrique, no conteúdo misterioso, de onde não são expulsos as bruxas, existe um grupo que se realiza com independência na forma. São os realistas mágicos, ligados ao mundo fenomenológico. Não pecam por ortodoxia, permitindo-se ligações e ilações de todo tipo, nem procuram apresentar uma realidade logicamente construída pela imaginação, como os surrealistas, mas fazem da incongruência sua força, ligando assim duas figuras de maneira inesperada, suscitando no espectador uma série de relações novas, desencadeadas pela emoção e não pela lógica. São eles: Otto Stupakoff, que com as fotografias e colagens dá aspecto e vida nova aos destroços do tempo.

Wesley Duke Lee sempre disposto a partir para um mundo de imaginação e sempre freiado pelo senso de humor, que provoca voltas constantes à realidade.

Maria Cecília Manuel-Gismondi, livre das regras da gravidade e da fisiologia, dá raízes aos animais, asas aos peixes, barbabanas aos pássaros e fisionomia aos velhos casarios, obtendo isso com a colocação destes seres na tela, em lugares diferentes do que os esperados e não com intervenções cirúrgicas.

Não unidos em grupo mas ligados pela espontaneidade com a qual retratam a paisagem brasileira, encontramos José Antonio da Silva e José Ignácio. O primeiro se distingue pelo aspecto primário da fatura um tanto vulgar mas forte e pela presença do homem.

José Ignácio é delicadíssimo na fatura e um tanto imaginário em seus quadros verdes salpicados de flôres, campos de esmeraldas misturados com o tesouro de um potentado oriental.

Mais imaginativo ainda é Francisco da Silva, autor de monstros mitológicos surgidos da fauna e das lendas do nordeste.

Do rio São Francisco e da paisagem humana, das vaquejadas, extrai sua inspiração Manezinho de Araujo, conhecido cantor.

Enquanto o compositor Heitor dos Prazeres, com delicadas minúcias, focaliza dansas por vezes localizadas em ambiente agrícola, Rubem Valentim, com figuras geométricas, cria imagens carregadas de vitalidade baiana.

Hercules Barsotti, deformando levemente a figura geométrica regular, ou alternando a simetria, atinge alto nível poético com um mínimo de recursos. Abre a brecha para a poesia na república de Platão, estado ideal e abstrato, representado pelas formas geométricas.

Willys de Castro, partindo do plano, envolveu com a pintura o quadro nos lados e no reverso, transformando-o num corpo perpendicular à parede. Corpo penetrante no espaço elemento que reflete suas cores na parede e que ele, muito inteligentemente, chamou de objeto ativo.

Aluisio Carvão e Décio Vieira, partindo dos princípios construtivistas de Mondrian evocados por Max Bill, dividindo o quadro em dois ou três campos apenas, atingem grande emoção pela delicadeza e intensa vibração da cor.

O primeiro, porém, nos últimos tempos, foi desarticulando sempre mais a composição e tornando menos definidos os contornos dos campos cromáticos.

A este grupo, que no Rio chamou-se “neo-concreto”, pertenceu também Lygia Clark, mineira de nascimento e até uns anos atrás apenas pintora, mas hoje escultora revolucionária e genial, que com estruturas móveis cria uma escultura espacial geométrica que admite para cada peça um sem número de soluções.

Outro escultor digno de nota é o baiano Mario Cravo. Temperamento exuberante trabalha com o arame, a chapa de

ferro, a madeira e a pedra sabão, sendo que com esta fez as melhores obras. Da escultura se serve para brincar e fazer arte, quebrando freqüentemente o nível artístico das peças.

Sempre da Bahia, formado-se tècnicamente no “atelier” de Mário Cravo, para o qual lascava a madeira, apareceu com fôrça extraordinária Agnaldo dos Santos, meteoro no céu brasileiro. Morreu aos trinta e poucos anos, deixando uma obra excepcional pelo valor plástico, pela fôrça contida que a forma adquiria como extremo limite de uma expansão orgânica.

Sem considerar os escultores cariocas que vivem em Paris, Sônia Ebling e Sérgio Camargo, o escultor mineiro residente no Rio, companheiro de “atelier” de Bandeira e de Dacosta, o sumidíssimo José Pedrosa, operam em São Paulo escultores de notável importância: Calabrone, Clélia Cotrim Alves, Felicia Leirner, Liuba Wolf, Takeo, Nicolas Vlavianos e Vescovi, sendo que êste último é também um pintor de fôrça notável, cujos quadros bem estruturados reproduzem as formas fixadas na escultura: eixos ascendentes cortados por faixas transversais, caminho para o nada.

Num país onde considerável número de artistas dedica-se ou dedicou-se exclusivamente à gravura, não extranha que o desenho seja tratado não apenas como obra de expressão finita, mas de que para alguns artistas seja o único ou principal meio de expressão.

A êle confiaram quase que exclusivamente sua fala, Abelardo Zaluar, Aldemir Martins e Anisio Medeiros. Abstrato e preocupado com as solicitações do material, o primeiro realiza desenhos bem compostos e livres; Aldemir Martins, que teve gravada na infância a epopéia do cangaço, manteve uma fidelidade ao tema, que superou as orientações estilísticas sempre mais sintéticas e expressivas, onde a linha é contôrno e textura, estrutura e adôrno. Egressos da gravura mas sempre mais concentrados no desenho temos:

Marcelo Grassmann com seus monstros e cavaleiros, Darel com as cidades rememoradas e Antônio Henrique do Amaral com faunas e flora mitológicas.

Notáveis ainda são os desenhos do gravador e pintor basco, Odriozola e as composições de técnica mixta, desenho-monotipia de Augusto Rodrigues e Gesa Heller.

Como consequência da nova situação industrial do país e de mudadas exigências estéticas, no comércio diário, às

quais não são estranhas as teorias da Bauhaus, alguns artistas passaram a dedicar-se à arte industrial.

Olly, mantendo-se ainda num campo artesanal, pinta magistralmente tecidos para mulheres.

José Avila se dedica ao vidro produzindo afusoladas garrafas e pesquisa a pintura em materiais plásticos.

A composição e empaginação de livros e revistas, que somente Santa Rosa tinha cuidado, têm já bons cultores como Carlos Scliar, Glauco Rodrigues, Vera Tormenta, Bea, Willys de Castro, Barsotti, Wolner, Wesley Duke Lee.

Nos móveis, que já foram uma nossa antiga glória da época colonial, temos agora dois idealizadores geniais: Joaquim Tenreiro e Sérgio Rodrigues.

Finalmente na arquitetura, além da “equipe” do Ministério da Educação, aparecem Sérgio Bernardes, autor do Pavilhão Brasileiro na Exposição de Bruxelas, Pallanti, Mindlim, Kaufmann, Gadelha, Gasperini, Vital Brasil, Adhemar Marinho, Bratke, Wilhelm, Tibau, Aflalo, Lina Bó Bardi, Croce, Castro Mello, Milan, Candia, Flavio Marinho Rego, Lemos, e numerosos outros arquitetos, cuja elaboração cultural e artística será objeto de estudo separado. A paisagística é representada por um artista de renome internacional, verdadeiro poeta da vegetação: Roberto Burle Marx.

Com isso, partindo das primeiras épocas coloniais, passando pela maturidade barroca e intromissão neo-clássica, chegando à recuperação moderna, podemos considerar concluída esta rápida visão sobre a arte que se realizou no Brasil, tendo características mais ou menos originais conforme a genialidade dos artistas; possuindo atributos peculiares à terra onde nasceu, entretanto essa arte não é essencialmente brasileira porque a arte é sempre apenas essencialmente arte e acidentalmente francesa, italiana, espanhola, portuguesa e, por vezes, brasileira.

DO SIGNIFICADO NA COMUNICAÇÃO HUMANA

JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO

INTRODUÇÃO

HÁ alguns meses reuniram-se homens de empresa de poderoso sindicato de classe. Problema em pauta: a questão do preço das mercadorias. Defendeu-se com ardor a garantia de *lucros justos* para os empresários. Todos estiveram de acôrdo, até o momento em que se pediu definição precisa sobre a expressão *lucros justos*.

Nos Estados Unidos da América do Norte, campanhas publicitárias intensas procuraram vender ao público a idéia da defesa da “Livre Iniciativa”, até o momento em que se levantaram dúvidas sobre a significação verdadeira do termo.

Nos cursos de Comunicação Humana da Escola Superior de Comercialização surgiram, dentre centenas de outras, as seguintes definições de *nacionalista e nacionalismo*:

— indivíduo dotado de sentimento nativista, defensor dos verdadeiros interesses da nação;

— aquêle que crê, segue e defende os princípios da sua terra;

— aquêle que se sente temeroso de defender ostensivamente a ideologia comunista, ou os interesses imperialistas dos norte-americanos no Brasil;

— todo aquêle que sòmente aprova o que é genuinamente brasileiro, nada aceitando que venha de fora;

— pessoa que defende idéias internas e não apóia qualquer idéia, procedente de outro país;

— aquêle que defende o patrimônio da nação, não admitindo interferências estrangeiras;

— pessoa que combate os estrangeiros;

— aquêle que quer que as riquezas do país sejam exclusivamente por êle aproveitadas e usufruidas;

- o verdadeiro patriota;
- indivíduo que supõe, a todo momento, que vamos ser engolidos, seja pelo capitalismo explorador, seja pelo marxismo ateu;
- pessoa que querendo fazer-se passar por patriota, procura encobrir, com a bandeira do país, os atos que pratica com finalidades egoístas;
- denominação de ideologia muito em voga ultimamente, e que se caracteriza por ser contrária ao regime capitalista;
- quem quer que se filie ao movimento político, que objetiva suprimir a participação estrangeira, em qualquer forma de atividade econômica, passível de produzir lucros;
- concepção ideológica que, na sua ordem de valores, acentua o aspecto nacional das coisas;
- indivíduo que, visando o bem comum e o engrandecimento do país, utiliza todos os meios possíveis para a concretização desse objetivo;
- doutrina que prega a auto-suficiência da nação;
- pessoa que defende a emancipação econômica do país, através da exploração intensiva de seus próprios recursos;
- o indivíduo que experimenta um alto e sincero desejo de lutar pelo desenvolvimento do seu país e de morrer pela sua soberania;
- o ególatra inescrupulosamente atizado pelo bolchevismo internacional.

A exegese destas definições constitui precioso ensinamento sobre a relatividade dos significados na Comunicação Humana. Daí dizer-se que, em tôdas as idades, os homens têm lutado e morrido por palavras, cuja significação exata jamais foram capazes de compreender.

“A PALAVRA É CONHECIMENTO COM AMOR”

Na clássica definição de Sto. Anselmo, encontram-se as raízes da complexidade extrema do significado. As palavras nada significam por si mesmas; só têm significado, quando um ser pensante faz uso delas. O fenômeno muito mais amplo da *compreensão* — o objetivo supremo das sociedades humanas — liga-se, indissolúvelmente, ao significado, porque quando descobrimos o que uma coisa significa, compreendemos a coisa: “compreender é apreender o significado”.

Admitindo embora, que palavras iguais pudessem significar coisas diferentes, e palavras diferentes pudessem, por sua vez, significar coisas iguais, Tomás de Aquino acreditava na existência de uma só palavra capaz de significar com exatidão, uma só coisa em particular: a palavra dos Sacramentos e dos ritos da Igreja. Descartes, que revolucionou os caminhos da ciência, mostrou-se bastante conservador ao não aceitar a arbitrariedade, na significação das palavras por medo que isto solapasse a indispensável confiança nos axiomas: “há grande equívoco quando se crê ser arbitrária a significação das palavras”. Algo arbitrário seria “a união da idéia a determinado som, em lugar de a outro som qualquer”, o que, convenhamos, vem a dar na mesma.

Entre os primeiros a considerar individual o significado, Pascal negou pudessem as palavras servir à Comunicação Humana, porque “nem todos os homens têm idéia idêntica da essência das coisas, o que quer dizer que, nem todos os homens dão às palavras a mesma significação”.

Locke rejeitou essa posição, voltando a Tomás de Aquino ao acreditar no único sentido de cada única palavra. Sua definição é clássica: palavra é a *fixação de um conceito*.

Curiosa esta convicção em espíritos de tal forma abertos como Descartes e Locke. Talvez temessem o retôrno às doutrinas de Platão, que considerava as palavras “sons articulados na garganta”, e a Linguagem “o resultado das combinações dinâmicas de certos sistemas nervosos”, ambas incapazes de reproduzir o pensamento puro das idéias-formas, as quais, lamentava-se o filósofo, não poderiam deixar de ser contaminadas pelos “odores do mundo”. Deus é a palavra mais qualificada para escapar a essa contaminação, comenta Brinton e, apesar disso, tôdas as grandes religiões monoteístas modernas não se entenderam sôbre o seu significado.

William James incrimina a palavra como responsável pela crescente impiedade humana, reduzindo a divindade a aglomerado de atributos verbais, “confusa reunião de adjetivos pedantes”, o verbalismo substituindo o transcendental significado de Deus. Talvez porisso Bacon sublinhasse o “caráter diabólico” da Linguagem, acusando as palavras de atirarem tudo à confusão, afundando a humanidade em vãs, falazes e inumeráveis controvérsias.

Em nossos dias, Ogden e Richards consideram a palavra um “atraso de vida”. Não se conformam em que os homens se tenham despojado das caudas há milhões de anos, e ainda se comuniquem através de um meio desenvolvido até o ponto

de satisfazer trogloditas . . . Lideram as correntes modernas da Semântica, segundo as quais, não existe a menor dúvida sobre a inadequação da palavra falada ou escrita para a comunicação de idéias.

Chase insurge-se contra a “tirania das palavras” e chega a extremos de recomendar que tôdas as vêzes em que nos sintamos inclinados a usar expressões como “modo democrático de viver” ou “civilização cristã”, devemos substituí-las, no texto ou na exposição verbal, por alguns sons inarticulados como “bla-bla-bla” ou “mu-mu-mu” — e seguir para frente.

A ORIGEM DAS PALAVRAS

Walt Whitman encantou-se com a *espiritualidade* das palavras; imaginava vê-las chegar, como sombras, das profundidades dos séculos sem fim . . . As concepções da Linguística moderna são bem menos românticas: a palavra, nas suas origens, deve ter sido meio de exteriorizar emoções, passando pela incitação vocal pura, a fim de chegar, muito mais tarde, ao raciocínio.

A origem afetiva da Linguagem é definida por autoridades como Vossler, o qual mostra, entretanto, a relatividade dos conceitos “emocional” e “lógico”. Nem tudo que é lógico será necessariamente não-emocional, como nem tudo que é emocional será obrigatoriamente não-lógico. Estados de ânimo não-emocionais absolutos não existem, pois a ausência de vida emocional seria a morte da vida intelectual, loucura.

Sapir estabelece diferenciação profunda entre dois atos humanos aparentemente iguais em potencial: andar e falar. Pode dizer-se que o ser humano “está predestinado a caminhar”; seu organismo está preparado para realizar tôdas as descargas nervosas e adaptações musculares, que dão origem ao ato de caminhar, o qual considera-se função biológica inerente ao homem. A Linguagem é diferente; embora, em certo sentido seja claro que o homem está equipado fisiologicamente para falar, só falará *se nascer e desenvolver-se em sociedade*. Eliminada esta haverá, diz Sapir, tôdas as razões para crer, que aprenderá a andar se conseguir sobreviver. Mas, “igualmente seguro é que jamais aprenderá a falar, isto é, a comunicar idéias, segundo o sistema tradicional de uma sociedade determinada”.

Casos famosos têm confirmado, na vida real, a tese do mestre inglês. O “Selvagem de Aveyron”, que cresceu isolado

até aos 12 anos de idade, viveu até aos 40, mas, não conseguiu mais do que balbuciar alguns sons interpretados como palavras, interpretação essa parecida com a de Hayes, em 1950, das únicas duas “palavras” ditas por seu pequeno chimpanzé, depois de dois anos de exercícios beneditinos: PAPA e CUP.

A menina de Midnapore, da Índia, criada pelos lobos até aos 8 anos, demonstrou ao ser encontrada, e durante os primeiros meses de re-educação, total ausência de Linguagem.

O faraó Sesostri, há milênios, colocou para serem criadas juntas, desde a mais tenra infância, uma criança egípcia e outra frígia, em local absolutamente deserto, servidas por escravos surdo-mudos. Seu objetivo era saber qual das duas línguas era a mais antiga, o egípcio, ou o frígio...

Muitas vezes, diante do mistério do significado, experimentamos essa puerilidade faraônica, esperando que do indivíduo, do meio, ou de fatores puramente casuais, surja, em nosso espírito, uma revelação.

Para Chauchard, a palavra integra o homem na sociedade. Esta a sua grande função, embora, como decorrência de ser um fato social, não possa escapar às injunções do meio em que se desenvolve, tornando-se polissêmica, ou seja, adquirindo naturalmente uma porção de sentidos. Assim, detrás de cada palavra ocultam-se “noções difusas e opacas, em perpétuo movimento, difíceis de serem detidas”.

A palavra é, sem dúvida, uma coisa viva e sua cronologia pode ser comparada à existência humana: nasce, vive, desenvolve-se, decai e pode morrer.

Hoje em dia, ninguém chamaria “aguçoso” a um aluno atento, como não qualificaria de “acarvada” uma pessoa aflita. São arcaísmos, palavras em agonia, mortas, embora algumas diferentemente dos humanos, sejam capazes de ressuscitar. A palavra “achacar” é um exemplo curioso. No Século XIV significava “fazer queixa perante autoridade”. Era respeitável e recebida em locais de privilégio. Morreu e ressuscitou no Século XX, mudando de significado: marginal, vive na boca da ralé, e quer dizer chãmente, “tomar à força dinheiro emprestado”.

Entendem-se os homens através das palavras?

Hobbes afirmou, no seu tempo, a impossibilidade de definir o “infinito”. O significado confuso de nossos dias não se restringe apenas a palavras transcendentais. A definição da palavra *socialista* feita por Hitler antecipa o mundo terrível de Orwell, onde “a verdade é mentira, a justiça, injustiça, a liberdade, escravidão”. “Quem quer que esteja preparado para fazer da causa nacional a sua própria, em tal extensão que

saiba não haver maior ideal que a prosperidade de sua pátria; quem quer que haja compreendido nosso estupendo hino nacional, “Deutschland ueber alles”, para significar que nada neste vasto mundo ultrapassa a seus olhos a Alemanha, povo e terra — êsse homem é um socialista”.

Bréal queixa-se de que, muitos objetos recebem nomes inadequados, seja por ignorância dos autores originais, seja por haver sobrevindo alguma mudança perturbando a harmonia entre o símbolo e a coisa simbolizada. Apesar disso, as palavras continuam as mesmas, “como se estivessem impregnadas de inatacável retidão; ninguém pensa em revisá-las e são aceitas por um consentimento tácito, muitas vezes inconsciente”.

Os povos primitivos identificavam as palavras com as coisas que elas procuravam representar, e os estudos de Frazer têm demonstrado a universalidade dos tabus verbais. O mesmo terror do aborígene primitivo, de que os inimigos soubessem seu verdadeiro nome — encontra-se no pecado bíblico ao transgredir o mandamento “não usarás o seu santo nome em vão”. Esta impossibilidade irracional de abstrair da palavra a coisa que representa, permanece até aos nossos dias, perturbando bastante todo o processo da Comunicação Humana. Stuart Chase coloca entre os principais obstáculos à compreensão entre os homens, a confusão entre a palavra e a coisa. Sua demonstração clássica utiliza-se da palavra “desemprego”:

1. Quando um homem perde o emprego e está empenhado em arranjar outro.
2. Quando um homem perde o emprego, mas, não procura outro: tem renda que lhe permite viver sem trabalhar.
3. Quando um homem precisa de emprego, mas é fisicamente incapaz.
4. Quando um homem é dispensado por alguns meses, faz um acôrdo com a empresa para receber indenização parcial e aguarda o momento de ser readmitido.
5. Quando um homem trabalha meio-expediente e procura outro emprego para reforçar seu orçamento doméstico.

Não é à-toa — diz Chase — que os economistas se degladiam cada vez que discutem o problema do *desemprego* nos Estados Unidos.

SEMÂNTICA

A Semântica esforça-se por estudar sistematicamente os significados. Atribui às palavras os mal entendidos que atormentam os homens e, em todos os séculos, têm ameaçado a própria sobrevivência da humanidade. Para muita gente, só tem de novo o nome, tratando-se de velha cogitação filosófica, que vem da mais alta antiguidade. Sua finalidade é ajudar a *precisar* os significados, o quê, muitas vezes, resulta em vã tentativa de desvendar os mistérios da Linguagem.

Um desses mistérios, é a possível ausência de correlação entre o nível de civilização e a precisão do vocabulário. Uma tribo de índios da Califórnia, os “hupas”, utilizam-se de linguagem consideravelmente mais exata que o Inglês dos civilizados. Sempre que um “hupa” faz uma declaração, acrescenta-lhe um sufixo para indicar a *fonte* de autoridade. Há sufixos para o que se viu, para o que se ouviu e para o que apenas se conjecturou — distinção precisa entre observação, informação e inferência.

A Linguagem ideal seria aquela onde houvesse correspondência exata entre a palavra e a idéia. Se existisse essa exata correspondência entre símbolos físicos e conceitos mentais, os homens poder-se-iam compreender, uns com os outros, como se lessem as respectivas mentes. Esta Comunicação imediata, porém, é considerada pelos teólogos, atributo dos anjos...

O ideal de uma Linguagem Universal mantém-se vivo, através dos séculos, e reflete a consciência da inadequação desse instrumento de Comunicação Humana. Todavia, é mais fácil aprender uma língua viva do que uma língua artificial — o que explica, de certa maneira, o fracasso do Esperanto e de tantas outras tentativas semelhantes. Mário Pei assinala a criação de 500 línguas para uso universal, desde o Século XVII. É possível, que a maior dificuldade na divulgação e aceitação dessas línguas artificiais, esteja no inaudito esforço, que se exige do homem para aprender a manejar um instrumento frio, sem emoção, nem vida interior.

LINGUAGEM E SOCIEDADE

A Linguagem é cada vez mais fenômeno psico-social. Qualquer indivíduo nascido em determinado ambiente, pensará em termos do meio social em que vive. A natureza do pensamento é tão afetada pela linguagem dominante na socie-

dade, que Dunlap definiu-a como “pensamento cristalizado do povo”.

Chase registra ser impossível, em algumas línguas, estabelecer qualquer diferença entre *matar* e *assassinar*; matar por acidente e assassinar deliberadamente só podem ser expressos de uma forma. Existem no árabe 5.000 palavras, de alguma forma ligadas à palavra *camelo*, e o mesmo acontece com a palavra *neve* entre os esquimós. O verbo “to get” reflete, sem dúvida, o sentido prático dos norte-americanos, enquanto a adjetivação em massa é natural à exuberância latina.

A Linguagem surge e evolui na vida social. Daí suas numerosas formas, e as diferenças semânticas que correspondem a diferenças de mentalidade. O grau de variação nos 2.796 idiomas falados no mundo vai desde as nuances dialetais até a diferenciação mais extrema. O governo chinês empenha-se na substituição dos 44.000 ideogramas da língua nacional, pelos caracteres latinos, o que permitirá — espera-se — uma dinamização da mentalidade chinesa. No momento, em Chinês, a mesma palavra muda de significado segundo o tom com que é pronunciada. A palavra “chiu” por exemplo, significa *porco*, pronunciada em tom normal, *cavalheiro*, dita em tom descendente e *bambu*, ascendente.

No Português, a simples mudança de ênfase nas palavras de uma frase pode mudar sua significação, como se poderá observar na leitura corrente em voz alta, destas seis frases:

1. Você viu aquele sujeito sair correndo?
2. Você *viu* aquele sujeito sair correndo?
3. Você viu *aquêle* sujeito sair correndo?
4. Você viu aquele *sujeito* sair correndo?
5. Você viu aquele sujeito *sair* correndo?
6. Você viu aquele sujeito sair *correndo*?

ORATÓRIA

A importância do tom é reconhecida em diversas línguas, pela influência que exerce sobre os significados. Muitos oradores reconhecem a superioridade da paixão sobre a lógica, e sabem de que maneira, belas palavras vazias de sentido, podem sensibilizar auditórios.

A Oratória asiática, nascida em Siracusa, diz pouca coisa em excesso de palavras; é acima de tudo, enfática, prestan-

do-se admiravelmente à declaração e à maioria dos discursos políticos de campanhas eleitorais.

A maioria dos discursos de Robespierre que chegou até nós, é reconhecidamente, de enorme pobreza de conteúdo, da mesma forma que Hitler preocupava-se muito mais com a forma do que com o fundo dos inumeráveis — e, na maioria, tremendamente ilógicos — discursos que pronunciou.

Há tantas maneiras de dizer-se a mesma coisa, tantas tonalidades possíveis e tantas formas de expressão fisionômica e mímica, que se torna indispensável considerar a sério o *estilo* de falar. Esse estilo de falar contribui para a reputação individual, e projeta a personalidade através da Comunicação Humana.

Um dos riscos está na possibilidade de quem fala superestimar o *tom* da voz, em detrimento da *essência* do pensamento.

Górgias, discípulo de Tísias, costumava utilizar palavras exquisites, não pelo significado, mas pelo som.

Henri-Robert ensina que “pensamentos admiráveis expressos por uma voz má causam pouco efeito. Ao contrário, o auditório se deixará conquistar, se V. disser coisas medíocres com voz bem timbrada, porque o ouvinte não percebe senão a música, e não retém nada das palavras”.

O fato de ser a persuasão obtida muito mais através da paixão do que do pensamento, tem representado efeitos desastrosos na compreensão dos significados. Isto, aliado ao reconhecimento de que, os homens de nossa época vêm à luz em um mundo cultural bem diverso do mundo natural, onde se desenvolviam nossos antepassados, ameaça imergir a humanidade em um estado de absoluto caos, no que tange à compreensão e intercâmbio das idéias.

Um exemplo corriqueiro demonstra a dramaticidade da situação atual do homem perante a palavra: qual o conceito de *estado democrático*, de um lado e de outro da “cortina de ferro”?

O SIGNIFICADO EM NOSSOS DIAS

Cuatrecasas considera a palavra o instrumento mágico do progresso social e da concórdia entre os homens: “esclarece erros, ensina caminhos, ilumina o futuro com idéias novas, e desde que aparece na história do homem começa a eclipsar-se o império da força”.

É uma atitude idealística, bem distante das posições iconoclastas que tantos filósofos e psicólogos adotaram no passado. Claro que dentro do dualismo das idéias humanas, movimentando-se entre extremos, podemos, considerar a palavra ora um mal, ora um bem. Expressões gloriosas como Pátria, Deus e Liberdade cobrem-se de opróbio e tragédia, e a revolta de Madame Roland, na guilhotina, ainda sôa atualíssima, aos nossos ouvidos.

A importância predominante do receptor na Comunicação Humana levou Gardiner a pregar que o significado de uma palavra é aquele que o receptor lhe atribui. Nessa posição extrema, as palavras deixam de ter qualquer sentido sério e nos precipitamos em pleno niilismo verbal.

Esse niilismo é vigorosamente combatido por Boguslavski, o qual se insurge contra Stuart Chase e as diversas correntes céticas modernas quando afirmam não serem as palavras capazes de expressar o que pensam os homens.

Esta idéia nada tem de novo. Schopenhauer não hesitou em escrever que os pensamentos morriam tão logo incarnavam-se em palavras. O próprio Lenine repete Sócrates ao recomendar cuidado na definição das palavras, antes de colocá-las em debate.

Além das razões lingüísticas, que se baseiam na tese de Vinográdov sobre a unidade fonética gramatical e significativa da palavra, parece evidente que Boguslavski combate Chase por motivos essencialmente políticos. A teoria dos “idealistas semânticos” é qualificada de reacionária, por afirmar que as calamidades do mundo nascem da imperfeição das palavras e não das lutas de classes.

Tôda a controvérsia existente sobre o significado na Comunicação Humana parece repousar no dualismo de concepções dificilmente conciliáveis: para uns, é estático, enquanto para outros, é dinâmico.

Negar-se à palavra um significado único, preciso, é destruir a possibilidade não apenas da exposição dos axiomas, a que se referia Descartes, mas impossibilitar tôda a estilística de La Bruyère. Por outro lado, impossível não se considerar o caráter polissêmico das palavras, fruto de sua vivência social, de sua dinâmica na afetividade individual de que está impregnada. A variedade de sentidos é tão característica da palavra, como a sua possibilidade de reproduzir-se em símbolos orais e escritos.

Estamos inclinados a aceitar a tese da univocidade das palavras apenas nas suas origens. Efetivamente, tudo leva a crer

que, quando foi criada “cada palavra possuía uma forma material de significado único”.

Esta univocidade primitiva parece-nos explicar, em parte, a precisão da língua dos “hupas”, o que nos levaria a pensar que o desenvolvimento da civilização contribui para dar cada vez maior ambiguidade à palavra. Seria assim a civilização responsável pela precariedade da palavra como instrumento de Comunicação entre os homens.

Esta conclusão tem suas raízes nas idéias de Ogden e Richard sobre a inadequação da Linguagem ao homem de hoje; nossa linguagem é desatualizada e anacrônica, como se insistíssemos em andar de liteira nesta época de avião a jato.

O significado no mundo moderno tem sofrido o impacto do enorme potencial da Comunicação em massa, potencial êsse que é mobilizado nas sociedades modernas por pessoas ou sistemas nem sempre indicados para essa difícil e delicada tarefa. A Imprensa caracteriza-se, em grande parte, pela superficialidade com que complexas questões são tratadas. Não é raro que, ao lado da superficialidade, exista certo grau de irresponsabilidade, o que preocupa o pensamento liberal do mundo desde Jefferson. Os regimes totalitários esmeram-se em viciar a informação pública, deturpando-a, conforme acontece nos países europeus dominados pelos comunistas, cujo dogmatismo repete, de certa forma, a mentalidade medieval. Os próprios estados liberais modernos, como os Estados Unidos da América do Norte vêm impelidos, por interesses econômicos ou político-partidários, a viciar também, em certa extensão, o conteúdo da informação pública.

Êstes fatores aliam-se à distinção que é necessário fazer entre, pelo menos, três significados que cada palavra possui:

- 1.º — O significado básico
- 2.º — O significado contextual
- 3.º — O significado expressivo — individual — social.

Vejamos esta proposição na prática.

Pedro diz a Paulo :

— Seu filho é um bom aluno.

O significado de base será aquele que resulta da expressão “bom aluno”. Para que haja Comunicação é necessário, em primeiro lugar, que essas duas palavras tenham um significado, tanto para Pedro, quanto para Paulo. Se Paulo não entender o sentido das palavras “bom” e “aluno”, se nunca as

tivesse ouvido antes, a proposição não passará de uma frase ininteligível, como se alguém dissesse :

— Meu filho é um artum voltoe.

Sem saber o que quer dizer “artum”, nem “voltoe” não há possibilidade de compreensão.

Se as palavras “bom aluno” têm a mesma possibilidade de identificação para Pedro e para Paulo, alcançamos o primeiro significado.

O significado contextual é bem mais complexo. Para que as palavras “bom aluno” formem sentido são necessárias inúmeras e variadas condições. Basta, por exemplo, que o filho de Paulo não esteja estudando em lugar nenhum, para que o significado inicial perca toda a validade. Por aí se percebe que o valor contextual pesa muito mais decisivamente na compreensão do significado.

O contexto implica em diversos itens que se subentendem na proposição ou que exigem esclarecimento :

1. Que Paulo tenha um filho.
2. Que o filho de Paulo esteja estudando.
3. Que Paulo saiba que Pedro sabe ter êle (Paulo) um filho e êsse filho esteja estudando.
4. Que as relações humanas existentes entre Pedro e Paulo, autorizem uma proposição dessa espécie.
5. Que na escola onde o filho de Paulo estuda existam critérios de avaliação diferentes para os maus e bons alunos.
6. Que o conceito contextual das palavras “Bom aluno” seja de certa forma semelhante para Pedro e para Paulo, etc.

O terceiro significado que chamamos “expressivo — individual — social”, vem impregnado de motivações interiores. De alguma forma estabelece um pequeno sistema de ética: *por quê* Pedro estará dizendo a Paulo que o seu filho (de Paulo) é um bom aluno? Individualmente, qual a intenção de Pedro ao dizer a Paulo tal coisa? Desejará *elogiar* o filho de Paulo ou estará *ironizando*? Em que *situação* Pedro fez essa referência ao filho de Paulo? Na presença do filho, para despertar-lhe brios, supondo-se que seja um aluno medíocre? Neste caso, Pedro não poderia estar exagerando intencionalmente a aplicação do filho de Paulo?

Assim, o contexto pode ser considerado sob duas extensões:

1.º — O contexto anterior já de conhecimento de transmissor e receptor que torna possível a compreensão da frase e a sua inteligibilidade, ou seja, a sua pertinência, o seu “a propósito”, a sua lógica.

2.º — O contexto que poderia ser chamado circunstancial, onde a expressão individual entra em relação com a situação em que ela se manifestou, e completa o significado.

O significado é pois, simples relação de nexos, entre o som e a coisa, entre a coisa e o som. Sua função é substancialmente identificadora. Não é o rótulo — o qual seria apenas a palavra, o nome — é o *que está escrito no rótulo*.

Quem *escreve* no rótulo? Evidentemente só pode ser o homem, de onde, somos levados a concluir que a palavra, criação do homem, não pode deixar de ser *arbitrária*.

É problema filosófico antigo a relação do pensamento com a palavra. Aristóteles atribuía a origem da linguagem à convenção: “os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados de alma”. Entretanto, o filósofo considera idênticos em todos os homens, êsses estados de alma, o que não é verdade.

Alceu Amoroso Lima parece colocar-se entre os aristotélicos ao admitir uma expressão pré-verbal anterior à manifestação da palavra. Para êle, a palavra não é reflexo, nem imitação. Aparentemente é *de fora* que recebemos a palavra; o que se dá, porém, é uma simples excitação de virtuosidade pré-existente. Depende do mundo interior. Mas, como essa virtuosidade só se põe em movimento por excitação do mundo exterior, o exercício dos sentidos é necessário, não para produzir a palavra, mas para pôr em movimento o mecanismo *interior* da sua produção. A criança não recebe as palavras de fora: recebe de fora os estímulos para falar.

Parece-nos que esta explicação não responde por quê determinado objeto provoca a expressão verbal “sapato” na boca de um brasileiro e “shoe” no aparelho fonador de um garoto inglês.

Que uma excitação exterior leve necessariamente à movimentação de um mecanismo interior é apenas uma probabilidade: “Não poderemos nunca descobrir mais do que um acontecimento seguindo-se a outro, sem compreender nenhu-

ma fôrça, ou poder, através do qual a causa age, ou nenhuma conexão entre ela e os seus supostos efeitos”. Acreditamos, com Hume, que as causas são ocultas, e que pela própria natureza do que se supõe sejam as causas e pela maneira que o conhecimento humano se faz, o homem não pode mesmo saber como as causas produzem seus efeitos.

AS PALAVRAS NOVAS

A palavra é criação voluntária do homem. Embora a aceitação dêste princípio nos coloque diante da necessidade de conceber um homem *antes* da palavra, o que nos situa na senda complicada e tortuosa dos evolucionistas, os *neologismos* repetem hoje os processos mentais da mais remota antiguidade em que viviam os hipotéticos homens criadores de palavras.

Sendo a Linguagem um organismo vivo e considerando-se que, a todo instante, estão nascendo e morrendo palavras, qualquer pessoa está em condições de criar palavras. A criação de uma palavra é, pois, ato voluntário que posso exercer enquanto escrevo. Posso criar agora mesmo a palavra: *estentar*. Procuro um significado e empresto-lhe o de “ostentar alguma coisa de maneira a indicar a coisa que ostenta”. Estendo o meu anel de formatura, quando movimento intencionalmente o dedo onde o coloco, para chamar a atenção de outrém.

Se V. gostou da palavra pode utilizá-la: é sua. E, o mais importante, nada obsta que V. enriqueça o seu significado com outros sentidos.

Coloco-me assim, com o meu neologismo na companhia ilustre de Cláudio de Souza e seu “vesperal” e de Taunay com “necrotério”. Se aí permanecerai depende do leitor, e de, pelo menos mais alguns milhares de pessoas que aceitam o novo verbo.

Conclue-se que :

- 1.º — A criação de uma palavra é ato voluntário.
- 2.º — A caracterização da palavra como tal dependerá de possuir um significado básico.
- 3.º — A aceitação da palavra dependerá de fatores fora do contrôle do seu criador; embora tenha poderes

para inventar nova combinação de sons, esta nova combinação de sons só adquire fôros de palavra por fôrça da aceitação social. Eu crio os sons. A sociedade cria *palavras*.

- 4.º — A aceitação social da palavra inventada poderá enriquecê-la de novos sentidos, expandindo e complicando o seu significado.

Como nasceu essa palavra? Tentanto rememorar o processo de criação do neologismo, sei haver partido de uma combinação de sons arbitrária, para a qual, *depois de enunciada*, procurei um significado. Associei a palavra recém-criada *estentar* à palavra antiga *ostentar*. Imediatamente, veio-me à lembrança um humorista do “O Cruzeiro”, o qual divertia-se em criar palavras com ilações cômicas. A partícula “êste” lembrou-me o gesto de indicar. Por associação de idéias, à evocação de “indicar” visualizei um dos meus dedos com o anel de formatura.

Não poderia porém, ter partido de uma *coisa*, em lugar de uma simples *combinação de sons*?

Sem dúvida. Olho para o volume dos “Sermões” de Vieira, diante do caderno em que escrevo. Poderia dar um nome diferente à êste objeto que se chama livro. Por que se chama *livro* e não qualquer outra coisa? Não obsta que eu o denomine de maneira diferente.

Ocorreu-me, porém, uma dúvida: será que as outras pessoas aceitarão o nôvo nome criado por mim? Em caso negativo, reconheço, não teria criado uma palavra. Não seria mais fácil procurar um outro objeto? Quem sabe um objeto desconhecido, ainda sem nome? Onde, porém encontrar um objeto sem nome nos limites estritos do escritório de minha casa?

Fixo-me no livro. Daqui para a frente, denominá-lo-ei: *alesso*. Telefonarei ao meu livreiro... Livreiro? Não. Telefonarei a meu *alesseiro* dando-lhe a novidade e pedindo-lhe continui me avisando sôbre os *alessos* que sejam publicados.

Acabo de criar outra palavra. Desta vez, parti da coisa para a palavra. Pergunto-me: onde fui buscar a relação entre aquêle objeto de capa azul e dourada com a combinação de sons *alesso*? O nome *alesso* surgiu-me na mente, lembrando-me um amigo com o nome de Alessio. Haveria alguma relação entre êsse meu amigo e o nôvo nome do objeto à minha frente? Conscientemente não encontro nenhum. *Alesso* deve ter-me

ocorrido espontâneamente, e a semelhança com o nome de meu amigo deve ter sido percebida *depois* de criada a palavra.

Palavra?

Ainda não. Tenho à flor dos lábios a combinação de sons “alesso”, que desejo transformar em palavra para significar um objeto diante dos olhos. Isto só acontecerá, se outros também aceitarem êste neologismo. Com a ajuda de milhares de pessoas, meu “alesso” ganhará, ou não, fôros de cidadania, nêsse extraordinário país das palavras.

Verifico, entretanto, a diferença entre estentar e alessso. No primeiro caso, criei uma combinação de sons para a qual procurei conscientemente depois um significado. No segundo, parti de um objeto para uma combinação de sons arbitrária.

Na criação de palavras novas parece indiferente partir-se da combinação de sons para chegar à coisa, ou partir da coisa para se chegar à combinação de sons. O significado surge no momento em que, na minha mente, identifico o som com a coisa, ou a coisa com o som. Quais, entretanto, as relações entre a palavra e o pensamento?

A Lógica oferece à nossa escolha, três teses :

- 1.^a — A palavra e o pensamento equivalem-se
- 2.^a — A palavra é a indumentária do pensamento e não é necessária para o ato de pensar.
- 3.^a — Embora a palavra não seja o pensamento, é indispensável à sua comunicação.

Êste último ponto de vista é esposado por Dewey para quem, sem palavras as coisas não passam de estímulos cegos, de coisas brutas, já que as significações não são tangíveis em si mesmas, cumpre fixá-las, prendendo-as a uma existência física. Essas existências físicas, especialmente escolhidas para fixar e transmitir os significados, são as palavras, as quais apresentam diversas vantagens para a Comunicação Humana :

- 1.º — O valor direto e sensível de sons leves, de minúsculos caracteres impressos é quase nulo; a atenção não se desvia de sua função representativa.
- 2.º — A produção das palavras está sob nosso contrôle direto; podemos criá-la ou utilizá-las sempre que necessário.

- 3.º — Os sinais lingüísticos arbitrários são cômodos e de fácil utilização, concisos, portáteis, leves.

A palavra, conclui Dewey, pode ser considerada cêrca, rótulo e veículo.

1. A palavra como cêrca — Ligar uma palavra a um sentido põe-lhe limites, arranca-a do vazio, disciplina-a. As coisas para terem existência real, têm de ser pronunciadas, “tiradas de dentro para fora” pelos que pensaram.
2. A palavra como rótulo — A significação fixada em uma palavra aí se conserva para usos futuros. Na verdade, o método de armazenagem não é totalmente asséptico, e as palavras, em geral, corrompem o significado. Êste, entretanto, é o risco de todo ser vivo, pelo simples fato de estar vivo.
3. A palavra como veículo — Fixada a significação em determinada palavra, é possível utilizá-la em qualquer nôvo contexto; é possível a *transferência* do significado. Graças a isso, pode haver crescimento cumulativo da inteligência. As palavras são, pois, o grande serviço de transporte, os veículos que carregam as significações das experiências humanas.

O SIGNIFICADO E O HOMEM NA EMPRESA

O administrador moderno cansou-se de fugir ao problema da Comunicação Humana e resolveu enfrentá-lo. Para isso, procura *falar claro*, de maneira a ser bem compreendido pelos seus homens, em todos os escalões. Ao mesmo tempo, através das Relações Públicas, faz o que lhe é possível para *falar claro* também perante os diferentes públicos que, no seu campo de atividades, constituem a Opinião Pública.

Tudo isto é reconhecidamente difícil, e não lhe resta alternativa senão entregar-se a rigoroso aprendizado, desde que *sinta* o problema em tôda a sua extensão e gravidade.

Dentre os diversos autores que têm cogitado destas questões, Stuart Chase indica seis problemas de significado na Comunicação Humana, que se aplicam aos homens de empresas:

1. Confusão entre palavras e coisas.
2. Emprêgo descuidado de palavras abstratas.
3. Confusão entre fatos e opiniões.
4. Julgamento em “prêto-e-branco”.
5. Falsa identidade baseada em palavras.
6. Obscurantismo.

1. — Confusão entre palavras e coisas — Sua explicação mais simples está na evidência de que a palavra *cachorro* não morde. É preciso não esquecer que atrás de uma palavra, nem sempre está uma coisa. Logo nem sempre o *bom patrão* para Pedro, é o *bom patrão* para Paulo, como nem sempre um *bom empregado* significa a mesma coisa para o empregado e para o patrão.

2. — Emprêgo descuidado de palavras abstratas — Mais do que aquelas que procuram dar nomes as coisas, as palavras abstratas nascem impregnadas de afetividade e a sua significação é puramente individual. É preciso muito cuidado, cada vez que se discutem palavras abstratas, a começar do próprio conceito da empresa. Toda empresa é uma abstração. O que conta são as pessoas que trabalham na empresa, através das quais, a empresa tem existência real. Leva êste fato em consideração o diretor que se refere à empresa, para justificar seus atos?

3. — Confusão entre fatos e opiniões — Fatos são acontecimentos, enquanto opiniões são conjecturas. A pergunta sobre “o que é um comunista?”, determinado agricultor de Wisconsin respondeu:

— Não sei... mas, que essa gente não vale nada, não tenho a menor dúvida!

Sem conhecimento dos fatos, as opiniões possuem valor relativo e a maior parte dos desentendimentos nas empresas surge dos chefes procurarem atribuir às suas opiniões, a força de fatos... para uso dos subordinados.

4. — Julgamentos em “prêto e branco” — Embora muitas situações possam ser consideradas sob o ponto de vista estrito do dualismo, não se pode dividir a Humanidade com a segurança daquele político que exclamava:

— Para mim, só existem duas classes de pessoas, as que estão comigo e as que estão contra mim!

A linguagem é, em grande parte, responsável por essas polaridades, desde que é notória a falta de palavras intermediárias entre dois extremos. Como preencher sob este critério uma ficha de avaliação de empregado?

5. — Falsa identidade baseada em palavras — A confusão nasce da crença de que “coisas iguais a uma terceira, são iguais entre si”:

Os comunistas são contra Lacerda

Pedro é contra Lacerda

Logo, Pedro é comunista.

Esta mera associação verbal constitui ameaça ao significado: “O artifício” — escreve Chase — “é encontrar apenas uma característica, compartilhada pela vítima e um inimigo comum, para saltar logo à conclusão de que são idênticas todas as demais características. Com esse liame comum, pode provar-se a culpa, ou a inocência de qualquer pessoa, pelo menos para fazer cabeçalhos nos jornais”. Quantas pessoas “comunistas” estaremos qualificando em nossa empresa mediante esse processo absurdo?

6. — Obscurantismos — Alguns psicólogos acreditam na tendência humana de tornar complicadas as coisas simples. A. P. Herbert, membro do Parlamento da Inglaterra, exasperado com a linguagem dos burocratas do Governo, assim traduziu a frase imortal de Nelson: “A Inglaterra espera que cada um cumpra com o seu dever”: “A mãe pátria aguarda que, no que se refere à corrente conjuntura, o pessoal envolvido nas circunstâncias, mostrar-se-á a altura das questões em jogo, exercendo apropriadamente as funções outorgadas a seus respectivos grupos operacionais”. V. tem lido cautelosamente a correspondência da firma e experimentou gravar algumas ordens dos seus supervisores aos operários?

Haney dá grande realce ao fato de que a significação das palavras está muito presa ao que denomina “afetores”, ou seja, à disposição momentânea do espírito de quem a emprega. Uma palavra, portanto, em determinado momento, reflete hábitos, preconceitos, experiências, estados fisiológicos e emocionais, gostos, idiossincrasias, educação e hereditariedade, além dos conhecimentos individuais da Linguagem, os quais vão desde o mero tamanho e variedade do vocabulário até aos meandros da Sintaxe e da Estatística; quem sabe não conviria uma reavaliação dos valores humanos na sua empresa, levando-se em conta, a influência desses fatores nas avaliações anteriores?

Dewey lembra existirem limites para a possibilidade de novas combinações de palavras fornecerem novas idéias: “cripto-comunista” está no caso das tais impossibilidades, sendo, entretanto, palavra bastante divulgada. Um “cripto-comunista” seria um comunista *oculto*, ou seja, que não revela ser comunista. Ora, desde que a pessoa não se revela comunista, como denominá-la “cripto-comunista” quando nada sabemos dos sentimentos que esconde no íntimo? Por outro lado, quando a denominamos cripto-comunista deixa de ser cripto para ser apenas comunista. A palavra é perigosa, porque simplesmente nos oferece a facilidade indiscriminada de rotular criaturas humanas.

Há palavras que aceitamos no uso corrente, sem maiores cuidados com o significado. *Proletário* é uma delas. A falácia da luta de classes, aceita por milhões de indivíduos em todo o mundo, deriva de palavras que parece terem sido criadas com o objetivo de semear confusão. A quem se refere Lênine quando prega a união dos proletários de todo o mundo? A quem se dirigia Vargas quando iniciava suas orações aos *trabalhadores do Brasil*? Quais são as *classes-conservadoras*? Não serão, por acaso, aquelas que vêm realizando uma revolução econômica e social, através de suas iniciativas e realizações? Até no futebol, inofensivo, sob o aspecto social, já não nos acostumamos a classificar nossos campeões do mundo entre os cavalos de raça, com a palavra *plantel*?

Palavras como “urgente”, “importante”, “pessoal”, “confidencial”, e “reservado” desgastam-se rapidamente nas emprêsas e vão sendo esvaziadas das idéias que antes continham. Já que todos os assuntos são *urgentes* e *importantes*, nenhum assunto será mais urgente nem importante.

Pressionado pela demagogia política, envolvido pelas fermentações sociais, desamparado pela ausência de ideologias liberais, desencorajado por uma falsa dicotomia entre Estatismo e Livre Iniciativa, o homem de emprêsa defronta-se com mais uma esfinge no seu laborioso caminho para Tebas: o significado na Comunicação Humana. E é possível que, exasperado, deseje ser precipitado ao abismo a decifrar o enigma.

BIBLIOGRAFIA:

LINGUAGEM:

- PEI, M. — *“Language for everybody”* — Devin-Adair — NY — 1956.
- VOSSLER, K. — *“Gesammelte Aufsätze zur Sprachphilosophie”* — Munich — 1923.
- VENDRYES, J. — *“Le Language”* — Albin Michel — Paris, 1950.
- BALLY, C. — *“Le Language et la Vie”* — Genebra — 1913.
- OGDEN, C.K. — e RICHARDS, I.A. — *“The meaning of meaning”* — Routledge & Kegan Paul Ltd — Londres — 1923.
- GORSKI D.P. — *“Pensamiento y Language”* — Ediciones Pueblos Unidos — Uruguai — 1958.
- CUATRECASAS, J. — *“Psicobiologia del Language”* — Alfa — Buenos Aires — 1958.

SEMÂNTICA:

- CHASE, S. — *“Power of Words”* — Phoenix House — Londres — 1955.
- CHASE, S. — *“The Tyranny of Words”* — Phoenix House — Londres — 1938.
- GUIRAUD, P. — *“La Sémantique”* — Presses Universitaires — Paris — 1955.
- SCHRAMM, W. — *“The process and Effects of Mass Communication”* — University of Illinois Press, 1955.
- NEWCOMB, R. e SAMMONS, M. — *“Employee Communications in Action”* — Harper & Brothers, NY — 1961.
- HANEY, W. — *“Communication”* — Richard D. Irwin, Illinois — 1960.
- SENGER, J. — *“L’Art Oratoire”* — Presses Universitaires — Paris — 1951.

LÓGICA:

- DEWEY, J. — *How we think* — Heath, Boston — 1933.
- BRINTON, C. — *“Ideas and Men”* — Prentice-Hall — NY — 1950.

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA NACIONAL (*)

PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ

Tudo quanto se vai dizer, tem como pano de fundo a inflação galopante em que estamos imersos. De situação análoga, outros povos, culturalmente mais fortes do que o nosso, só conseguiram sair à custa de inauditos sofrimentos. Sem perder de vista êsse horizonte no qual se projetam nossos demais problemas e apelando para a conhecida advertência de que qualquer semelhança é mera coincidência, iniciam-se estas considerações com uma citação de Ortega Y Gasset:

“Digo-lhes que desta galeria obscura de anos inertes, de anos trágicos, porque a inércia pode assumir, em ocasiões, o aspecto de uma trágica condição, desse movimento de gerais que vão e vem e se sucedem, de Comissões que se reúnem e desunem sem resultar em nada, de temas que se suscitam e aos quais ninguém pensa em dar acabamento, nem chegar a fórmula mais elementar de sua solução, de todo êsse fundo, não lhes ficarão, todavia, flutuando na memória como o mais característico, grandes crimes constitucionais, nem, talvez demasiado grandes e súbitas descobertas de defraudações do Erário; porém, sim, o que emana de todos êstes anos obscuros e terríveis é uma omnímota, horrível, densíssima incompetência” (Ob. Completas vol. I pg. 283). Para minorar possíveis apreensões conseqüentes de uma incômoda coincidência, convém lembrar que Ortega escreveu êsse retrato da Espanha em 1914, 22 anos antes de uma das mais atrozes guerras civis que atormentaram um povo. Consola tomar consciência que ainda caminhamos em um compasso de espera, aguardando, de imponderáveis circunstâncias, que forças redentoras nos desviem do abismo para o qual, obstinadamente, marchamos.

(*) Êste artigo foi escrito antes da eclosão do movimento que culminou com a mudança do governo e, conseqüentemente, do panorama político nacional.

É inútil escondermos a nós mesmos o fato de que uma sociedade invertebrada não se pode manter de pé. Uma sociedade humana, só é uma sociedade humana, quando seus membros se unem num amplo consenso em favor de uma certa ordem de valores, cujos representantes mais idôneos vão lhe dar uma consistência hierárquica que corresponde à ossatura dos organismos vivos mais evoluídos.

Vivemos em uma sociedade na qual se procura, oficialmente, destruir tudo quanto corresponde à nossa herança social no que ela tem de melhor, sem nenhuma idéia de qual seja a estrutura de valores que a deva substituir, para que o povo brasileiro não se converta num agregado ilícito de ambições, frustrações e ressentimentos, em equilíbrio irremediavelmente instável.

Todos os povos passam por crises. Crise não é mais que um momento de decisão em qualquer encruzilhada de possibilidades. O que há no Brasil não é realmente uma crise, mas um processo de desagregação da vontade nacional que impede a escolha do caminho viável para o futuro do país. Ao contrário de ser um momento de decisão, é uma fase de adiamentos sucessivos frente a qualquer decisão. A vida do homem, sendo necessariamente escolha, escolher permanentemente a indefinição leva a comunidade brasileira a um estado de caquexia existencial progressiva que pode evoluir para a sua desintegração e morte. A análise de uma autêntica crise histórica brasileira, servirá para esclarecer a diferença radical entre este momento sócio-político e situações anteriores com as quais parece ter analogia. Veja-se, por exemplo, o que acontecia no Brasil no período que vai dos primórdios da independência, até a maioridade de D. Pedro II.

Desperta a consciência nacional, tipicamente brasileira, cabia, ou harmonizá-la com a consciência do império lusitano ou definí-la, na história, em forma específica e autônoma. O liberalismo português de então, incapaz da flexibilidade necessária ao momento, impôs ao Brasil a separação. Entregue a si mesmo o Brasil se defrontava com a sua organização sócio-econômica ganglionar, que, dificilmente, se poderia manter coesa. O exemplo da América espanhola, deveria ter levado o Brasil a uma solução análoga de decomposição de um organismo político, que a realidade social e econômica parecia tornar artificial. O princípio dinástico salvou a unidade nacional que a lucidez de alguns homens da época fez ver como de vital importância para o futuro da nacionalidade. A crise se torna grave em 1831 após a abdi-

cação do primeiro imperador. Um liberalismo exacerbado, impelia o país para a república; a reação restauradora queria, de volta, o imperador desposto. O espírito conservador do país, guiado pela clarividência de um pequeno grupo de grandes políticos levou a Nação, através de tôda sorte de obstáculos, até à maioria do segundo imperador e nessa opção de resistência a tôdas as alucinações extremistas da época, colocou-a no caminho da estabilidade equilibrada, que lhe deu 50 anos de segurança, para fixar os traços essenciais que deveriam configurar a fisionomia nacional. Nome que avulta entre os maiores do tempo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, sentiu, como ninguém, o país real que pulsava sob a cúpula do país legal. Êle, um liberal, coadjutor da queda de Pedro I, sabia que não era possível deixar-se levar por abstrações e que na crise onde se engolfara a Nação, era preciso recorrer às forças sociais mais estáveis para que sua imagem ainda difusa, não se perdesse na confusão das ideologias em choques. “Tenho procurado combinar o progresso com a conservação” dizia Vasconcelos numa síntese impecável de tôda sua atuação política. Isso num momento em que a agitação dos ideólogos tentava arrastar o país para desvairadas aventuras. “Muito mais longe iam alguns, diz Tarquínio de Souza, biógrafo do grande político mineiro, entendendo que se devia restringir o direito de propriedade. Para êsses não bastava a mudança da forma de governo do ponto de vista meramente político de franquias liberais no estílo de 1789; não se contentavam com reformas e acenavam às classes mais desprotegidas, com uma verdadeira revolução de caráter social”. Vasconcelos com sua aguda sensibilidade tomava o verdadeiro pulso da Nação ao insistir: “Eu tenho a presunção de que mais liberal do que eu ninguém se senta nesta casa; mas eu quero um progresso compassado”. Os conservadores, “os saquaremas”, rudes patriarcas da terra, os terratenentes que socialmente a vertebravam, encontraram, no gênio político mineiro, a voz contida que deu rumo e sentido ao destino nacional. A crise foi superada porque a sociedade brasileira em sua hierarquia patriarcal, encontrou meios de expressão política que tornaram compatível o país legal com o país real, durante mais de meio século.

Uma crise precede uma decisão, insisto. E decisão, em política, exige forças eficazes que lhe permitam configurar-se em uma vontade sócio-econômica realista e definida.

Em que forças sociais bem estruturadas podem hoje os políticos mais lúcidos, apoiar o seu querer “um progresso

compassado”, única forma de avançar, que o mais elementar bom senso pode desejar para o nosso país real, que, apesar de tudo, progride, bovinamente, embora terrivelmente prejudicado pelo moscardo ideológico que o aguilhoa e atormenta?

O mais grave perigo que nos ameaça é ter-se, hoje, transformado o Brasil numa nação invertebrada. A Igreja cindida. O exército cindido. A agricultura enfraquecida. A indústria comprometida com a inconsistência dos governos. O comércio inseguro de como agir. O patriarcalismo familiar abalado com a rebelião dos jovens. A juventude insofrida, incapaz de uma pausa para meditação, presa fácil de miseráveis “slogans” revolucionários. Um proletariado dividido entre a inconsciente abulia maioritária e a corrosiva atividade de uma minoria manobrada por ideólogos, que nem sequer consegue unificar o próprio pensamento. Tudo isso mergulhado no caldo do espírito caudilhesco que renasce da nossa barbárie essencial, em grupos, quase inconscientes, que se preparam para tomar o poder pelo poder. Isso não é sintonia de uma crise que faz estremecer o vigor do corpo nacional, mas o quadro de uma moléstia que o apodrece e desintegra.

Quem lê a “Espanha Invertebrada” de Ortega e sabe o que resultou ali dêsse processo de decomposição nacional, não pode deixar de temer pelo próximo futuro do Brasil. A organicidade do país real tem-se sobreposto, até agora, aos extravios do país legal. As crises brasileiras, em consequência, se tem decidido sem que a Nação seja sacrificada. A república, é mais um exemplo dessa acomodação, quando os coronéis republicanos assumem o papel dos terratenentes imperiais, impedindo que a sociedade brasileira se desarticulasse totalmente, após a queda do império. A carência atual de uma sociedade orgânica razoavelmente estruturada, principalmente nos centros políticos de maior relevância, não cria condições para uma autêntica crise, prelúdio de uma decisão. Resvalamos compassadamente para o caos social.

Onde se apoiará a Nação para o próprio restabelecimento, se o conflito em que submergimos assumir o ritmo de uma revolução? A história de outros povos apresenta alguns aspectos análogos à nossa situação, em suas fases pré-revolucionárias, que precederam grandes transformações sociais. A revolução francesa foi preparada pelo abalo sistemático produzido naquela sociedade, pela teorização dos ideólogos liberais. Quando o sistema sócio-político anterior veio abaixo,

estabeleceu-se a confusão dos dias do terror. A Nação, porém, encontrou, novamente, seu sentido ordenador, que recompôs a sociedade à base de uma hierarquia de valores remanejada, no exército de Napoleão.

Após a guerra civil americana, a Nação se reestruturou em torno da classe empresarial nortista, que passou a capitanear a revolução industrial dos Estados Unidos, com amplo consenso da maioria nacional. O liberalismo inglês conquista o poder na revolução lockiana de 1688, apoiado na opinião pública, formada durante séculos, no consenso geral de que era preciso garantir as liberdades individuais. A revolução russa que eclode na atmosfera caótica de uma guerra perdida, leva a sociedade a reajustar-se sob a brutalíssima liderança de um partido, organizado à base de uma disciplina férrea, em função de valores doutrinários marxistas. As revoluções fascista e nazista rearticulam os respectivos países à base de uma imitação técnica do comunismo triunfante na Rússia, mas em função de valores nacionais antitéticos ao marxismo. A revolução que modernizou o Japão, em meados do século passado, teve na figura do imperador Meiji a polarização da vontade nacional no sentido de superar a ineficácia do shogunato feudal.

Em tôdas essas transformações, mais ou menos profundas, que se operaram entre os mais diversos povos, houve sempre a possibilidade do encontro de um núcleo social estruturado dentro da nação, que passou a liderar e a conduzir o impulso revolucionário, até que uma nova organização geral da sociedade, conseguisse ajustar-se a uma rotina adequada às suas motivações essenciais. Quando as revoluções não encontram um ponto de apôio social não há força ideológica que, por si só, possa impedir a desagregação nacional. O caso chinês elucida a tese. Liquidado o império em 1911, nenhum agrupamento social, nenhuma organização definida política ou militar, estava em condições de dar à revolução um sentido dominante. Ideologias ocidentais preconizadas por uma “intelligentsia” desarticulada, conseguiram, apenas, contribuir para o estabelecimento dos caóticos decênios que aniquilaram a autêntica China e a levaram, de desastre em desastre, à trágica organização comunista em que a massa chinesa desarraigada da sua cultura milenar, sofre a manipulação pseudo-científica dos marxistas orientais, que operam sobre ela como, nos laboratórios ocidentais, se opera “in anima vili”.

Os agrupamentos sociais organizados que acabam liderando as revoluções, são sempre dotados de uma sensibilidade especial, consciente ou inconsciente, capaz de fazê-los combinar forças conservadoras com as forças transformadoras aproveitáveis, deflagradas na atmosfera revolucionária, onde se operam as súbitas mudanças sociais. São êsses núcleos humanos, garantidores da estabilidade nacional, que produzem as superações conservadoras capazes de manter, através do tempo, a fisionomia de um povo. Constituem êsses grupos as verdadeiras elites de uma sociedade que lhe dão a necessária consistência hierárquica.

Se nas épocas, como esta porque passa o povo brasileiro, a sociedade não encontra os verdadeiros intérpretes de sua vontade que, necessariamente, se tem de revelar através dessas elites eventuais, não se pode falar em crise nacional, em momento decisivo de transformação, mas sim em agonia de um povo que pode ser o prenúncio de sua morte.

“É uma ilusão pueril, diz Ortega, crer que está garantida em alguma parte a eternidade dos povos; da história, que é uma arena de ferocidades, desapareceram muitas raças como entidades independentes. Na história, viver, não é deixar-se viver; na história, viver é ocupar-se muito sèriamente, muito conscientemente do viver, como se fosse um ofício. Por isso faz se mister que nossa geração se preocupe com tãda a consciência, premeditadamente, orgânicamente, do porvir nacional”. Como primeiro passo para orientar essa preocupação consciente, é necessário que se coloquem em algumas perspectivas possíveis, a evolução sócio-política nacional a partir da situação em que nos encontramos.

O povo brasileiro é êsse conjunto de homens que, numa atitude prévia a qualquer análise sociológica, se funde na aceitação incosciente de uma herança social definida. Essa herança social deve transformar-se, homogenizando-se no espaço, onde tendem a desaparecer as diferenças mais profundas, e adaptando-se às exigências do tempo histórico dentro do qual evoluímos. Essa transformação, todavia, não pode ser tão violenta e radical, que destrua a própria essência da herança social que nos caracteriza como povo.

A organização social de qualquer povo, a nossa como as demais, obriga a formação de grupos de tãda espécie que, dentro da comunidade se estruturam em função de interesses específicos. Quanto mais desenvolvida uma sociedade, mais complexo se torna, òbviamente, o entrelaçamento dêsses

grupos diferenciados. A herança social, todavia, é comum a todos os indivíduos integrantes da nacionalidade, como um imperativo social inconsciente mais ou menos coercitivo. É dessa herança social comum, que derivam as forças repressivas a tôdas as tendências grupais que pretendam abalar a coesão nacional, baseada no amplo consenso dos indivíduos aos valores dessa herança ou cultura.

A pressão demográfica muito intensa que se verifica no Brasil, está impondo uma aceleração nos seus processos econômicos, capaz de criar condições que evitem a proletarização crescente da massa demográfica em crescimento. Esse é, no momento, o problema mais sério da nacionalidade, origem última das perturbações que afetam as nossas relações de convivências. A inquietação social com que nos defrontamos, estimula a criação de forças de desorganização que enfraquecem a coesão nacional.

A economia de mercado, em função da qual o Brasil se desenvolveu até hoje, atribui à classe empresarial a responsabilidade pela produção nacional que deve atingir nível capaz de criar condições para uma aceitável distribuição de riquezas entre toda a população brasileira.

Os ideólogos de esquerda, em seus vários matizes, contestam a possibilidade de se conseguir, com o contrôle da economia pela iniciativa privada, uma justiça distributiva mais equitativa. Toda a esquerda brasileira, aliás, se filia assim direta ou indiretamente a uma análise marxista da sociedade. Além da orientação ortodoxa comunista, portanto, existem as correntes ditas nacionalistas que extrapolam a conceituação da luta de classes, interna a tôdas as sociedades, para a luta de sociedades em níveis econômicos desiguais, operando as nações desenvolvidas, em relação às sub-desenvolvidas, como nações burguesas frente a nações proletárias. A habilidade dos rusos em relação a essas correntes ditas nacionalistas, onde os católicos de esquerda representam o papel mais estulto, levamos, naturalmente, a uma aliança provisória com elas, como claramente esclarece Stalin em seu livro "Dos princípios do leninismo".

A esquerda nacional, em consequência, tão preocupada com a teoria da alienação de origem hegeliana, não percebe que, importando uma doutrina que frutificou em meio cultural totalmente diferente do nosso, prepara o Brasil para a mais miserável das alienações, capaz de o destruir como fonte original de cultura. A extrema simplificação que o marxismo

pretende impor à problemática cultural dos povos, com o primarismo inqualificável de sua antropologia, é de uma atraente facilidade para uma “intelligentsia” despreparada, como a nossa, incapaz de um esforço intelectual sério, para uma interpretação mais profunda da sociedade brasileira. Fenômenos notáveis de retração mental como a de um Paulo de Tarso, por exemplo, apresentam-se em público com a melhor das consciências, com publicações em nível intelectual que deveria ser inaceitável em escolas primárias. Suas afirmações são tão escandalosamente apoiadas no marxismo, que é fácil perceber quem irá liderar uma revolução de esquerda, caso se venha a deflagrar no Brasil. Como Paulo de Tarso, são inúmeros os que publicam estultices de toda ordem, coloridas ou não de uma religiosidade que em nada modifica a sua total desqualificação, para orientar soluções adequadas à nossa sociedade em mudança. Se o processo de decomposição nacional, nos levar ao pior, será absolutamente inevitável que toda essa espuma ideológica inconsistente, vá se aglutinar nas diretrizes duramente realistas do partido que obedece à orientação técnica da Rússia Soviética. A vitória de uma revolução conduzida dessa maneira, corresponderia à morte da cultura brasileira, como já se disse, com o caudal tremendo de sofrimentos que isso acarretaria.

Quais as hipóteses favoráveis para que não aconteça o irremediável desastre?

A maioria conservadora brasileira se desarticula numa infinidade de grupos sociais, até agora incapazes de se unirem para a auto-preservação. Alertas têm havido em inúmeros setores, mas não se vê nenhum grupo organizado, capaz de liderar movimentos que inibam o desastroso processo revolucionário de esquerda, provocando as modificações aconselháveis ao “statu quo” nacional. Uma perplexidade generalizada, domina todas as correntes ditas democráticas. Não há nenhuma força real nos partidos políticos, totalmente desmantelados do ponto de vista doutrinário.

Os centros de resistência mais coerentes, se organizam em torno de pessoas: Carlos Lacerda de um lado, Adhemar de Barros de outro, ou mesmo Juscelino Kubitschek ou Magalhães Pinto, polarizam os que não se conformam com a perda da liberdade que, aliás, é entendida por muitos, não como a liberdade de manter-se na linha coerente de evolução da sociedade brasileira, mas como a de conservar uma posição social que lhe seja favorável. Essa mentalidade exhibe

apenas o polo positivo do que se transforma no polo negativo do ressentimento, quando se lhe impõe a perda de uma situação vantajosa. É material de pouca ou nenhuma utilidade numa situação revolucionária, como a presente. O grupo realmente consciente do perigo que corre a comunidade nacional, é, infelizmente, bastante reduzido. Esse grupo, cabe bater-se por todos os meios para que o nosso sistema institucional político se mantenha aberto, esperando, através da legitimação eleitoral que se conserve o poder, embora precariamente, em mãos de uma maioria dotada, ainda, de bom senso. Acontece, todavia, que, mesmo nêsse nível de possibilidades, exacerba-se a competição personalista, provocando-se dentro dos grupos conservadores, a eclosão interna de forças contraditórias que se neutralizam ou reciprocamente enfraquecem.

A imaturidade política de outros setores nacionais, fá-los voltar-se para a solução clássica dos países subdesenvolvidos que, em seus momentos difíceis, apelam para o chefe, o homem forte, que, nos países latino-americanos conduz, inevitavelmente, à organização nacional, ao Estado larva do caudilho. É fácil reconhecer, entre nós, sintomas evidentes e muito alarmantes dêsse mal endêmico, que afeta a nossa convivência política. Essa pseudo-solução seria desastrosa uma vez que o colorido ideológico da política caudilhesca, no momento, só pode ser esquerdizante e cedo ou tarde o vazio institucional gerado pelo caudilhismo será preenchido pela orientação consciente do partido comunista.

Como obstáculos ao processo de decomposição que pode levar os remanescentes da sociedade brasileira aos horrores de organizações totalitárias, podem-se ainda encontrar forças ponderáveis de contenção na Igreja, nas associações de classe, inclusive em alguns sindicatos trabalhistas, ainda sensíveis à vocação cultural do país, e nas forças armadas.

A religiosidade brasileira arregimentada por elementos da Igreja, não contaminados pela influência marxista, poderia ser levada a formar ao lado das forças democráticas, para impedir um desenlace que viesse destruir o sistema político aberto vigente, o qual, como se disse, apesar dos seus defeitos, entre os quais avulta o da baixa eficácia administrativa, é o único em que ainda é possível pretender-se a regeneração de uma sociedade desajustada como a nossa, através do fortalecimento progressivo das forças vivas do país. Essa intervenção favorável da Igreja, todavia, dificilmente poderá im-

pedir que uma grande parcela da mesma Igreja, continui a contribuir para a perigosa esquerdização do país. A cisão ideológica no seio da própria Igreja é, em realidade, um dos maiores fatores do desnorteamento da política nacional.

As associações de classe, se tomassem consciência real do seu papel, na problemática social brasileira e resolvessem assumir, com honestidade, a responsabilidade que lhes cabe para impedir a quebra da coesão nacional, poderiam contribuir para o restabelecimento da sociedade combalida, fazendo-se, realmente, representantes das forças econômicas vivas da nação, capazes por si mesmas, de encontrar caminhos de harmonização de interesses entre capital e trabalho, sem necessidade de qualquer ideologia prévia. Esse esforço, entretanto, não se desenvolve de forma sistemática. Colidem os interesses da indústria com os interesses comerciais e agrícolas. A dependência em que está a indústria nascente do apóio governamental, torna-se incapaz de aliar-se verdadeiramente às demais classes, em defesa de princípios que constituem a salvaguarda da nacionalidade.

Restam as forças armadas. Constituindo um estamento que se integra em função de valores vinculados à tradição nacional, a infiltração de ideologias contrárias à sua razão de existir, no seio dos seus componentes, se faz com dificuldade. A inflação, na qual a inconsciência de sucessivos governos lançou o país, faz, todavia, com que se enfraqueça a coesão estamental das classes armadas, pela proletarização progressiva dos seus homens, cujos vencimentos não podem crescer ao ritmo da desvalorização monetária. No Brasil de hoje, assiste-se ao processo de erosão da resistência espiritual das suas forças armadas e se criam condições, cada vez mais favoráveis, à eclosão de uma guerra civil, caso as contradições políticas continuem a exacerbar-se como vem acontecendo. Essa seria a hipótese mais lamentável para a Nação, porque, em face da desarticulação e do conflito dos grupos que integram a nossa sociedade, sem nenhuma preponderância de uns sobre outros e dada a imensidade do território brasileiro, uma guerra, nessas condições, tenderia a reproduzir aqui o que aconteceu nos decênios sombrios da revolução chinesa. O Brasil se tornaria, provavelmente, o palco sangrento de uma luta interminável, na qual teríamos com certeza, a participação de forças estrangeiras, das diversas fracções em que se divide o mundo.

A manutenção da sociedade política aberta, válvula de descarga das paixões em choque, embora mereça o apôio de todos os brasileiros conscientes, porque é a única forma institucional que poderia, como se disse, gerar a auto-recuperação social do país, caso houvesse tempo suficiente, importa, ainda assim, em perigos evidentes. A presente organização terá de ser dirigida pelo pluralismo de um poder democraticamente distribuído por inúmeros centros. No estado de conflito espiritual em que se encontra a Nação, êsse desdobramento dos centros de poder, levará, fatalmente, a ocupá-los homens que agem em função de volôres contraditórios, escolhidos a esmo, pelo desnorteamento do eleitorado nacional. A Nação que necessita de uma orientação uniforme, racionalmente conduzida em uma única direção, para superar seus múltiplos problemas, verá a contradição, sistemáticamente, instalada em seus órgãos administrativos. O governo brasileiro será, inevitavelmente, de baixa eficácia durante um período cuja extensão não se pode prever, mas que não há nenhuma razão para se supor breve. Quanto tempo resistirá o país a êsse processo de dilaceração? Terá êle fôrças para aguentar até que se esclareça um eleitorado subdesenvolvido como êle próprio? Mas não há alternativa mais favorável para quem deseje que o Brasil se recupere, sem mergulhar nos horrores finais de uma guerra civil.

Há ainda a hipótese de ser necessário decidir entre outros caminhos possíveis como, por exemplo, os do golpe de Estado de uma facção esquerdista ou de uma facção que represente as fôrças tradicionais da Nação. Não é impossível que o país seja colocado diante dessa gravíssima necessidade de optar. Salazar em Portugal e De Gaulle na França surgiram como alternativas à desagregação que ameaçava aqueles países, como ameaça hoje o nosso. Perece-me que, na primeira hipótese, devem as fôrças conservadoras lutar a todo o custo, com o máximo das suas energias, de forma irreconciliável, contra um possível ditador de esquerda. Os caudilhos que se apresentam sem orientação doutrinária definida, serão, hoje, fatalmente, cedo ou tarde, tragados pelo comunismo e, por isso, têm se de ser combatidos, com o mesmo vigor, como batedores irresponsáveis, da revolução socialista. Pode acontecer, todavia, que as fôrças armadas não comprometidas com a esquerda, consigam, em dado momento, sustentar com êxito, um homem consciente da verdadeira problemática nacional. Nesse caso, caberia aos conservadores, congregar-se em tôrno dêle, envolvendo-o e criando condições para que o

poder lhe fosse atribuído de forma transitória, a exemplo de figurações políticas como as do “ditador” da república romana, ou do “aisymnetes” grego, figurações através das quais se reconhecia, conscientemente, a temporária necessidade de atribuir-se plenos poderes a um homem, capaz, como um médico social, de criar condições para o restabelecimento da saúde nacional. Não nos esqueçamos que Pittacus, um dos sete sábios da Grécia, foi “aisymnetes” de Mytilene, como nos conta Aristóteles em sua “Política”.

RECORDANDO UMA LUTA

Não podíamos deixar passar sem registro o estupendo movimento iniciado pelo povo brasileiro, com o apôio das Fôrças Armadas, pela extirpação do Comunismo da nossa terra. Não podíamos ficar silenciosos porque também tomamos parte nessa luta que, se sòmente agora explodiu, na verdade vinha sendo articulada há mais de dois anos. Nossa contribuição foi muito pequena diante da atividade de outros que se atiraram à santa conspiração de maneira mais prática e mais eficaz. Mas, mesmo assim, sentimo-nos orgulhosos do nosso trabalho modesto que se desenvolveu, além das conversas de rua, pelas colunas de “O Estado de São Paulo” e de “Convivium”.

Que mais poderia fazer o escritor? Como dizia Dom Leme, quando lutava pela cristianização do Brasil e apelava para os católicos brasileiros nêsse sentido, “quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva”. Foi o que fizemos no cumprimento do dever. Embora nossa missão não fôsse política, sempre achávamos uma brecha nos assuntos literários para combater o Comunismo, enxertando a crítica com idéias anti-comunistas. Muitas vêzes deixamos de lado livros essencialmente literários para comentar obras que, precisamente por não terem o cunho artístico, davam margem a comentários extra-literários, como por exemplo, *O Cardeal Leme*, da Irmã Regina do Santo Rosário. Não há dúvida de que entre um romance e a biografia deveríamos — como crítico de literatura — ter optado pelo comentário do romance. Como cidadão e católico, porém, tínhamos a obrigação de preferir a biografia do Cardeal à ficção.

Ignoramos se os leitores compreenderam até onde queríamos chegar, mas pelo menos alguns devem ter percebido a nossa intenção, o alvo que desejávamos atingir. E é precisamente para esclarecimento dos primeiros que resolvemos lembrar hoje aspectos da nossa luta escrita através dos jornais e principalmente desta revista. Esta atitude não significa, todavia, ensarilhamento de armas. Pelo contrário: como já se tornou patente, a luta precisa continuar, justamente no terreno literário, filosófico e sociológico, onde continuam em franca atividade subversiva intelectuais reconhecidamente comunistas, ao lado de editores simpatizantes do credo vermelho.

A Revolução não deverá ater-se apenas à cassação de mandatos de políticos e à reforma de militares, mas precisa também estender

sua ação a outras atividades, como a dos intelectuais, que é a que nos interessa mais de perto. Porque não é possível deixar que escritores e editores que trabalharam ostensivamente contra a Democracia continuem sua ação comunizante, escrevendo e publicando livros em louvor de Fidel Castro ou de divulgação do credo comunista. Não é possível deixar impunes escritores que se vangloriam de haver sido Chefes de Delegação Brasileira ao Congresso Mundial da Paz, de ser defensores de “posições ideológicas avançadas”, embora não se esqueçam de exhibir tôdas as gloriolas com que os cumularam os governantes capitalistas...

Devem os católicos, mais do que nunca, empunhar a bandeira da luta contra o Comunismo. Agora que as Fôrças Armadas limpam o campo das ervas daninhas, compete-lhes velar para que elas não se alastrem novamente. Já que no passado pouco fizeram para combater a praga, devem, de hoje em diante, procurar pelo menos manter limpo o terreno.

Escrevendo certa vez sobre o *Diário de um convertido*, de Pierre van der Meer de Walcheren, dizíamos então (1): “Considero tão importante êste livro que desejaria vê-lo nas mãos dos brasileiros, como guia para os momentos de vacilação da Fé. Dir-me-ão que sendo o Brasil país profundamente católico, não tem o brasileiro necessidade de leituras como esta. Grave e terrível engano! Não há dúvida de que somos um país católico, mas de um catolicismo à flor da pele, mal praticado porque mal compreendido, por falta de esclarecimento. Com êsse pendor inato para confundir liberdade com excesso de liberdade e essa falta de disciplina que o caracteriza, o brasileiro é, em geral, um católico sui-generis: não acredita muito nos padres, vota em candidatos apoiados pelo Partido Comunista, defende o divórcio, frequênta sessões espíritas, pratica, enfim, aquilo que — no seu liberalíssimo modo de pensar — entende não ser contrário à sua religião. Sim, porque a maioria dos católicos brasileiros orgulha-se de sua mentalidade “arejada” e aceita apenas os dogmas que lhe convêm”.

Não sem razão notou André Latreille (2) que, embora 5/6 da população brasileira seja considerada católica, o seu catolicismo é “estranhamente superficial”. Tão superficial, acrescento, que o esforço dos leigos que — como eu — lutam pela boa causa deve ser não no sentido de atrair para a Igreja as almas transviadas, mas no de esclarecer aquelas que já estão dentro dela. Para tal esclarecimento muito contribuem os livros de Walcheren (pois é preciso não esquecer também

(1) Ver nosso artigo “Velhos livros, temas atuais” in “Convivim” — Ano II, N.º 4, vol. 2.

(2) André Latreille e André Siegfried — *Les Forces religieuses et la Vie Politique* — Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques — Librairie Armand Colin, 1951.

Deus e os homens), obras profundamente espirituais, talvez mais convincentes do que muitas que receberam o *nihil obstat* de autoridades eclesiásticas.

O maior trabalho dos católicos deve ser o de esclarecimento público. Conforme já dizíamos (3), “o grande número de simpatizantes de Moscou que hoje existe entre nós é fruto da ausência de esclarecimento. É verdade que existem igualmente simpatizantes nos círculos esclarecidos ou que, pelo menos, presume-se sejam esclarecidos, como o dos intelectuais por exemplo. Mas esta circunstância é perfeitamente explicável: os intelectuais que assinam manifestos pró-paz, condenam a bomba atômica e discorrem sôbre as maravilhas de Cuba são simples joguetes nas mãos dos dirigentes do Partido Comunista. Exteriormente êles se dizem da esquerda porque, tendo espírito “arejado”, não podem se ombrear com os que possuem “preconceitos” tacanhos; mas, no íntimo, o que desejam é realizar o sonho dourado de permanecer sempre sob a luz dos refletores da evidência. Querem “cartaz” e como a direção do partido sabe disto, explora-os à vontade, fazendo-os assinar manifestos, tomar parte em congressos da juventude, dêles se servindo para todos os movimentos que dizem batalhar pela famosa democratização da cultura.

A maioria, porém, dos simpatizantes do comunismo, no Brasil, recruta-se entre os que vivem na completa ignorância e que são seduzidos pela hábil propaganda moscovita, segundo a qual a Rússia e seus satélites são o paraíso das liberdades (principalmente da liberdade sexual, que é a que mais interessa ao brasileiro...). É natural que a falta de esclarecimento, aliada à desilusão de viver numa sociedade que encontra, no *café society*, o supremo ideal da vida, conduza muitos para a esquerda, na esperança de dias melhores. Êstes que assim procedem agem pela desilusão, mas os intelectuais agem por equívoco. É verdade que os mais medrosos dentre êstes não se declaram abertamente pelo comunismo, pois sempre é conveniente o meio têrmo, um estado de espírito indefinível que sirva para várias ocasiões; limitam-se a ser membros de partidos políticos que defendem, sem entusiasmo, vagas idéias socialistas, e se apressam a desmentir as tendências esquerdistas quando o Dops os ameaça...”

Pedimos licença ao leitor para repetir o que dizíamos há um ano a respeito da biografia de D. Leme, escrita por essa que no Século chamou-se Larita Pessoa Raja Gabaglia (4): “O Comunismo desta vez ameaça com mais vigor, com muito mais possibilidades que os outros inimigos que sempre existiram, como o ateísmo, o espiritismo e

(3) Ver nosso artigo “Velhos livros, temas atuais” in “Convivivm” — Ano II, Nº 4, vol. 2.

(4) Ver nosso artigo “O exemplo de Dom Leme” in “Convivivm”, Ano II, Nº 3, vol. 2.

o positivismo. Êstes, seguidos por pequena maioria de adeptos, nunca chegaram a causar grande mal ao Catolicismo, já que neste ultra paradoxal país existem espíritas e positivistas que frequentam a Igreja e ateus que rezam seu Pai-Nosso nas horas difíceis... No fundo, se tais doutrinas contituem um mal, não são tão poderosas a ponto de influir na modificação das instituições democráticas, enquanto que o comunismo, que ora se prega abertamente — embora sob outros rótulos — visa precipuamente à subversão da ordem econômica, social e espiritual do país.

Por mais paradoxal que isto possa ser, a verdade é que grande culpa do surto progressivo do comunismo entre nós recai sobre os católicos que não têm noção do que seja Catolicismo e para os quais a Igreja é apenas um lugar de reunião social domingueira. Foi contra êsses católicos desfibrados, amorfos e destituídos de qualquer fervor que Dom Leme sempre batalhou, desde o dia em que teve à sua disposição um púlpito ou uma tribuna, de onde pudesse falar ao seu rebanho. No seu primeiro sermão, pregado em Pinhal, sua terra natal, o Padre Leme já denunciava “os católicos de agora, que crêm e não praticam, têm medo, às vezes, de um (que dirão de mim!)” E isto êle exclamava ao tempo em que a Igreja no Brasil era seguida e respeitada, quando um Enrico Ferri — que por aqui fazia conferências atacando a Fé e a Moral católicas — era contraditado das tribunas pelo Padre João Gualberto, professor emérito do Seminário Diocesano, quando os católicos organizavam manifestações públicas contra Clemenceau, então o maior inimigo da Igreja na França, em visita ao Brasil. Que diria agora Dom Leme ao ver o escandaloso cruzar de braços dos católicos diante do envolvimento inimigo?

Numa carta escrita a Carlos de Laet, logo depois de consagrado Bispo, Dom Leme exclamava: “Ou saímos a campo já, ou chegaremos tarde. Na parte que me toca, essa reflexão, que não parece exagerada, enche-me o espírito de apreensões. Falam em questão operária, mas eu creio que o que está em jogo é a questão humana. A nós, homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a ordem cristã”. Estas serão as razões da sua existência como sacerdote: o combate pelo Catolicismo e pela Igreja, o sacudir os católicos apáticos, abrindo-lhes os olhos para o perigo que representa uma Fé bruxoleante e uma religião sem fervor.

É preciso ler na íntegra a sua famosa *Carta Pastoral* em saudação aos seus diocesanos de Olinda para medir-se o pulso dêste bravo soldado de Cristo, sempre pronto a orientar seu rebanho. Numa linguagem simples, mas transbordando fervor e zêlo, o então Arcebispo de Olinda mostra como, apesar de viver num país essencialmente católico, o brasileiro não tinha (e não tem) vida católica. “Obliterados em nossa consciência os deveres sociais, chegamos ao absurdo máximo de formarmos uma grande fôrça nacional, mas uma fôrça que não atua, e não iflui,

uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente". E mais adiante repete o *leit-motiv*: "Somos um maioria sem força atuante".

Estas palavras do Cardeal Leme datam de 1916. Se desde aquele ano os católicos houvessem levado a sério os problemas que lhes desvendou aquele ilustre Príncipe da Igreja talvez o Brasil não tivesse chegado ao ponto a que chegou. Escrevemos *talvez* persuadidos de que os eleitores católicos — orientados pelos altos dignatários da Igreja — conseguissem ter derrotado nas urnas aquele que principiou a tentativa de cubanização do Brasil, circunstância que pouquíssimos, precisamente por falta de esclarecimento e orientação, souberam prever.

* *

*

Estas notas não ficariam completas se não fizessemos delas constar uma retificação oportuna, que fazemos com grande satisfação. Referimo-nos ao trecho final do nosso artigo "Minas de ontem e São Paulo de hoje", publicado no número de julho/agosto de 1963 desta mesma revista e no qual dizíamos (5): "Em 1945, Alceu Amoroso Lima escreveu um substancioso ensaio de sociologia regional brasileira, tendo Minas e os mineiros como objeto de estudo. Ao tempo em que apareceu, êsse trabalho agradou integralmente, já que o A. conseguira sintetizar tudo quanto de complexo existia não só na psicologia do mineiro, como na sociologia e na cultura do Estado montanhês. O livro terminava com uma verdadeira profissão de fé e de confiança no destino de Minas Gerais que teria "uma missão a cumprir no Brasil e no mundo contemporâneo (1945), "missão de ordem preservativa, reformadora e compensatória". E escrevia Amoroso Lima — entre outras coisas — que "Minas deve figurar, perante o Brasil, como o espelho de sua consciência. É a raiz. É a âncora. É a conservação do que nos ficou de bom. É a preservação de nossa brasilidade tradicional".

Pois bem. Após os vinte anos que medeiam entre a data da publicação do livro e hoje, faria ainda o A. aquela mesma afirmação quanto ao papel a ser desempenhado por Minas Gerais?

Os fatos estão demonstrando que não. A renúncia desastrosa (mas até desejável, caso não se previsse até que ponto o Brasil mergulharia nos cáos em consequência desse ato) de um Presidente da República, deu como resultado a situação em que se encontra o País. E que fez Minas Gerais para remediá-la? Talvez houvesse feito algo, se outros fôsem os seus políticos, se os políticos que governam Minas fôsem da estirpe dos Arthur Bernardes, dos Francisco Sales, dos

(5) Ver nosso artigo "Minas de ontem e São Paulo de hoje" in "Convivim", Ano II, N.º 6, vol. 3.

João Pinheiro, dos Afranio Melo Franco, de tantos outros varões de boa cepa.

Diante do espetáculo que Minas hoje oferece — sob o ângulo político — creio que a missão de “preservação de nossa brasilidade tradicional”, que Amoroso Lima atribuía, há vinte anos, àquêl Estado. transferiu-se para São Paulo. Talvez o mineiro ainda possua aptidão e reservas para ser o preservador das nossas instituições. Outra, porém, parece ser a meta dos seus políticos que estão no poder atualmente, mais preocupados com a liderança que com as raízes ameaçadas da Nacionalidade.

A missão de preservar a brasilidade tradicional já não pertencia apenas ao homem de Minas Gerais, mas também ao paulista, cujo sangue foi derramado em defesa da Constituição. Mas hoje foi ela avocada também pelo governo de São Paulo, que abre trincheiras não apenas em defesa do regime democrático, mas igualmente em prol da Cristandade. “Temos que orientar a política de São Paulo — disse o Governador Adhemar de Barros, em Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa, em 14 de março deste ano — segundo perspectivas mais amplas. A nossa influência no estudo, pesquisa e solução dos problemas brasileiros é exigência a que não nos podemos esquivar. Não nos é permitido, nesta hora grave da nacionalidade, ausentarmos da solução dos problemas brasileiros, mas contribuir, com os recursos da nossa experiência e cultura, para a solução deles, segundo um pensamento orgânico, que tenha em conta a nossa tradição e o desejo de formar como grande potência na vanguarda da Cristandade, como das liberdades democráticas”.

Tais palavras, que causaram escândalo entre os mineiros, foram escritas num momento em que os políticos de Minas Gerais, tendo à frente o seu ilustre Governador, pareciam perfeitamente conformados com a situação nacional. Daí o nosso inconformismo diante dessa capitulação que atingia as raias do absurdo. A acrimônia das palavras reflete bem o nosso estado de espírito na ocasião.

Fatos posteriores, no entanto, iniciados com aquela estupenda reação das mulheres mineiras enfrentando metralhadoras com rosários, deram-nos a esperança de que Minas voltava a ser aquela a que se referira Alceu Amoroso Lima. Hoje tudo se esclareceu e nós retificamos prazerosamente o que dizíamos para afirmar que Minas, como São Paulo, soube honrar suas tradições de liberdade, de equilíbrio e de espiritualidade.

NOVA CAMPANHA CONTRA A RELIGIÃO NA URSS

Nos últimos 6 meses, como resultado das decisões da sessão plenária de junho do Comité Central do PCUS, o Governo soviético adotou uma nova e mais severa política religiosa no país. Definindo o curso dos trabalhos ideológicos do Partido, Ilichef disse na reunião plenária aludida que a religião “era o primeiro inimigo do ponto de vista científico da vida no país” e “o remanescente do passado mais tendencioso, do qual ainda não se tinham libertado consideráveis setores da população” (*Isvestia*, 19 de junho de 1963).

Conforme a imprensa soviética, as atividades anti-religiosas foram incrementadas desde o mês de junho passado: “criaram-se associações ateias em vilas, escolas e bibliotecas; estão se oferecendo mais palestras sobre o ateísmo científico”; “publicam-se maiores edições de livros e panfletos anti-religiosos” (*Nauka i religia* — “Ciência e Religião” — 1963, Nov. 9 e 10). A propaganda soviética chama à nova campanha contra a religião “uma luta inflexível contra a filosofia religiosa”, “encaminhada para desmascarar a ideologia religiosa, seus fanáticos aderentes e propagadores” (Id. 1963, n.º 9, p. 4).

Ao contrário das campanhas anti-religiosas anteriores e da atual luta contra outros “restos do capitalismo”, a presente ação obrigou as autoridades soviéticas a admitir que as convicções religiosas não somente estão mais difundidas em todos os setores da população soviética, incluindo membros do Partido, da Komsomol e operários de choque do “trabalho comunista”, os quais supõe-se que vivam de acordo com o código moral dos construtores da sociedade comunista, como demonstram uma tendência a espalhar-se cada vez mais. Um editorial no jornal anti-religioso *Nauka i religia* declarou: As convicções religiosas ainda existem e em alguns casos são até capazes de resuscitar e influenciar novos setores da população, inclusive crianças e adolescentes (1963, n.º 7, p. 5).

Um grupo de membros da sociedade “O Saber”, que realizou numa investigação a respeito do trabalho anti-religioso em Kalinin, Pskof y Yaroslavl, em que o número de conferências proferidas “chega a mil” (só no “centro de Kalinin realizam-se anualmente mais de 5.000 conferências sobre o ateísmo) chegou à conclusão de que a fé religiosa era muito forte nessa área (Id., p. 7). A fábrica de relógios de Penza, por exemplo, é um modelo de empresa que está prestes a ganhar o título de “Empresa do Trabalho comunista”. Contudo: diversos operários da fábrica e membros de suas famílias visitam igrejas e oratórios e celebram as festas religiosas. Muitos operários tomam parte

nos ritos religiosos e batizam seus filhos — entre estas pessoas figuram jovens e até membros da Komsomol (*Kommunist*, 1963, n.º 14, p. 106).

O mesmo jornal informa sobre casos de batismos em famílias de membros do Partido Comunista (1963, n.º 16, p. 17). Um artigo em outro jornal descreve o apartamento de uma “Komsomol” onde descobriram “um grande número de santos em diferentes atitudes; em madeira, couro e cartolina, cobrindo toda a parede até o teto;” o autor se queixa de que “a justaposição de um cartão da Komsomol e dos ícones não incomoda absolutamente a moça” (*Ogonek*, 1963, n.º 41, p. 14). Apresentando um novo lema — “A Razão contra a Religião” — *Konsolmolskaya pravda* (22 de novembro de 1963) pede mais “ilustração”, mediante uma intensiva propaganda no clero, baseada no ateísmo científico, “especialmente agora em que se vêem muitos sacerdotes jovens”.

Uma indicação interessante da força da fé religiosa na população soviética, que assiste aos serviços divinos e presta voluntariamente apoio à igreja, é oferecida por vários índices relacionados com o orçamento das igrejas moscovitas para 1962, publicados em *Nauka i religia*. Embora admita que “em nosso país as sociedades religiosas e eclesiásticas só existem na base de contribuições voluntárias dos crentes”, o jornal dá a soma de 6.668.000 rublos correspondentes ao total das entradas nas igrejas da região de Moscou (1963, n.º 8, p. 30). Cerca de 17.000.000 de velas, ou seja 700 toneladas, foram fabricadas nas oficinas do Patriarcado unicamente para os crentes que assistem ao serviço religioso nessas igrejas (Id.).

Os métodos básicos para combater a religião na URSS são a propaganda ateísta científica e a agitação. A antiga prática de combater a religião mediante medidas administrativas, fechamento de igrejas, etc. — foi julgada estéril e compararam-na ao “tratar de apagar um incêndio com gasolina”.

O número de crentes não diminui como resultado do fechamento de uma igreja ou de um oratório, exatamente como a pressão em uma máquina não muda se se move o indicador do calibrador... O que é pior, o fechamento injustificado de igrejas e oratórios cria condições favoráveis para que floresça toda classe de seitas na zona e isso causa um grande mal... (Id. 1963, n.º 9, p. 77).

O jornal declara que agora existem “sociedades religiosas mais ativas e mais fêrreamente unidas” em localidades onde se puseram em prática no passado severas medidas administrativas.

Segundo os editores, a Igreja na União Soviética renunciou há muito tempo, praticar atividades contra-revolucionárias contra o Estado. Declaram, além disso, que como a própria religião “não con-

siste em erros individuais, senão em um sistema de opiniões, em uma completa perspectiva de vida”, pode realizar-se uma luta com êxito contra ela unicamente com armas ideológicas. De maneira que “a propaganda anti-religiosa deve se basear fundamentalmente em pontos de vista políticos e científicos” (Id. 1963, n.º 11, artigo de fundo).

Isto não significa que tal propaganda seja um método novo que assegurará uma rápida vitória do regime, o qual tanto teórica como praticamente tem sido sempre inimigo implacável da religião. Uma guerra constante e aberta contra a religião mediante vários métodos tem sido executada no país, e a propaganda anti-religiosa não se afrouxou nunca, embora tenha sido infrutífera ou obtido resultados exatamente contrários aos esperados. A imprensa soviética indica que esta situação não se alterou.

Como antes, os ateus trabalham com os descrentes enquanto que os sacerdotes e as comunidades religiosas trabalham com os crentes e com os descrentes, e êstes cada vez mais são atraídos pela religião. Inclusive “as mulheres idosas atuam mais intensivamente — essa é a opinião geral. E infelizmente é verdade” (*Kommunist*, 1963 14, p. 106).

Exatamente como antes, “assistem às conferências sobre ateísmo científico só descrentes, enquanto que os crentes ficam em casa e rezam ou vão às igrejas ou oratórios” (Id). Esta coexistência ideológica pacífica de ateus e crentes é condenada furiosamente pelas autoridades soviéticas. Na mencionada sessão plenária do Comité Central, Ilichef citou as palavras de um representante da Igreja: A propaganda anti-religiosa não nos aborrece. Os ateus trabalham nos clubes com os descrentes, e nós o fazemos na igreja com os fiéis. Os ateus não frequentam nossos templos e os crentes não vão aos clubes. Assim não nos atrapalhamos mutuamente (*Isvestia*, 19 de junho de 1963).

A imprensa soviética chama a atenção para o fato de que as medidas para combater a religião são em geral puramente formais, de natureza oficial. Em alguns pontos do país não existe uma única empresa que tenha um grupo de conferencistas. Porém isto é só teórico “porque freqüentemente tais grupos existem apenas nas listas de propaganda” (*Nauka i religia*, 1963, n.º 8, p. 75).

“A própria propaganda é de nível deficiente, e às vezes ignorante: o propagandista moderno necessita de conhecimentos sérios e deve familiarizar-se com os ensinamentos religiosos e a sociologia do crente moderno” (Id., p. 8) Freqüentemente êste trabalho é feito por gente que está totalmente à margem da prática necessária: lêem o texto de um informe preparado pelo aparato de propaganda do Partido e são incapazes de responder às perguntas elementares que os crentes lhes

formulam (*Id.*, 1963, n.º 7, p. 79). Falando de suas atividades, um desses propagandistas disse: “meu interlocutor era um homem bastante experiente e educado. Fui incapaz de lhe provar alguma coisa, enquanto que, literalmente, reduziu a frangalhos os meus argumentos. Gradualmente, imperceptivelmente, obrigou-me a começar a duvidar do ateísmo e do materialismo” (*Id.*, 1963, n.º 9, p. 70). Ao mesmo tempo, na propaganda ateística não trabalha o número suficiente dos eruditos que possui “a arma principal na luta contra a religião: “os fatos da ciência e os conhecimentos científicos”, e raramente escrevem nos jornais (*Id.*, 1963, n.º 11, p. 5).

A propaganda soviética não pode continuar ocultando o fato de que o nível cultural e a consciência política da maioria do clero é muito elevada: “a época das fogueiras da Inquisição passou há muito tempo. Os esforços dos teólogos se dirigem agora para a demonstração da compatibilidade da ciência e da religião, da possibilidade e conveniência de uma coexistência pacífica” (*Id.*). Ao mesmo tempo: “Vestem agora o avental dos cientistas e investigadores e buscam fatos na natureza aos que se apressam a dar-lhes sua própria interpretação puramente idealística” (*Id.*, 1963, n.º 9, p. 92).

Informa-se que alguns sacerdotes são os melhores oradores em suas respectivas localidades e que alguns, afim de adquirir experiência de que precisam para defender-se da propaganda ateística, frequentaram durante anos cursos de propaganda para os círculos da Komsomol e do Partido (*Id.*, 1963, n.º 8, pp. 4 e 69).

O mesmo jornal, referindo-se à propaganda que retrata os sacerdotes como delapidadores do dinheiro da igreja ou como simples ignorantes, escreve: “se os inimigos são apresentados de forma tão estupidamente deformada e simplificada, a luta contra a religião começará a se parecer ao jogo do perde-ganha” (*Id.*, 1963, n.º 7, p. 92).

Um artigo aparecido ultimamente (*Isvestia*, 25 de outubro de 1963) critica o escritor K. Simonof por haver declarado, durante uma entrevista com um correspondente de *Nauka i religia* que algumas crenças religiosas têm seu “lado útil” e por haver defendido os cidadãos soviéticos que “encontram beleza moral e edificação em algumas partes da Bíblia” (*Id.*). Sem dúvida alguma é atéia a posição do mesmo Simonof, porém sua opinião de que a religião tem um “lado útil” foi ferozmente atacada. Não obstante, Simonof repetiu o que Engels, não menor inimigo da religião do que ele, havia dito, no sentido de que “algumas partes da Bíblia podem ser interpretadas a favor do Comunismo” (*Nauka i religia*, 1963, n.º 8, p. 265), particularmente as que Simonof chamou de “úteis”. A opinião de Engels é bem conhecida dos crentes e dos ateus na União Soviética e talvez seja esta a razão pela qual não apareceu ainda, como é costume em tais casos, uma carta expiatória de parte de Simonof.

Alguns pormenores do ritual do “casamento espacial” de Valentina Tereshkova e Andrian Nikolayer, que se realizou em 3 de Novembro passado no Palácio Nupcial de Moscou em presença da família de Kruchev e de uns 300 convidados seletos, são também bastante surpreendentes. Até então o código moral comunista tinha condenado o rito matrimonial eclesiástico e a troca de alianças porque, conforme se alega, menoscaba a dignidade do povo que não é obrigado a constituir famílias. No casamento de Tereshkova — Nicolayef, entretanto, provavelmente por instruções de Kruchev e com fins de propaganda no exterior, “trocaram-se alianças de ouro como símbolos de fidelidade, amor e harmonia” (*Isvestia*, 5 de Novembro de 1963). Há muitas discrepâncias semelhantes entre a teoria soviética do atesimo e a prática diária.

De outro lado, as autoridades locais soviéticas recorrem, algumas vezes, a “excessos administrativos”. Sob o pretexto de reconstruir cidades e iniciar algum outro projeto importante de edificação, as autoridades locais decidem derrubar igrejas e oratórios (*Nauka i religia*, 1963, n.º 9, pp. 77-78). Os empregados de convicções religiosas perdem seus emprêgos e muitos estudantes são expulsos dos estabelecimentos educacionais, pela mesma razão. Algumas vezes são encaaminhados perante a justiça, acusados de vagos encargos de parasitismo (*Id.* 1963, n.º 8, pp. 8 e 9). Aos colcosianos religiosos são recusados transporte e materiais de construção para suas necessidades pessoais.

Sabe-se que algumas vezes os funcionários do Estado ajudam a Igreja. Uma vez em 1962, por exemplo, as igrejas de Moscou tiveram escassez de velas. Prontamente 2 caixões de círios vieram da Companhia Industrial da Cidade de Lcof (*Id.*, 1963, n.º 8, p. 31). Isto resultou do esforço conjunto de parte de funcionários responsáveis pelas mercadorias pertencentes ao Estado, e das autoridades de transportes. As autoridades locais ajudavam também na construção de edifícios erguidos com fins religiosos:

Há pouco tempo levantavam-se em Tadyiquistão sem autorização oficial muitos edifícios novos que se usam com propósitos religiosos. Fizeram-no com a ajuda de granjas coletivas que ofereceram homens, meios de transportes e materiais de construção para sua edificação (*Id.*, 1963, n.º 9, p. 75).

A imprensa soviética informou sobre casos semelhantes na Lituânia, Ucrânia e outras repúblicas da URSS.

Desta maneira, todos os esforços que fez o Governo soviético durante toda a sua existência para erradicar a religião resultaram inúteis. Na realidade, parece que agora está mais longe do que antes de alcançar este objetivo.

VALERY M. ALBERT

TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO NO CINEMA

II

DIZEM os cinemanovistas que os “dogmas” estéticos das vanguardas estão superados. Extasiam-se perante uma seqüência do filme “*Os incompreendidos*” (*Les quatre cents coups*) de Truffaut, quando a câmera escondida focaliza o menino, interrogado pela assistente social invisível, da qual ouvimos apenas a voz. Chamam a isto uma ousadia do “Cinema novo”. Mas não é outra coisa, senão uma boa aplicação do som à imagem, o velho contra-ponto sonoro, em que o som substitui a imagem, recurso já conhecido desde Walter Rutmann e aplicado até em filmes banais e comerciais como por ex. “*A túnica escarlate*”, em que só o estalo de um chicote substitui a imagem de um enforcamento.

Outros afirmam que o Cinema tradicional parte da imagem e o Cinema novo da realidade. Não há dúvida que todo o Cinema de pós-guerra toma como ponto de partida a realidade e sobretudo a realidade social ou o homem condicionado por ela. Mas que tem isso a ver com a maneira de filmar, com a forma cinematográfica? Pode-se dizer como os meninos dos “*Cahiers du Cinéma*” disseram do filme “*Les Godulureaux*” de Claude Chabrol, registro ou reportagem de uma farra estudantil, que é “um filme em forma de espiral duplo”. Mas que significa isto? E Robbe-Grillet, roteirista do filme de Allain Resnais “*O ano passado em Marienbad*” (*L’Année dernière à Marienbad*), brindou-nos com o seguinte: “Fizeram-se determinadas regras para o Cinema que são interessantes para conhecer, mas não são outra coisa senão uma gramática. Não as tomo em conta.”(!) Como se o artista, o escritor, o poeta ou o cineasta nada pudesse fazer com os axiomas de determinadas regras de transmissão, não pudesse expressar, comunicar-se conforme o seu caráter, temperamento e sensibilidade artística. Antonioni, Bergman, Fellini, Orson Welles, Tati etc., enquadram-se perfeitamente dentro dos “axiomas”, mas cada um de sua maneira.

Quais são êsses axiomas, êsses “dogmas” da arte cinematográfica autônoma e independente?

Simplificando poderíamos dizer: a criação de uma nova realidade cinematográfica e essa sobretudo pela montagem.

Estamos hoje em dia diante deste fato: a técnica cinematográfica anda mais depressa do que a expressão artística. A técnica procura por todos os meios aproximar-se o mais possível da reprodução da realidade, enquanto a arte procura superar a realidade, ir além da mesma, criando uma realidade nova através da imagem e seu movimento. Isto se consegue pela montagem. O cineasta fixa em imagens determinados movimentos da realidade e depois os coloca um atrás do outro da maneira por êle desejada, tornando-se capaz de reunir aquilo que é separado pelo Tempo e pelo Espaço.

Esta montagem é essencial para o Cinema e permanecerá tal enquanto experimentarmos Cinema como um jôgo de sombras dentro de um quadro bidimensional.

Cinemanovistas, que consideram a “sequence-shot” a última palavra que acaba com a velha teoria de montagem, foram chamados por J. Mitry, já há anos, de “ridículos”. Disse êle já em 1951: “Não existem planos-sequência, porque a montagem, ou melhor, as condições da montagem entram necessariamente na feitura de um filme, a não ser que um diretor queira voltar aos primeiros tempos do Cinema em que se representava no palco com a câmera parada na frente.”

O que determina a montagem? A maneira de coordenar uma tomada com outra. Antes que se concretize o filme, o “modus quo” está nas mãos do cineasta. Êle escolheu vários detalhes de uma determinada realidade e os coloca na ordem por êle desejada. Nesta ordem de sucessão está o poder do cineasta de provocar vários pensamentos, reflexões e noções no espectador. Recria, portanto, a realidade; cria uma nova realidade, a realidade cinematográfica num nôvo Tempo, num nôvo Espaço e nôvo movimento. Arte cinematográfica é antes de tudo uma arte de movimento, porque aquela sucessão de reproduções (tomadas) de quaisquer coisas que sejam, faz surgir um determinado ritmo ou movimento *entre* as imagens. Pois ritmo é duração no Tempo e sucessão. O ritmo cinematográfico origina-se pela maneira em que se sucedem as imagens, que *podem* mas não *devem* ser completadas pelos movimentos dentro das tomadas. Quanto mais tempo a imagem fica na tela, tanto maior a tensão, a expectativa pela imagem subsequente. Seguem-se finalmente outras imagens subseqüentes e a sua duração determina o efeito, a emoção, em que se dissolve a tensão. A soma desta tensão mais o efeito alcançado é o movimento, o ritmo cinematográfico. Êste movimento não está, de maneira alguma, ligado à ação exterior.

O crítico cinematográfico italiano Guido Aristarco, há dez anos, se opôs a êsse “dogma”. Escreveu êle na sua “Storia delle teoretiche del film” que, em certos filmes, a montagem cede lugar à montagem sem cortes, isto é, à incessante movimentação da câmera”. Respondo a isto, que se naqueles filmes existem realmente tomadas mais longas, dentro das mesmas é a câmera terrivelmente móvel. O que se faz normalmente no laboratório de montagem, agora se faz com a câmera no estúdio. É uma montagem virtual.

É pelo menos uma opinião franca, mas que se limita às coisas secundárias do movimento *exterior*, deixando de lado o essencial, que é o movimento interior *entre* as imagens, criação individual do cineasta, a respiração por assim dizer, em que se desenrola uma história na tela. Êsse títmio se consegue até com paradas como provaram Eisenstein em “*Linha Geral*” com o desnatador e Huston em “*Moulin Rouge*” com os quadros de Toulouse-Lautrec.

Êsse é o dogma renegado pelos cinemanovistas, desde Aristarco até certos moços brasileiros, passando pela turma do “cinéma-vérité”, “candid-câmera” “espontâneos câmera” etc. São os defensores da câmera ultra-realista, das tomadas com tele-lente de pessoas e coisas que não sabem ser observados. Muito bem. Mas mesmo assim, nêsses documentários realistas, se aplica o velho dogma da montagem. Existe uma montagem de contraste, paralela, de repetição, por ex., na curta-metragem de Bert Haanstra “*Zoo*”, em que compara e constrata homem e animal no jardim zoológico de Amsterdam. Enquanto que “*Pour la suite du monde*” de um cineasta canadense, falta uma idéia coordenadora das diversas imagens. Sua câmera perscruta rostos de personagens, registra seus gestos e atitudes, quando falam, falam, e não param de falar, sem coordenação para um determinado fim.

As célebres teorias, quicá dogmas da montagem, estão baseadas nêsse movimento *interior* tão lapidarmente definido por Louis Delluc, da vanguarda francesa: “rapport des images entre elles”, e podemos ajudar mais tarde, *des sons entre eux*.

A relação entre as imagens, transmitida para o espectador pela sucessão de uma imagem após outra, é o fator determinante da arte cinematográfica pelo qual julgamos um filme. Para êste sempre voltaremos, quando desejamos explicar ou aproximar-nos de uma explicação da essência do Cinema.

Esta apreciação artística deixa aberto o caminho para qualquer evolução, quanto ao conteúdo cinematográfico. Posso admirar dentro dêste dogma a obra de Chaplin, Orson Welles, Rutmann, Pudovkin, Antonioni ou Bergman, alguns da “Nouvelle Vague” etc.

Tudo quanto vimos, depois da Segunda Guerra Mundial, de humano, de existencial no Cinema, de contribuição literária em Bergman ou

Antonioni, não é motivo para ver a arte cinematográfica de outra maneira. Num filme como "*O Eclipse*" pode-se ver como, no ambiente literário de Fitzgerald, Antonioni usa "os superados meios cinematográficos" de tal maneira que alguns cinemanovistas, que pouco sabem do passado do Cinema, acham que são meios novos.

O IMPASSE DO CINEMA

Soa até irreal a sentença "dos dogmas superados". É como se fôsse a proibição de falar a uma criança que mal sabe falar e formular seus pensamentos. A arte cinematográfica encontra-se num impasse contrário a uma renovação. Mal se percebe alguma evolução. É o processo técnico que confunde as coisas. A câr e a tela larga não têm até hoje quase nenhuma outra função do que aproximar-se da realidade reproduzida, o mais perfeito e autenticamente possível. Isto sim, impede a evolução da arte cinematográfica.

Outro perigo é o formalismo cinematográfico em que se empregam meios cinematográficos pelos meios, por virtuosismo. Movimentos da câmara, angulações, enquadramentos etc. são muitas vèzes manobras de distração, que escondem a falta de conteúdo. Tudo que se emprega na realização do filme, décor, iluminação, angulação, movimentos da câmara etc. tudo deve ser feito pela necessidade interior do conteúdo dramático ou psicológico.

A arte cinematográfica estava no bom caminho no final do período mudo. Via-se o Cinema como um jôgo ideal de sombras vivas, que podiam sugerir fortemente a realidade, mas cuja fôrça de expressão nada tinha que ver com a reprodução da realidade. O Cinema sempre foi questão da técnica renovadora. Mas conforme os conceitos técnicos, era o filme clássico "*La Passion de Jeanne d'Arc*" de Carl Dreyer um absurdo, porque sem a palavra, sem o som. Veja-se agora "*O Processo de Jeanne d'Arc*" de R. Bresson, e fica-se perplexo. Bresson que admiramos quando fêz "*Um condenado à morte escapou*" e "*Picpochet*" agora realizou uma obra onde o Cinema está ausente. Cada imagem está submissa ao texto clássico do processo num servilismo que está longe até do seu "*Diário de um cura de aldeia*", onde pelo menos estava à procura de uma nova expressão cinematográfica pela trindade imagem, palavra escrita e palavra falada.

A técnica não descansou até encontrar um meio para dar voz às sombras que tantas vèzes se parecem com gente. As sombras deviam ter a palavra, o canto, o riso ou os gemidos. As sombras deviam ter as côres que as coisas na realidade possuem. Estamos à procura da terceira dimensão em que se devem movimentar as sombras. Tudo

isto impede enormemente ultrapassar a realidade que é o que foi sempre a essência da verdadeira arte.

Outra ameaça à arte cinematográfica são os cinemanovistas de ideologias totalitárias que desejam a conscientização das massas através do Cinema, não para seu desenvolvimento integralmente humano, para o enriquecimento de toda a sua personalidade, mas para um aspecto apenas, o social, e não o social em seu sentido mais amplo de toda uma sociedade, mas nos seus aspectos limitados de classes subdesenvolvidas. É uma reforma conteudística muito limitada, pronta para ser explorada em favor de certas teses totalitárias. Um exemplo: *"Meninos do Tietê"* de Capovilla.

Sabemos o que aconteceu depois da descoberta do som, depois que All Johnson cantou "Sunny Boy" para uma platéia embevecida. O nosso pensamento que era dirigido pelo diálogo das imagens passou a ser dirigido pelo diálogo das palavras. As imagens dependem das palavras, e não o contrário. Levou tempo para se chegar à noção perfeita do som em relação com a imagem. E a maioria dos diretores comerciais até hoje não o sabem.

Não queremos absolutamente retroceder no tempo. Diálogo, música, som pertencem hoje ao Cinema. Imagens e sons podem juntar-se de uma maneira que faça o espectador sentir mais, emocionar-se mais que num filme mudo. Queremos somente que o elemento sonoro não seja supérfluo, sirva à imagem, a destaque e a sublinhe. Percepção mais rica é outra coisa que percepção dupla!

São coisas conhecidas por todos os estudiosos de Cinema, mas na realidade tem-se experimentado pouco o som no Cinema, no sentido artístico. A sonorização dos pensamentos do marido e da mulher, em contra-ponto com a imagem em *"Vidas Secas"* produziu exclamações entusiásticas de críticos, porque é tão rara no Cinema. Concluindo, não joguemos fora o que ainda não chegamos a dominar.

Em condições ainda piores está o emprêgo da côr. Assim como se queria saber se era possível o homem falar na tela e o cachorro latir, também se queria saber, se poderíamos dar uma côr ao céu, às florestas, às flôres e a à pele humana. Mas mesmo êsse desejo não é realizável em termos psicológicos. Tènicamente o conseguimos, mas esquecemos que as côres da natureza são diferentes para cada indivíduo. E uma grande porcentagem da humanidade é daltônica. Experimentem perguntar qual é a côr disto ou daquilo e ouvirão uma variedade de respostas, sobretudo se se tratar de côres não muito carregadas. Nenhum método técnico é capaz de fixar o número infinito de matizes das côres.

A técnica foi longe. Agora é a vez da arte descobrir o aspecto das côres e não do décor presente e de pessoas maquiladas. Chegamos apenas a um certo colorido psicológico predominante em determinadas

partes ou seqüências de filmes, mas estamos longe de pintar com as cores no Cinema como faz um autêntico pintor. E se chegarmos um dia a isto, aí talvez fôsse a hora de jogar fora certos dogmas estéticos do Cinema como superados, porque a cor dominaria todo o resto.

Eis aqui uma declaração de princípios estéticos de Cinema que julgo necessário fazer aos que desconhecem a História do Cinema na sua evolução estética, ou desejam ignorá-la por um motivo qualquer. É necessário para os que acham que a forma, a expressão cinematográfica, não tem importância, mas sim, o conteúdo como expressão do sentido de vida contemporânea. Resumindo, a evolução da forma cinematográfica não correu paralela com a evolução conteudística. Aplaudi sempre esta evolução depois da Segunda Guerra Mundial. Contudo não vejo motivos de alterar minhas opiniões a respeito da estética, portanto, da forma cinematográfica.

FESTIVAL DE OBERHAUSEN

O festival de Oberhausen pode ser considerado um dos mais importantes do mundo. Os critérios de julgamento são dos mais altos. Lá são apresentadas três categorias de filmes de curta-metragem: pequenos filmes de enredo; documentários; filmes de animação. Foram apresentados nada menos do que 800 filmes, dos quais apenas 86 foram exibidos. Chamou a atenção sobretudo a contribuição da Polônia muito bem cuidada. Deve-se constatar que os Estados Unidos, Inglaterra, França e a Holanda se perdem num certo nascisismo e maneirismo. Os da Holanda em número de foram todos recusados. E com muita razão, conforme o julgamento de Bert Haanstra, superlaureado membro do juri.

As melhores curtas-metragens são dos países comunistas, nos casos em que estiverem ausentes propósitos políticos ou propagandísticos. A própria Rússia dá indícios de uma concepção de vida ingênua e dirigida de cima. A Alemanha até hoje ainda não encontrou o seu estilo.

Oberhausen demonstrou mais uma vez que a evolução do Cinema não está absolutamente numa nova e mais autêntica aproximação da realidade, mas na potência artística do cineasta e no artesanato cada vez mais aperfeiçoado.

Foram premiados: "Josef Killian" da Tchecoslováquia; Madeleine-Madeleine da Alemanha; "De mãos dadas" da Hungria; "Eva sem repouso" da França; "A Fonte" da Polônia. "Campânulas brancas" da Rússia. Estes na categoria das curtas-metragens de enredo.

Na categoria dos documentários: "A casa é preta" do Irã. "Neve" da Inglaterra; "Hoje uma cidade nova" da Eslováquia. "Max Ernst" da Alemanha; "Fumaça" dos Estados Unidos; "Duelo esportivo" da Po-

lônia; “Vermelho e preto” da Polônia; “A vaca na fronteira” da Eslávia; “A cadeira” da Polônia na terceira categoria junto com: “O Amor” do Japão. “Alô, Alô” da Rumênia; “O crítico” dos Estados Unidos; “Rinocerontes” da Alemanha; e “A maçã” da Bulgária.

GUIDO LOGGER

CINECLUBISMO BRASILEIRO: CINEMA E UNIVERSIDADE (*)

Introdução

O Conselho Nacional de Cineclubes, articulado com a Federação Mineira de Cineclubes e com os Cineclubes “Humberto Mauro”, “Vanguarda” e “Branca de Neve”, de Divinópolis, reuniu-se nessa cidade de Minas Gerais, em fins de fevereiro.

Deu-se então a III.^a Assembléia Anual do Conselho (1).

Pretendemos esboçar aqui algumas notas sobre essa Assembléia; a partir dêsse esboço, tentar dar uma idéia de toda uma reformulação que se processa no cineclubismo brasileiro: a tentativa de penetração na Universidade.

As presentes observações só têm um sentido de explicitação documentária; em próximos artigos, pretendemos colocar algumas notas que surgem no esquema cineclubístico brasileiro.

QUADRO DE REPRESENTAÇÃO

A Assembléia Anual foi presidida pelo Senhor Carlos Vieira (2). A ela compareceram representantes de Cineclubes de Divinópolis, que promoveram a reunião, e dirigentes das Federações de Minas Gerais (3), do Rio de Janeiro (4), do Rio Grande do Sul (5), do Norte-Nordeste (6).

(*) Notas sobre a III.^a Assembléia Anual do Conselho Nacional de Cineclubes.

(1) A primeira se deu em São Paulo, em 1962; a segunda, em Santos, em 1963.

(2) É Presidente do Conselho Nacional de Cineclubes; Presidente do Centro de Cineclubes, de São Paulo; e Secretário Executivo do I.^o Encontro de Cineclubes Sul-Americanos.

(3) O Dr. Batista Gariglio é seu Presidente.

(4) Senhor Walter Pontes é seu Presidente; em maio, assumirá a Presidência do Conselho Nacional de Cineclubes.

(5) O Senhor Paulo Fontoura Gastal é seu Presidente.

(6) O Senhor Cosme Alves Netto, Vice-Presidente da Federação do Rio de Janeiro, representou aquela do Norte-Nordeste.

O Senhor Rudá de Andrade, Conservador-Adjunto da Cinemateca Brasileira, funcionou como Assistente do Conselho Nacional; e nós, na qualidade de mero Observador e convidado especial da Federação Gaúcha de Cineclubes, tivemos tempo para estruturar as presentes notas (7).

Dois temas assumiram papel relevante na Assembléia:

I) *CINEMA E UNIVERSIDADE.*

II) *PLANEJAMENTO DA V.ª JORNADA DE CINECLUBES*
(SALVADOR — 1965)

I) *CINEMA E UNIVERSIDADE.*

Um dos pontos mais debatidos na Assembléia Anual foi o problema “CINEMA E UNIVERSIDADE”, desde que, na atual conjuntura brasileira, passou a ser encarado com particular ênfase (8).

Sobre o assunto já expusemos em “Convivium” (9) pequenas notas. Mas vamos retomá-las, numa tentativa de articulação com os dados apresentados na Assembléia Anual.

Sentimos, aliás, que, em “Convivium” (Novembro de 1963: “Escolas de Cinema”), fomos incompletos.

As três perspectivas (I — o Cinema como recurso didático; II — o Cinema como disciplina; III — o Cinema como fonte e meio de pesquisa) colocadas por nós são plenamente válidas mas estão a exigir um maior aprofundamento.

O Cinema como recurso didático comportaria algumas distinções: a) enquanto suporte de explicitação e complementação de determinadas disciplinas; b) enquanto método de predisposição à culturalização; c) enquanto esquema experimental: filme-pesquisa (10).

Essa fórmula I tem funcionado no Ensino de Grau Médio, ao menos teoricamente, pois tanto o Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.) como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais predis põem-se a um esforço em tal sentido.

(7) Tanto o Pe. Guido Logger, Diretor do Serviço de Informações Cinematográficas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como o Pe. Edeimar Massote, Diretor da Escola de Cinema da Universidade Católica de Minas Gerais, não puderam comparecer à Assembléia.

(8) Em julho próximo, em Brasília, se realizará uma reunião especial para discussão do problema “Cinema e Universidade”.

(9) Cf. “Convivium” (Novembro de 1962: Crônica; Novembro de 1963: “Escolas de Cinema”).

(10) Entendo aqui os casos de obras como “Mental Symptoms”, do “National Film Board”.

É verdade que muito mais importantes e valiosos são as Filmotecas das Embaixadas e Consulados, de Companhias de Aviação (por exemplo, *Pan American...*) a prestarem um extraordinário serviço de difusão cultural.

Mas o *Cinema como recurso didático* pressupõe, antes de tudo, uma perspectiva universitária e o estabelecimento de um vínculo de correlação entre “Cinema” e “Educação” é, inegavelmente, uma primeira posição a ser tomada diante do problema “CINEMA E UNIVERSIDADE”.

O Cinema, como disciplina, está também a pressupor uma série de distinções, pois a nossa formulação — “formação de críticos — formação de espectadores” — é sumária. Teríamos então:

O CINEMA

- a) enquanto vinculado à formação de *críticos*, de *espectadores* e de *professôres*:

no caso da formação de críticos, seria uma atribuição das Escolas de Jornalismo; em relação à formação de espectadores ou de professores é perspectiva das Faculdades de Filosofia pelo aspecto de Educação Cinematográfica (abordagem pedagógica);

- b) enquanto integrado a um Instituto típico ou a um Instituto de Cinema: uma perspectiva de *formação* de críticos ou de espectadores, uma perspectiva de *preparação* de cineastas e uma perspectiva de *criação*;

- c) enquanto correlacionado com o Teatro e a Literatura ou com outras Artes: aqui o Cinema poderia ser encarado a partir de uma abordagem estética, uma abordagem psicológica e uma abordagem sociológica (ou uma abordagem culturológica). E para ser mais explícito, haveria ainda uma abordagem filosófica: tentativa de aprofundamento de certos teóricos (por exemplo, Eisenstein, Pudovkin, Balazs; e mais especialmente, Epstein na colocação de toda uma *filosofia* da câmara, do universo fílmico...)

O Cinema, como disciplina, colocado a partir das letras “a”, “b” e “c”, tem meros aspectos de perspectiva de problema: não tem um sentido de multiplicação de órgãos ou de unidades universitárias, com acumulação progressiva de professores e assistentes.

Tudo isso foi multiplicado por razões metodológicas e segundo o espírito das Universidades contemporâneas que tendem a concentrar em institutos isolados matérias ou disciplinas afins.

Não julgamos alienação alguma a introdução do Cinema no currículo escolar dos estabelecimentos de grau médio e, em casos especiais, nas escolas primárias.

O Cinema já se incorporou à nossa civilização — uma civilização da *imagem*; e está a sugerir a sua inclusão no ensino: não com a finalidade de formação de cineastas ou de técnicos ou de “críticos”; mas com a preocupação de predispor o *escolar* a um maior enriquecimento cultural ou à tomada de consciência de que o Cinema é uma “forma de meditação moral”, de “investigação intelectual” e de “expressão plástica”.

O Cinema, como fonte e meio de pesquisa, tem sido objeto de preocupações constantes do Prof. Enzo Azzi, Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de São Paulo.

Trata-se de encarar o Cinema segundo uma perspectiva filmológica, perspectiva essa que parte para um sentido estético, para um sentido psicológico e para um sentido sociológico.

Tanto na formulação *I* como na *II*, o Cinema passa a ser utilizado como objeto de estudos numa vinculação indireta: uma perspectiva impura.

Na atualidade brasileira, já começam a surgir nomes preocupados com essa perspectiva:

no campo estético, temos dois casos: o Pe. Guido Logger, no Rio de Janeiro e o Prof. Pedro Paulo Cristóvão Santos, em Belo Horizonte: o primeiro encarando o Cinema a partir da criação cinematográfica mas caminhando para o aspecto cultorológico; o segundo, partindo de uma elaboração filosófica, centra-se na problemática da autonomia do Cinema, de sua especificidade, de sua importância no domínio das Artes. (Chega a conteudizar essa autonomia do Cinema).

no campo psicológico:

Os estudos do Prof. Samuel Pfromm Netto, Coordenador de Recursos Audio-Visuais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que, num dado momento histórico, passou a se vincular ao problema “Cinema e Criança”; o Prof. Halley Alves Bessa, Psiquiatra de Belo Horizonte, começa a elaborar algumas observações de extraordinária densidade no que pertine ao problema psicológico do Cinema; em São Paulo, há uma preocupação de estruturação de equipes: tanto o Juizado de Menores como o Instituto de Psicologia (que, por sinal, possui um Setor de Psico-Filmologia) encaminham-se para uma linha de ampla articulação e inclusive numa abordagem sociológica. Para isso, a psicóloga Lúcia Maria Salvia Coelho, auxiliada pelas universitárias Carmen

Silvia Souza Patto, Leontina de Almeida Waack, Maria Helena de Souza Patto e Marilene Medina Coeli, parte para uma série de estudos: levantamento de bibliografia no campo da pesquisa filmológica: infância — adolescência — adultos; correlação do Cinema com os “Mass-Media” em relação ao problema da Delinquência; realização de investigações a partir de reações de menores infratores diante do estímulo fílmico (11).

Fizemos questão de colocar o problema “Cinema e Universidade” segundo nossa perspectiva, pois entendemos que uma das falhas da III.^a *Assembléia Anual* foi, justamente, um certo sentido vago que se deu ao assunto.

Verificou-se então o seguinte:

- a) após uma sondagem realizada entre várias Universidades brasileiras, notou-se que elas ainda não tomaram pleno conhecimento da importância do Cinema.

Aliás, poucas Universidades responderam a questionários: se não nos enganamos, só as Universidades do Recife e do Rio Grande do Sul. E ainda a Faculdade de Filosofia de Marília, o Setor de Recursos Audio-Visuais da Escola de Polícia de São Paulo e o Departamento de Cultura do Estado do Paraná.

- b) há necessidade de maior aproximação do cinemaclubismo das Universidades: um diálogo fundamental.

- c) Os questionários deveriam ser melhor explicitados, pois deram ocasião a respostas vagas, partidas principalmente dos Senhores Reitores, sem às vezes audiência das unidades universitárias.

II) PLANEJAMENTO DA V.^a JORNADA DE CINECLUBES:

Em Salvador, em 1965, será efetivada a V.^a JORNADA DE CINECLUBES, tendo como temário:

- A) Função do cineclubismo na cultura brasileira;
- B) Criação Cinematográfica;
- C) Crítica Cinematográfica e Cineclubismo.

CONCLUSÃO.

A presente explicitação documentária procurou mesclar idéias nossas com aquelas provocadas pelos participantes da III.^a *Assembléia Anual*. Por uma preocupação de método preferimos colocar nossas idéias. E quase só elas.

HÉLIO FURTADO DO AMARAL

(11) As presentes investigações pressupõem uma ampla articulação entre o Serviço de Comissões Técnicas e o Centro de Estudos Juvenil, ambos do Juizado. E essa articulação já se processa graças à colaboração de toda uma equipe de especialistas.

LEON LEMONNIER — **Tomás More** (tradução de Nuno Santos) Editorial Aster, Lisboa, distribuição da Editôra Herder, São Paulo, s. d., 150 páginas.

A vida de Tomás More é um entrelaçado vibrante de várias vidas — do humanista, do diplomata, do advogado, do historiador, do ministro de Estado, do chanceler — culminando na única que deveria ter sido a sua destinação na terra e que o consagra — do santo. Admira-se o fino escritor cheio de humor, erudito, elegante; a "Utopia" atrai pelos seus aspectos humanísticos; fica-se entusiasmado perante a argúcia do diplomata, a agudeza do advogado cheio de recursos, brilhante mesmo; já o ministro e o chanceler não deixam margem a admirações, presos como foram às artimanhas da política — de uma política difícil e perigosa, nem sempre limpa, nem sempre aceitável (o que de resto é muito próprio dessa arte sutil de enganar os homens...). O homem porém, o homem que sofreu por detrás dessas máscaras tôdas que, por vêzes tanto o desfiguram; o pai de família exemplar e, finalmente, o santo que preferiu a morte às honrarias terrenas, que não titubeou um minuto na defesa da Fé, que temeu as tentações — (inclusive a da inteligência) e que nos deixou o exemplo máximo do agiologio inglês, êsse domina todo o panorama conturbado da Inglaterra de Henrique VIII e, contrastando com Oliver, por muitos títulos considerados o maior inglês de todos os tempos, ultrapassa-o em virtude e em saber, suplanta-o pela extraordinária coragem e a indestrutível convicção (que beirava a obstinação) acabando por merecer a honra dos altares.

Pena é que nesta biografia resumida de Lemonnier só 5 capítulos são dedicados à verdadeira transfiguração de Tomás More; os outros 9 visam o môço e suas inclinações literárias e políticas quando não se perdem no emaranhado das intrigas internacionais, das guerras de conquista, das misérias palacianas, que o homem moderno nem sempre compreende, tendo sido essa época inglesa aqui estudada uma das mais complexas e tôrvas de sua história. Aliás, os inícios da vida de Tomás More e a sua ascensão no mundo político, as concessões a que inevitavelmente cedeu por imposição dos seus cargos e também do seu tempo, por vêzes fazem pensar que dificilmente poderia êle ter chegado à glória da santificação. O leitor é levado, sem o querer, a pensar mais no político do que no homem e a comparação é sempre de molde a deixar maior margem de pessimismo do que de alegria. O político jamais chegaria ao altar. Não deve haver políticos no céu. Deus entretanto, reservara para êsse político a sua hora de opção. A escolha entre o seu rei e o seu Deus foi-lhe imposta num momento crucial e trágico. E é então que vemos, rebentando a ganga do político e do diplomata, o homem da Fé, o defensor das prerrogativas inalienáveis da consciência. Tomás More sabia que seu fim era o cadafalso. Preferiu-o à sobrevivência sem honra.

Nêstes dias de hoje em que tôdas as concessões são consideradas lícitas e as maiores injúrias são feitas nos Parlamentos à beleza de uma consciência reta, e em que nenhum político morre pelo ideal, a vida de Tomás More é um breviário de virtudes cívicas que chega a parecer absurda mas que, por isso mesmo, se impõe aos homens distraídos dêste século de tecnocratas.

Homero Silveira

GUSTAVO CORÇÃO — **Patriotismo e Nacionalismo** — Presença — Rio, s/d., 180 pp.

○ senhor Gustavo Corção é um dos líderes católicos mais discutidos dêstes últimos anos. Sua atuação tem se mostrado sempre enérgica e intransigente, o que é de molde a causar além das grandes admirações os inevitáveis atritos, mesmo porque sua personalidade é marcante e absorvente, talhada em moldes bastante rígidos.

Esta coletânea de escritos seus, que derivam todos de uma conferência feita em 1950 e que dá título ao volume, mostra bem o tom da personalidade do senhor Corção. O tema é atual e fascinante e o seu Autor distigue, com propriedade, seus exatos limites. Professor de matemática, Gustavo Corção gosta de expôr com rigor matemático sem ser totalmente frio na sua exatidão. Escritor de raros dotes estilísticos dotado mesmo do senso de humor machadiano bem característico, Corção chega a encantar tratando de assuntos inteiramente avessos ao fácil agrado. Altamente elucidativo é o capítulo III dêste volume, um contraponto entre Patriotismo e Nacionalismo, que vale por uma síntese.

Alguns exemplos:

Patriotismo

Camões, que no melhor de sua obra condena a expansão imperial cuja glorificação muitos pensam ser o objetivo da sua obra. Vejam nos *Lusíadas* (IV, 94-104) o episódio do velho Restelo.

(Seguem-se os versos, sendo que o último está errado, faltando-lhe a partícula "de" e o ponto de interrogação — "Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia?" e não como aparece no volume, página 13).

Nacionalismo

Charles Maurras. A "action française".

Nacionalismo

A invasão da Polônia em 1940.

Patriotismo

A defesa da Polônia em 1940.

Nacionalismo

Hitler, Mussolini, Franco, Perón.

Patriotismo

Tiradentes

Nacionalismo

Brasilidade. Hispanidade. Língua brasileira. Vovô Índio. Anauê.

Patriotismo

Saldanha da Gama. Capistrano de Abreu.

Nacionalismo

1937. Ditadura.

Releiam os nossos leitores a conferência do senhor Gustavo Corção, se não quiserem ler o livro todo. Vale a pena!

Homero Silveira

DOM JAIME DE BARROS CÂMARA, Card. Arc., **Problemas** — Editôra Presença, Rio de Janeiro, 1963, 241 páginas.

«**A** Voz do Pastor” é um programa radiofônico brasileiro que conta com a mais autorizada palavra da Hierarquia Católica nacional aos seus microfones, nada mais do que a de S. Em. Dom Jayme de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. A editôra Presença resolveu, em boa hora, reunir algumas das mais expressivas palestras de S. Em. em um pequeno volume que está nas livrarias.

Sempre foi obrigação dos Pastores da Igreja a sua palavra de esclarecimento aos fiéis e isto vem sendo feito desde que a Igreja existe, sobretudo através das Cartas Pastorais, algumas famosas pelo seu conteúdo e linguagem. Os tempos modernos exigem mais dos Pastores da Igreja Católica. A difusão da sua palavra também através dos meios mais recentes de comunicação. O rádio e a televisão — sendo mesmo de se esperar que através do cinema

ainda tenhamos, dentro de mais algum tempo, a doutrinação religiosa formalmente praticada. A Igreja não pode permanecer dentro de quadros estáticos na propagação da fé. Os meios modernos de difusão do pensamento devem ser aproveitados criteriosamente. E que aquela figura apostolar que todos nos habituamos a ver e ouvir no recinto das igrejas passe a ser também familiar no vídeo, na tela cinematográfica. São Paulo foi, sem dúvida, o grande pioneiro da difusão da palavra. E é de se imaginar o que teria feito o Grande Apóstolo nos tempos modernos de facilidades extraordinárias de comunicação, êle que foi um incansável viajante, e de tão intensa sêde de propaganda falada e escrita, êle que não se fatigava escrevendo epístolas sôbre epístolas, sem ter a seu serviço os meios mecânicos de trabalho de que hoje dispomos e as facilidades da transmissão pelo rádio.

Dom Jayme de Barros Câmara compreendeu muito bem o apêlo do seu tempo. E não titubeou em ir para o microfone a fim de melhor conversar com suas ovelhas. São anos seguidos de pregação. Uma pregação tranqüila coloquial, sem arroubos desnecessários de retórica, sem exageros de citação erudita, mas sempre fiel ao pensamento da Igreja e à sua missão pastoral, encarando, principalmente, os temas de maior atualidade, procurando esclarecer e ajudar.

"Problemas", reunindo algumas das muitas palestras do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, vem completar a missão apostólica de S. Em. A permanência dessa palavra em livro, servindo melhor à meditação, dando margem a apontamentos de leitores que possivelmente não ouviram a voz do Pastor, completa um trabalho de difusão que, mesmo eficaz através do microfone da Rádio Vera Cruz, acaba atingindo maior número de almas.

O exemplo de Dom Jayme de Barros Câmara está reclamando seguidores. A Igreja não é um recinto fechado e restrito ao seu âmbito puramente litúrgico. A palavra da Verdade encontra éco por tôda a parte. Na imprensa, no rádio, na televisão, através de artigos, de palestras, de conferências, de entrevistas, a voz da Igreja deve ser ouvida e sentida. Principalmente agora em que tôda gente pretende entender de Encíclicas e de Doutrina Social da Igreja, interpretando-as a seu modo e, muitas vêzes, deturpando-as, mais urgente se torna a interferência das pessoas esclarecidas (e ninguém melhor do que os Bispos) em qualquer parte onde haja uma tribuna, um microfone. Nem tôda gente vai à Igreja e há, infelizmente, muito velho e arraigado preconceito contra o sermão. Levando a Igreja para tôda parte, disseminando-a pelos lares e nas praças públicas e falando uma linguagem que, sendo ainda e sempre o velho sermão, mas já agora despido daqueles atributos clássicos da pregação formal, estarão os Pastores — como êsse grande Pastor que é Dom Câmara — cuidando melhor do seu difícil rebanho.

GIULIANO INNAMORATI — **Tradizione e Invenzione in Pietro Aretino** — Casa Editrice G. D'Anna — Messina — Firenze — 1957.

Ninguém se admire de sòmente agora, 1964, fazermos a resenha desta obra já publicada em 1957. O Brasil está muito distante da Itália e mesmo neste país, Aretino é assunto de especialistas, de historiadores dessa época em que um homem podia, com o valor da sua pena ou da sua língua, fazer tremer tronos e sólios pontifícios. Aretino vivia mais na tradição e no anedotário italiano do que em obras de senso histórico e crítico. A maioria contentava-se com repetir as anedotas mais famosas, atribuindo a Aretino como ainda entre nós se faz com Bocage muitas outras que nunca lhe pertenceram. Protraiu-se esta tradição quase lendária até 1741 quando Gian Maria Mazzucchelli publicou a primeira biografia do poeta: "La Vita di Pietro Aretino — Comino — Padova — 1741. Eram já passados dois séculos da sua morte, ocorrida em 1556. Vê-se como os historiadores pouco se interessavam pelo assunto, talvez, temerosos de que a história viesse diminuir as proporções da lenda. Seria, quem sabe, mais cômodo que a tradição continuasse a apresentar Aretino como tinha sido imaginado, muito diverso daquêle que os documentos poderiam oferecer. Entrava nisto cousa mais séria: a condenação do poeta pelo Santo Ofício, isto é, pela Inquisição. Aretino, não só foi desbocado e pouco atento à moral, mas, fazendo éco aos movimentos protestantes, invectivou contra a Igreja Católica, chegando ao ponto de querer dar novas interpretações a textos sagrados. Condenada a sua obra por atentatória da moral cristã e dos dogmas da fé, foi quase tôda destruída, proibida de reedições, sobrevivendo, como era natural a proibição de lê-las, de reimprimi-las. Aretino caiu, assim, no olvido como autor condenado e sòmente a tradição italiana ficou a repetir, de memória, aquelas anedotas que corriam sob o seu nome. Dois séculos depois, voltaram-se os estudiosos à obra de Aretino, primeiro à sua biografia e em seguida ao valor literário dos seus escritos. A presente obra de Innamorati serve-nos de guia, pois, tôda a sua primeira parte, quase a metade do livro, é dedicada à bibliografia aretinesca. Passa em revista quase tôdas as biografias para tirar esta conclusão: nenhuma solucionou todos os problemas e ainda as mais modernas nada trouxeram de nôvo. Foi pintor? foi universitário? Teve, no comêço de sua vida em Perugia, atração para a pintura, mantendo até relações de amizade com Rafael. De estudos, parece que nada teve. Segundo as suas próprias declarações, era ignorante, tendo lido alguma cousa da arte literária. Seria assim mesmo? Aretino exagera a sua ignorância para ressaltar os seus dotes naturais de poeta e de escritor. Se de todo fôsse ignorante, não poderia ter deixado a obra que deixou. Frequentou o melhor cenáculo literário e artístico de Perugia e em suas cartas faz referências a latinistas, a artistas, tomando parte do grupo dos poetas novos. Esta convivência foi suficiente ao gênio de Aretino para dar-lhe asas com que voou depois a Roma. O traço primeiro da personalidade de Aretino é a audácia. Êle próprio no-lo diz no prefácio da sua "Opera Nova": **si non l'opra al manco l'audacia piacerà** — isto é, se a obra não agradar, ao menos agradará a audácia. Com esta audácia, aos vinte e

cinco anos está em Roma e aqui começa a sua vida real, com a série de sonetos satíricos escritos contra o conclave que elegeu um "bárbaro" para papa, Adriano VI. Antes já havia satirizado a côrte de Leão X. Os seus "diálogos", mas especialmente os sonetos, todõs satíricos, foram a parte melhor da sua produção, aquela que o imortalizou como o maior maledicente do mundo. Ninguém escapou à sua língua ferina nem mesmo Deus, como consta do seu epitáfio: **"Qui giace l'Aretin amaro toscó:/Del seme uman, la cui lingua trafisse/ E vivi e morti: d'Iddio mal non disse/ E si scusó col dir: lo nol conosco"**. A obra de Innamorati é, assim, uma espécie de guia bibliográfico e biográfico de Aretino e não um estudo real da obra e da personalidade dêle. Lamenta-se que cite apenas, de passagem, versos esparsos sem dar-nos exemplos completos e extensos que tanto gostaríamos de ler. É obra que frustra as esperanças dos leitores e não condiz com o título "Tradizione e Invenzione in Pietro Aretino". Quem quiser ter conhecimentos reais da figura e das obras do famoso satírico deverá recorrer a outros livros e não a êste frustrado de Giuliano Innamorati.

Silveira Bueno

LUBIENSKA DE LENVAL — **Silêncio, Gesto e Palavra** — Editorial Aster —
Lisboa — 1961 — Tradução de Jaime Cunha.

Raramente um tão pequeno livro, 178 páginas, contém tão rico e profundo saber. Cada página desta admirável brochura, publicada em francês, sob o título de **Le Silence à l'ombre de la Parole et La Liturgie du Geste**, encerra saboroso ensino, sobretudo, aos que estão acostumados com as cousas sérias da alma e do pensamento. Quando se termina o derradeiro capítulo, lamentando-se que tão depressa se tivesse passado o tempo, outra não é a nossa impressão: livro mais do que instrutivo, edificante, ótimo! A pequena brochura desta admirável professôra da escola de Montessori exige de nós duas, três e mais leituras, mas dessas leituras refletidas, em que a inteligência vai descobrindo em cada frase um mundo nôvo de pensamento profundo. Tem-se a impressão de que a autora viveu, por muitos anos, tôdas estas experiências que depois a sua pena ágil e clara nos foi pondo sob os olhos, calando-nos dentro do coração. O silêncio: haverá entidade menos palpável, que jamais nos tenha detido, um momento, na vida? É, entretanto, o segredo, a fonte da felicidade que, em vão, procuramos nos exacerbamentos da vida atual, nas vazias embora bulhentas perspectivas de teatros, cinemas e reuniões. "De início, o silêncio é uma descoberta semelhante à que alguém faz da montanha ou da poesia: deslumbrante ao contacto com uma nova realidade perante a qual tudo que é artificial se esboroa; alegre renascer de energias latentes, solicitadas a um esforço que traz consigo a felicidade. A descoberta do silêncio situa-se em planos diferentes. No plano material, quando o homem, com os pulmões cheios

de ar puro, os nervos acalmados e os músculos distendidos, sente palpar, a par da vida cósmica, a sua vida corporal. No plano mental, quando, ao cabo de um trabalho árduo, o pensamento domina o horizonte inteligível e, cheio de admiração, se detém e repousa. No plano espiritual, quando, ultrapassando raciocínios e sentimentos, o espírito adere a Deus na certeza da fé" (Prefácio). Encara a autora o silêncio como educador. Primeiramente a casa e o mundo: "Lá fora está o mundo. Lá fora está o ruído, a agitação, a cobiça e a vaidade. Mas a casa, essa não está lá fora, está dentro de nós. Não é o mundo, somos nós. Nós que temos de encher a casa de silêncio". O "silêncio acalma, repousa, cura e consola. Repara as fôrças, protege a vida e favorece o pensamento. O silêncio torna-nos melhores. Só êle consegue estabelecer a harmonia entre o espírito e a matéria". Depois, o silêncio dos móveis, dos gestos, voz silenciosa. Em contraposição, a nocividade do barulho, o grito, a loquacidade. E fala-nos do silêncio dos olhos. Todos êstes belos tópicos estão rigorosamente baseados nas Sagradas Escrituras e na Sagrada Liturgia da Igreja Católica. "A Liturgia pressupõe a arte de saber dosear a sombra e a luz, pois exige um ambiente de recolhimento, em que a chama de um círio recorda a luz de Cristo que resplandece nas trevas (João, 1,5). Não dá a autora um passo, não faz uma afirmação sequer sem se fundamentar nas Letras Sagradas ou na Tradição da Igreja. Admirável quando aplica todo êste profundo manancial bíblico à pedagogia: "A partir do Êxodo, Deus constitui-se educador do povo eleito. "Ensina-o a caminhar" (Oséias, XI,3), e continuará a sua educação através de inúmeras resistências até ao dia em que tiver preparado um "pequeno grupo" capaz de receber o Verbo feito carne. O primeiro cuidado de Deus é o de preparar um "meio educador". Êste meio é o deserto, materialização do silêncio. "Que admirável achado: o deserto é a materialização do silêncio e nesse silêncio Deus falará ao seu povo!" Outros capítulos de grande ensinamento: Como remediar a agitação interior? Enquibrar a nutrição e o sono, Limitar as palavras, Refrear a pressa, Refrear o sentimento, Entrar na Escola da Liturgia, etc. Estuda na segunda parte a liturgia dos gestos, com aplicações à didática. Nenhum professor deveria ignorar êste livro. Todos deveriam sabê-lo de cór e levá-lo à prática em suas aulas. Gestos de humildade: levantar-se perante os alunos, dar aulas de pé, ficar de pé para orar. Gestos ditados por Deus, Gestos espontâneos do homem, Vicissitudes dos gestos. A palavra procede do silêncio e se transmite com o auxílio do gesto. A palavra, que não foi elaborada no silêncio, na meditação, não terá valor algum. O gesto deve provir também da mesma fonte do silêncio, como complemento da meditação ou melhor, como exteriorização das elocubrações. Assim, tôdas as páginas dêste pequenino grande livro merecem de nós a mais séria leitura refletida. Raramente poderíamos indicar aos leitores do "Convivium" obra mais espiritual, baseada no que há de mais puro na tradição das Escrituras e da Liturgia Católica. Os pequenos erros de tradução, provas de que o tradutor não estava bem familiarizado com o francês e com o português, não diminuem o valor intrínseco de tão admirável trabalho.

NAS LIVRARIAS:

MIGUEL REALE

PLURALISMO E LIBERDADE

EDIÇÃO "SARAIVA"

Obra excelentemente apresentada em que os problemas cruciais do homem moderno são estudados com segurança e profundo conhecimento, procurando esclarecer os intelectuais brasileiros sobre o valor humano perante a sociedade e a história.

—o0o—

HERALDO BARBUY

MARXISMO E RELIGIÃO

EDIÇÃO "DOMINUS"

O marxismo apresentado como religião, "uma heresia típica de certos dados fundamentais do Cristianismo", com absoluta segurança e método filosófico. Poderosa síntese do marxismo e suas inconciliáveis contradições. Guia seguro para o conhecimento da verdadeira doutrina social.

GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI

CULTURA E LIBERDADE

Livro estruturado em firme e sólido didaticismo, estuda os fundamentos da cultura e sua evolução histórica, estabelece confronto crítico com os conceitos marxistas de homem e de cultura, culminando num apanhado realista da cultura no Brasil hoje ameaçada pelas distorções do marxismo e da propaganda comunista.

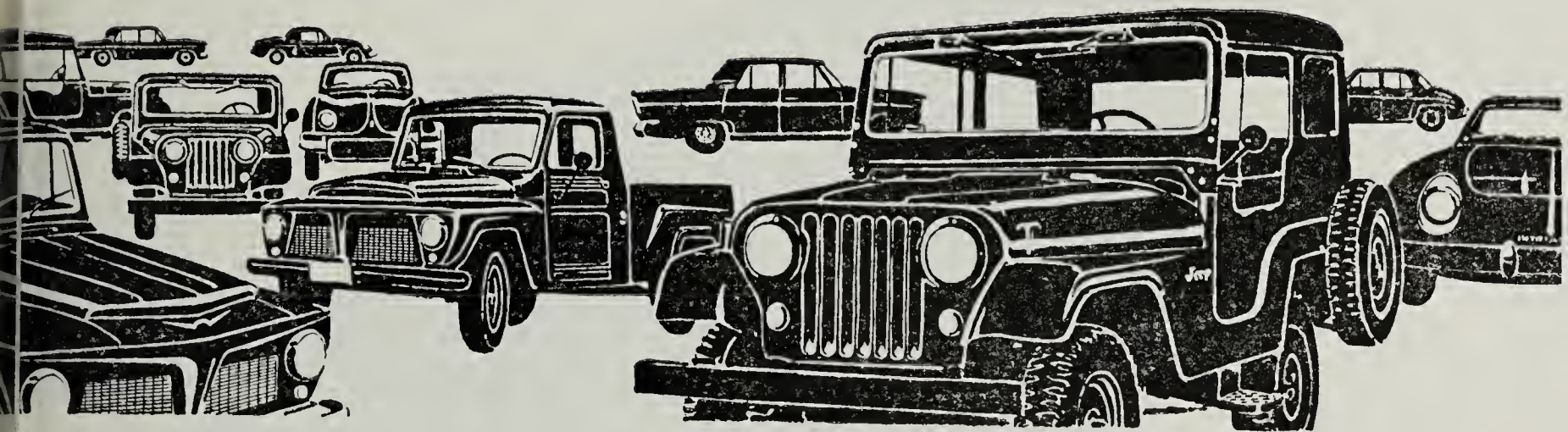
—000—

FERNANDO PESSOA, O UNO E O MÚLTIPLO

Este é um livro em que a visão do filósofo informa a do crítico. Sob o aspecto preponderante de uma tomada de posição existencialista, o Autor estuda em profundidade o maior poeta moderno da língua portuguesa, explicando-o com bastante força expressiva e lógica.

PUBLICAÇÕES CONVÍVIO

Pedidos à: Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2715
São Paulo



SOMENTE
A **WILLYS**
OFERECE UMA LINHA COMPLETA
DE VEÍCULOS DE ALTA QUALIDADE

Se V. pretende adquirir um veículo para passeio ou um utilitário... pense primeiro na Willys. Pioneira na fabricação de automóveis no País – e a primeira a alcançar o índice de 99,8% de nacionalização – a Willys oferece ao público brasileiro a mais completa linha de veículos para passeio e utilitários.

Na linha de carros de passeio encontramos o luxuoso e potente Aero-Willys 2600, com seu motor de 110 H.P. – Na Linha Renault, o Dauphine, o Gordini e o nôvo 1093, com 53 H.P. – E para os esportistas, o único carro esportivo brasileiro: Willys Interlagos, em 3 modelos diferentes.

Na útil linha Jeep temos a Rural Jeep, combinando o conforto de um carro de passeio e a robustez de um veículo de carga; o Utilitário Jeep Universal Modelo 101, com 2 ou 4 portas; Utilitário Jeep Universal, com tração nas 4 rodas; e ainda o Pick-up Jeep, de construção sólida e capacidade de carga até 750 kg, com motor a gasolina ou diesel.

WILLYS OVERLAND DO BRASIL S.A.

FABRICANTE DE VEÍCULOS DE ALTA QUALIDADE



Visite o seu Revendedor **WILLYS** mais próximo



☉ Nossas empresas cobrem todo o Brasil atuando nos mais diversos setores. E, em alguns deles, atravessamos fronteiras e ingressamos, orgulhosamente, no mercado internacional.

☉ Os veículos DKW-VEMAG são um exemplo. E ótimo. Exportados para a Argentina e a Espanha, mostraram o valor e a capacidade da técnica brasileira.

☉ A contribuição que damos ao pujante desenvolvimento nacional é imensa. Recolhemos aos cofres públicos impostos que ultrapassam a arrecadação isolada de 11 Estados. Economizamos divisas. E, com os sa-

UMA SÓ MISSÃO: SERVIR

lários que anualmente pagamos, criamos uma expressiva força de consumo, da ordem de Cr\$ 5 bilhões.

Mas há muito mais

☉ O Banco Novo Mundo que, com a tradição de solidez e eficiência, há mais de 25 anos facilita as operações de crédito no Brasil inteiro.

☉ A Cofibrás, a Orcica, a Novo Mundo Investimentos que, financiando a Indústria, o Comércio e a Lavoura, acrescentam amplos valores à força nacional de produção. E finalmente as diversas empresas Imobiliárias e de Seguros, que contribuem também para o progresso brasileiro.

☉ 17 são as empresas.

☉ 6.866 são os funcionários.

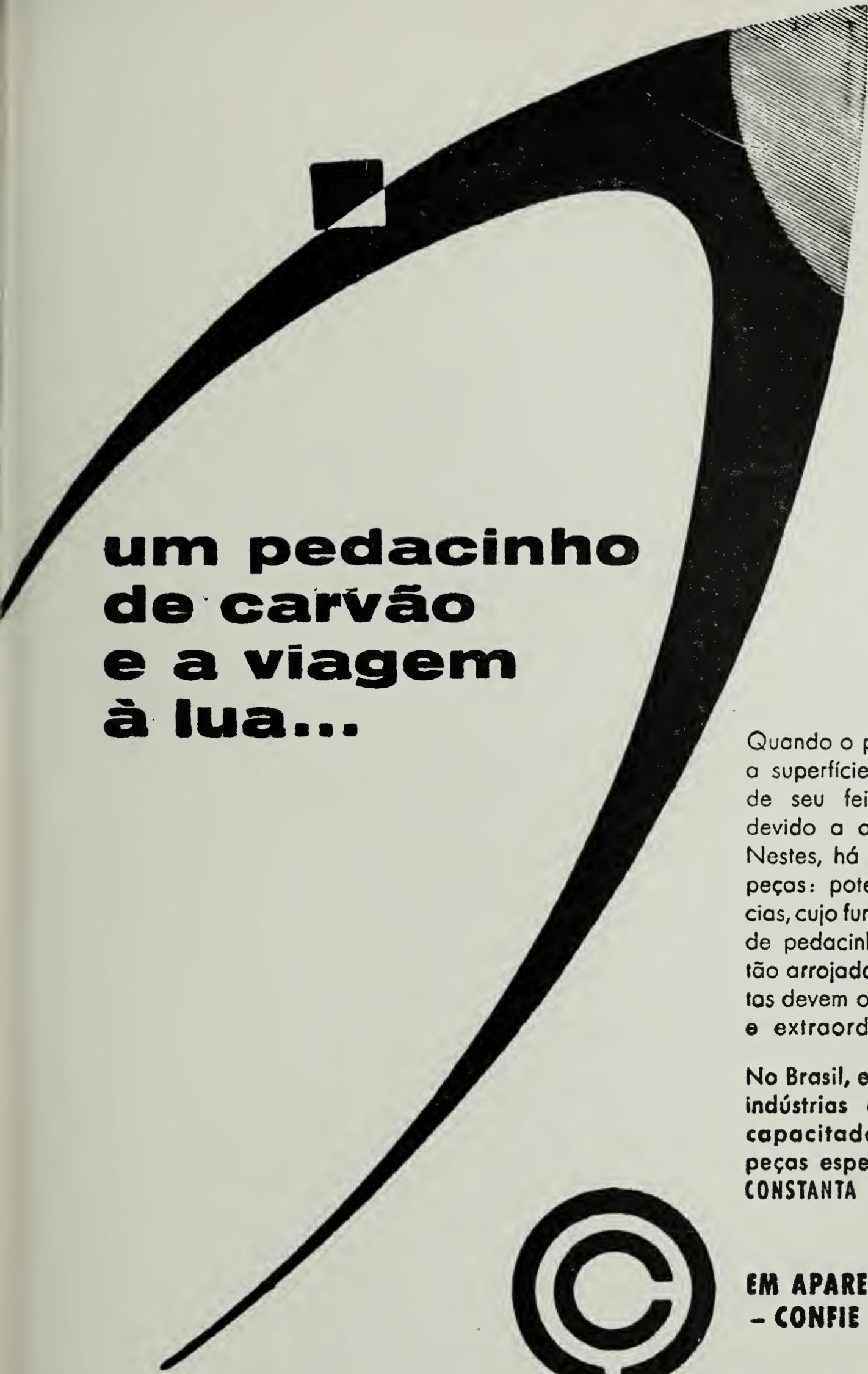
☉ 30 mil são os acionistas.

☉ Mas a missão é uma só: servir.

☉ 72 milhões de brasileiros estão satisfeitos conosco.

☉ E nós nos orgulhamos com isso.

ORGANIZAÇÕES NOVO MUNDO-VEMAG
Genuinamente Brasileiras



**um pedacinho
de carvão
e a viagem
à lua...**

Quando o primeiro homem pisar a superfície lunar, grande parte de seu feito espetacular será devido a aparelhos eletrônicos. Nestes, há curiosas pequeninas peças: potenciômetros, resistências, cujo funcionamento depende de pedacinhos de carvão. Para tão arrojado empreendimento estas devem oferecer alta precisão e extraordinária durabilidade.

No Brasil, está uma das poucas indústrias de todo o mundo capacitadas a produzir tais peças especiais:
CONSTANTA ELETROTÉCNICA S. A.



**EM APARELHOS ELETRÔNICOS
- CONFIE QUANDO HOVER**

CONSTANTA

**POTENCIÔMETROS-RESISTÊNCIAS DE FIO
E CARVÃO-SOQUETES-ISOLADORES**

**NOSSOS ENGENHEIROS ESTÃO ÀS SUAS ORDENS;
CONSULTE-OS SOBRE SEUS PROBLEMAS TÉCNICOS.**

ESCRITÓRIO

**Rua São Luiz, 86-9.º andar
Telefones: 37-3621-35-9372
36-9486 - P. B. X. São Paulo**

Composto e Impresso
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua Dom Bosco, 441 (Moóca)
Fone: 33-5459 — SÃO PAULO

For use in Library only

For use in Library only

For use in Library only

